

Arquitetura nas feiras ao **ar livre**
Paradigmas para construções de mercados
populares contemporâneos

André Luiz Carvalho Cardoso

Arquitetura nas feiras ao **ar livre**
Paradigmas para construções de mercados
populares contemporâneos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

ARQUITETURA NAS FEIRAS AO AR LIVRE:
PARADIGMAS PARA CONSTRUÇÕES DE
MERCADOS POPULARES CONTEMPORÂNEOS

André Luiz Carvalho Cardoso

2011

ARQUITETURA NAS FEIRAS AO AR LIVRE:
PARADIGMAS PARA CONSTRUÇÕES DE
MERCADOS POPULARES CONTEMPORÂNEOS

ANDRÉ LUIZ CARVALHO CARDOSO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, linha de pesquisa em Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

ORIENTADORA:

PROF^a. Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

RIO DE JANEIRO
MARÇO DE 2011

**ARQUITETURA NAS FEIRAS AO AR LIVRE:
PARADIGMAS PARA CONSTRUÇÕES DE
MERCADOS POPULARES CONTEMPORÂNEOS**

ANDRÉ LUIZ CARVALHO CARDOSO

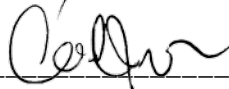
PROF^a. ORIENTADORA: Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa em Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

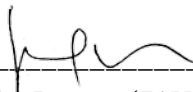
Banca Examinadora:



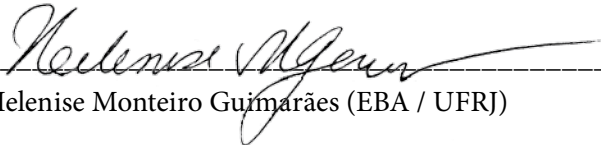
Prof^a. Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte (FAU / UFRJ)



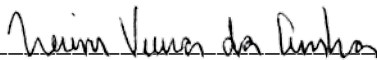
Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus (IGEO / UERJ)



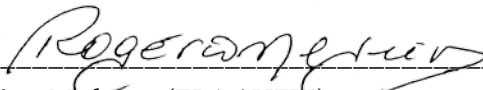
Prof. Dr. Gustavo Rocha-Peixoto (FAU / UFRJ)



Prof^a. Dr^a. Helenise Monteiro Guimarães (EBA / UFRJ)



Prof^a. Dr^a. Neiva Vieira da Cunha (FEBF / UERJ)



Prof. Dr. Rogério Medeiros (EBA / UFRJ)

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2011

C268

Cardoso, André Luiz Carvalho,

Arquitetura nas feiras ao ar livre: paradigmas para construções de mercados populares contemporâneos/ André Luiz Carvalho Cardoso. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

214f. Il.; 28 cm.

Orientador: Cristiane Rose de Siqueira Duarte.

Tese (Doutorado) – UFRJ/PROARQ/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2011.

Referências bibliográficas: p. 200-213.

1. Arquitetura. 2. Feiras livres. 3. Feira de São Joaquim – Salvador (BA). 4. Mercado do Ver-o-Peso – Belém (PA). I. Duarte, Cristiane Rose de Siqueira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Título.

CDD 720



“ser é uma ciência delicada feita de pequenas e grandes observações do cotidiano”
Carlos Drummond de Andrade

Agradecimentos

Durante o período de desenvolvimento desta pesquisa, várias contribuições foram fundamentais. Agradeço, primeiramente, ao CNPQ pelo financiamento da pesquisa.

Neste percurso do doutorado, tive duas orientadoras. Assim, agradeço à Professora Doutora Ângela Martins que me orientou no mestrado, incentivando-me a entrar no doutorado, onde manteve a orientação desta tese nos dois primeiros anos até sua aposentadoria. Agradeço à Professora Doutora Cristiane Duarte, que aceitou prosseguir na orientação, mesmo com as dificuldades de enveredar em uma pesquisa já iniciada. Agradeço também a Paula, Alice, Ethel e Osvaldo, do ASC, grupo de pesquisa coordenado pela professora Cristiane Duarte, pelas leituras.

Agradeço ao PROARQ, programa que me possibilitou um grande crescimento intelectual durante o Mestrado e o Doutorado e aos professores do programa dos quais fui aluno. Agradeço, também, à Rita pela atenção com que sempre me tratou. Destaco, em especial, meu agradecimento à querida Guia, pela competência, generosidade e amizade.

Agradeço aos professores que participaram do meu exame de qualificação, destacando fundamentais contribuições: Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas, Prof. Dr. Gustavo Peixoto, Prof. Dra Neiva Vieira, Prof. Dr. Rogério Medeiros. Agradeço também à Prof. Dra Helenise Guimarães que aceitou participar da banca final desta tese.

Agradeço ainda a alguns amigos que direta ou indiretamente participaram e apoiaram a finalização desta tese: Efrain Almeida, Márcia Yoko, Renato Bezerra de Melo e Brígida Baltar que generosamente fez a programação visual da capa desta tese.

Parto agora para outra esfera, na qual pessoas muito importantes vêm acompanhando minha trajetória para além do percurso profissional.

Começo agradecendo minha amada família oficial: minha mãe Jacy, meu pai Iasuari, meus irmãos, Alex e Edgard e meus sobrinhos Juan e Rafael. Esta minha família oficial estende-se ainda à minha querida avó Wanda, minhas tias, tios e meus muitos primos, todos criados como irmãos.

Em minha vida tive o privilégio de incorporar à minha família oficial, novas famílias. Essas pessoas figuram hoje como importantes portos seguros, onde consigo ancorar minhas raízes. Mais mães, mais irmãos, mais tios e mais sobrinhos. Meu grande agradecimento às minhas mães Ilka (in memória) e Acidália. A minha outra família que me acolheu e que também me enche de carinho e de força: Clara, Karla, Cal, Bia, Heitor, Carlos e Aury. E, por fim, dedico todo meu crescimento ao Marcelo, que com sua grandiosidade me mostrou a diferença entre “ser e estar”.

**ARQUITETURA NAS FEIRAS AO AR LIVRE:
PARADIGMAS PARA CONSTRUÇÕES DE
MERCADOS POPULARES CONTEMPORÂNEOS**

ANDRÉ LUIZ CARVALHO CARDOSO

PROF^a. ORIENTADORA: Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura.

O presente trabalho apresenta como foco de interesse o entendimento e reconhecimento de arquiteturas nas feiras ao ar livre (feiras livres) que sirvam como paradigma para as transformações propostas nas requalificações, pelas quais estas feiras vêm passando. Aqui, nomeamos tais lugares transformados de “mercados populares contemporâneos”. Busca-se comprovar a hipótese de que existe uma arquitetura que se dá na interrelação entre objeto e vida, animada pelo evento. Porém, nas reformas, as estruturas antes móveis e transitórias são formalizadas em construções de alvenaria, como nos mercados, ou a partir da escolha de formas tipológicas, uniformizando os espaços de troca, como as coberturas em lonas tensionadas. Foi desenvolvida uma extensa pesquisa de campo por importantes feiras populares de vários estados brasileiros. Entretanto, destacam-se, como estudos de caso, a Feira de São Joaquim em Salvador, Bahia e o Complexo do Ver-o-Peso em Belém do Pará. Destaca-se como característica fundamental para escolha das duas feiras como objetos de estudo da tese, a passagem pelo processo de requalificação. No Mercado Ver-o-Peso pude pesquisar as complexidades de um espaço que passou pela

reforma. Na Feira de São Joaquim, o que se destaca é a liminaridade de um momento de transição. Desde 2006 são discutidas propostas de reformas entre Sindicatos de Feirantes, Governo e escritório de arquitetura. Para metodologia, utilizamos a relação entre os estudos de arquitetura e de etnografia. Assim, são aproveitados como condutores da pesquisa os exemplos bibliográficos de incursões a campo, assim como a observação direta, a análise e cruzamento de dados com entrevistas, levantamento bibliográfico e registros fotográficos. Podemos afirmar e reconhecer as feiras, aqui investigadas, como espaços de constantes “performances sociais” que encenam, cotidianamente, inéditas e poderosas histórias. O que trago aqui então é um relato com fragmentos de minha participação em algumas destas “performances sociais”, uma imersão, um estar-na-feira.

Palavras-chave: 1. Arquitetura. 2. Feiras livres. 3. Feira de São Joaquim – Salvador (BA). 4. Mercado do Ver-o-Peso – Belém (PA).

RIO DE JANEIRO
MARÇO DE 2011

**ARCHITECTURE IN THE FAIRS TO THE OUTDOORS:
PARADIGMS FOR CONSTRUCTIONS OF
CONTEMPORARY POPULAR MARKETS**

ANDRÉ LUIZ CARVALHO CARDOSO

PROF^a. ORIENTADORA: Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura.

The work here presented focuses on the understanding and recognition of outdoor fairs (free fairs) architecture that serves as model for proposed changes in the retraining by which those fairs have been going through. Here, we name such processed places as “contemporary popular markets.” We aim to prove the hypothesis that there is an architecture born in the relationship between object and life, animated by the event. However, in the reforms, the structures before transitional and mobile are now formalized in masonry buildings, just like in the markets, or from the choice of typological forms standardizing the exchange spaces like the covers of canvas taut. A broad field research was undertaken throughout major fairs of various Brazilian states. However, we must highlight as case study, the São Joaquim Fair in Salvador, Bahia and The Ver-o-Peso Complex in Belém do Pará. The fundamental feature for choosing those fairs as object for the study of the thesis is the passage through the process of upgrading. In the Ver-o-Peso Market I was able to research the complexity of a space that has gone under reform. In the

São Joaquim Fair, what stands out is a liminal moment of transition. Since 2006 reform proposals are discussed between stallholders unions, government and architecture firms. As for methodology we used the relationship between architecture and ethnography studies. Therefore, bibliographical examples of field inspection, direct observation, analysis and exchange of data with interviews as well as literature and photographs were used as research guidelines. We affirm and recognize the Fair, here analyzed, as spaces of constant “social performance” that play, in a daily basis, new and powerful stories. What I bring here is, therefore, a report with excerpts from my participation in some of these “social performances”. An immersion, a “being-in-the-fair”.

Kew-words: 1. Architecture. 2. Free fairs. 3. São Joaquim Fair – Salvador (BA). 4. Ver-o-Peso Market – Belém (PA).

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2011

SUMÁRIO

Introdução	18
Capítulo I – Feiras ao ar livre: arquitetura nos espaços populares de troca	31
Arquitetura nas feiras ao ar livre.....	33
O Arquiteto como etnógrafo	43
Capítulo II – Feiras e Cidades: adventos da mobilidade	67
Feiras e Cidades	69
A feira em três tempos: Feira do Sete, Feira de Água de Meninos e Feira de São Joaquim.....	78
O Complexo do Ver-o-Peso.....	102
Capítulo III – Paradigmas arquitetônicos nas feiras livres: Intersubjetividade, superfície de contato e evento	117
Superfície de contato	119
Intersubjetividade.....	134
Evento.....	148
Capítulo IV – Mercados populares contemporâneos: Usos e Contra-Usos nas feiras “enobrecidas”	159
Mercados populares contemporâneos	161
As lonas high tech do Mercado Ver-o-Peso.....	169
Novos caminhos, o caso de São Joaquim.....	180
Considerações Finais	190
Bibliografia	200

“Domingo, 21 de maio de 2006, 17:00h, faço minha última incursão ao Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas (CLGTN)” (CARDOSO, 2006, P. 165). Assim, descrevendo minha última pesquisa de campo feita no CLGTN, iniciava minhas considerações finais na dissertação que desenvolvi no mestrado sobre as transformações arquitetônicas da tradicional Feira dos Nordestinos, no bairro de São Cristovão, Rio de Janeiro. A finalização do mestrado me colocava diante da angústia de ter que concluir uma pesquisa, quando descobertas importantes, para mim, pareciam começar a se revelar. Porém, fui percebendo que as novas questões e questionamentos descobertos se ampliavam para além da pesquisa que era desenvolvida e que, portanto, não caberiam mais no que a dissertação se propunha. Logo após a conclusão da dissertação, resolvi continuar trilhando, no doutorado, os caminhos que se apresentavam nas relações arquitetônicas nas feiras livres.

Apesar de complementares, essas pesquisas têm importantes diferenças a serem consideradas. A principal delas foi trazer para o foco da discussão, no doutorado, o entendimento e as influências da arquitetura nos locais populares de troca: as feiras ao ar livre ou simplesmente feiras livres como conhecemos no Brasil.

No material de pesquisa (fotos, entrevistas, observação participante, etc.) utilizado na dissertação de mestrado e nos outros materiais que venho guardando desde 1994 sobre diversas feiras livres, pude observar que nestes locais de troca as relações intersubjetivas suplantam as materialidades das construções, fossem elas precárias ou não. Por isso, mesmo em espaços requalificados, onde a arquitetura era usada como ferramenta de transformação, na tentativa de fixação estrutural, esta arquitetura acabava sendo subvertida e reapropriada pelos agentes sociais. As feiras são lugares dominados pela mobilidade¹.

Ao enveredarmos numa feira, nos deparamos com as complexidades características daquilo que pensamos como cidade, que, nos termos de Lefebvre, “é a obra a ser

¹ Marc Augé nos oferece alguns caminhos para pensar mobilidade “[...] Pensar a mobilidade é pensá-la em diversas escalas para tentar compreender as contradições que minam nossa história [...] Pensar a mobilidade é também aprender a repensar o tempo. A ideologia ocidental, com o tema do fim das grandes narrativas e do fim da história, estava em atraso em relação ao evento: ela falava de uma época sem se dar conta de que nós estávamos já grandemente engajados numa nova época [...] Pensar a mobilidade no espaço, mas ser incapaz de concebê-la no tempo, essa é finalmente a característica do pensamento contemporâneo preso na armadilha de uma aceleração que o entorpece e o paralisa [...]” (2010, p. 99, 100, 102)

associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (2001, p. 46). Isso passa a ser o imperativo para escolhas e os recortes desta tese. Falo, aqui, do centro frenético de uma cidade. As feiras podem servir como metáforas e metonímias, como reproduções diminutas das cidades que as abrigam e como interpretações da vida, do trabalho, do lazer, das relações interpessoais, das hierarquias, dos sentidos de pertencimento.

A superintendente do IPHAN em Belém, Maria Dorotéia Lima relata a relação entre os feirantes e o espaço no Mercado Ver-o-Peso:

A relação com eles (os feirantes) e com aquele espaço também é de sobrevivência. Há uma disputa também naquele espaço, e também tem práticas simbólicas muito fortes. Há uma reprodução cultural ali de sistemas tradicionais, de práticas de processos, enfim, de relações sociais e sociabilidades também muito intensos².

Na dinâmica desta espécie de “micro-urbanismo” das feiras, vemos reproduções adaptadas das dinâmicas existentes na cidade. Lá estão as ruas, separadas em principais e secundárias, estão os centros e periferias que caracterizam dicotomias urbanas. Perpassando tais “cidades”, estão também as demarcações entre público e privado. Tudo isso, na maioria das vezes, só é possível perceber depois de nos despirmos da impressão inicial de se estar diante de um grande caos. Pois, como nos afirmara Claude Lévi-Strauss, “toda paisagem apresenta-se de início como uma imensa desordem, que nos deixa livres para escolhermos o sentido que preferirmos lhe atribuir” (1996, p.54). Ao mesmo tempo, entender tais divisões separadamente, nos coloca diante de uma armadilha, ao analisarmos as cidades e as feiras. Serve-nos, então, o caminho apontado por Clifford Geertz, ao descrever uma das funções principais do etnógrafo, que deve primeiro apreender para depois explicar.

O que o etnógrafo enfrenta de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (1989, p.20).

Nas cidades e nas feiras, tudo é dinâmico. Dependendo do horário, temos feiras

² Entrevista de Maria Dorotéia Lima – (ANDREWS, 2010)

sobre feiras, personagens que aparecem e desaparecem. Às 05:00h, lá estamos diante do desembarque de produtos, com personagens específicos, nomeados: mateiros, barqueiros, balanceiros, arrumadores, carregadores etc. Ao meio-dia, a feira pode ser tomada pelo público trabalhador do entorno que quer alimentos baratos, pequenos lanches. Se for sábado ou domingo, a feira é festa. Aliás, a feira é sempre festa, há sempre cervejas e cachaças abertas sobre mesas, no interior das barracas, no cantinho, nas esquinas, sobre as caixas que antes serviram de engradado para carregamento de produtos e depois voltarão a suas funções. Às duas da tarde, passado o refestelamento do almoço, com o calor abrasante embaçando a paisagem, caixas e carrinhos de mão servem como cama para o cochilo rápido, para a sesta. À noite, podemos ter o completo sumiço da feira, ou outras possibilidades de apropriação, o forró, o namoro, a prostituição, a possibilidade do ilícito. Aliás, se tratarmos de lícito ou ilícito, cairemos na eterna tentativa de normatização das práticas populares. Portanto, entender as feiras a partir de categorias fixas nos induz ao erro, o mais aconselhável é entendê-las, as categorias, como flutuantes, trocando de formas e funções.

Falo, por isso, de uma lógica de funcionamento que se confunde com a própria lógica das cidades. Afinal, esses seculares espaços de troca encontram-se fortemente imbricados com as cidades. Muitas vezes as feiras fundavam as cidades. Temos, como exemplo, no Brasil, a Feira de Caruaru, que dá origem e nome à cidade de Caruaru, em Pernambuco.

Há que se destacar, ainda, a existência de uma espécie de adaptação urbanística que rege as cidades e está inserida no contexto e funcionamento de todas as feiras, sendo atualizada com o tempo, mostrando contradições e conflitando sua configuração. Assim, além da divisão espacial, as normas e regras de salubridade, a legalização de serviços e o controle são questões prementes para esses espaços de troca. Em suas configurações, as feiras apresentam, muitas vezes, vestígios labirínticos e informais, característicos das cidades medievais, ou o tabuleiro de xadrez, que caracteriza os desenhos das cidades renascentistas. Ao mesmo tempo, ruas e avenidas definem quarteirões que poderiam nos aproximar da ideia de “traçado regulador”, característico do movimento moderno de Le Corbusier. Tais desenhos sobrepõem-se e habitam esse mesmo espaço.

Outra alusão possível estaria na verificação de como esses espaços misturam várias referências e símbolos. Em *Aprendendo com Las Vegas*, os autores, Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour (2003, p.35), utilizam alguns exemplos para nos mostrar como “as palavras e os símbolos podem ser usados no espaço para a persuasão comercial”, como relações características e separadas na ideia de “arquitetura da persuasão”. Nas feiras,

encontramos tanto os sinais daquilo que os autores chamam “*strip* do bazar”, ou seja, uma espécie de circulação que se caracteriza pela proximidade, repleta de sinais e reclames; como as características das ruas estreitas da cidade medieval, em que, apesar de haver sinais de publicização, a persuasão é norteadada pela visão e cheiro das mercadorias. Ainda encontramos vestígios das *main streets* das cidades americanas que se caracterizam pelas vitrines e letreiros convertendo tudo em símbolos. Sim, está tudo lá, junto e misturado: os pregões, a visão, os cheiros, as vitrines os letreiros, os cartazes, as lonas tensionadas, os estacionamentos.

As palavras e os símbolos podem ser usados para persuasão comercial. O bazar do Oriente Médio não contém sinalização; a *strip* é praticamente toda sinais. No bazar, a comunicação funciona mediante a proximidade. Ao longo de suas aleias estreitas, os clientes sentem e cheiram a mercadoria, e o comerciante aplica a persuasão oral explícita. Nas ruas estreitas da cidade medieval, embora haja sinais, a persuasão é feita principalmente por meio da visão e do cheiro dos bolos e biscoitos reais, através de portas e janelas das padarias. Na *main street* das cidades americanas, as vitrines, para os pedestres, e os letreiros externos, perpendiculares à rua, para os motoristas, dominam a cena de modo quase igual. (2003, p.35)

Ao que parece, este é um dado da contradição presente no embate da formalização e da informalização. Persuadir o público de maneira regulada por normas oficiais. Isso se torna mais complexo, pois a função das feiras é o desaparecimento, o escoamento dos produtos. E, por isso, há que se anunciar, divulgar, disputar aos gritos a melhor oportunidade para os consumidores, criar fidelidade com os clientes, vender a tradição, o invisível. Por isso, a comparação com Las Vegas é tão evidente.

Assim, minha hipótese é que a arquitetura nesses espaços tradicionais de troca, as feiras livres, caracteriza-se por sua dimensão temporal, onde as dinâmicas da vida e das trocas em comunhão com a materialidade de objetos, muitas vezes banais, transfiguram-se em arquitetura. Configura-se, desta forma, uma arquitetura que reside numa espécie de entre-lugar, que se dá a partir de *superfícies de contato* vivenciadas numa *relação intersubjetiva* entre atores sociais, sendo estimulada pela troca e pela efemeridade do evento.

Tal hipótese, a priori, possui um caráter abrangente, se pensarmos que toda arquitetura, seja um supermercado, um ponto de ônibus ou até mesmo uma barraca de camping, guarda a temporalidade como característica na interação entre a construção e seus usuários. Diriam-me alguns que se não fosse assim não seria arquitetura. Mas, aqui reside um grande desafio para projetos de requalificação e para permanência e manutenção da

memória ou por seu completo aniquilamento objetivando um futuro. Contudo, uma diferença deve ser considerada: a ideia de arquitetura como “produto fechado”. As feiras são exemplos emblemáticos de como a arquitetura pode ser colocada à prova no seu objetivo de permanência.

A diferença principal, desta forma, estaria no entendimento ou na possibilidade de compreender que projetos arquitetônicos para espaços populares, como as feiras aqui estudadas, deverão guardar em sua origem a dimensão transitória ou a dimensão da interatividade, sendo compreendida por seus projetistas como uma “obra aberta”⁹. O usuário é co-autor da obra e esta obra (arquitetura) só se dá nesta relação.

Percebo, nesta questão, vinculada a uma ideia de arquitetura aberta, uma obra em processo, a possibilidade de ter na arquitetura popular das feiras livres o laboratório pertinente para se discutir este tema tão caro à arquitetura contemporânea. Sabemos que para muitas disciplinas como a antropologia, sociologia, geografia humana e até mesmo as artes visuais esta temática pode parecer já superada e não fazer, hoje, o menor sentido, entretanto, na arquitetura esta discussão apresenta-se cada vez mais presente.

“Num ensaio sobre narrativa, Victor Turner argumenta que as performances sociais encenam histórias poderosas – míticas e também de senso comum – que proporcionam ao processo social uma retórica, ‘uma forma de enredo e um significado’” (CLIFFORD, 2002, p. 63). Assim podemos afirmar e reconhecer as feiras, aqui investigadas, como espaços de constantes “performances sociais” que encenam, cotidianamente, inéditas e poderosas histórias. O que trago aqui então é um relato com fragmentos de minha participação em algumas destas “performances sociais”, uma imersão, um estar-na-feira. Antes de começar este meu ensaio, declaro que concordo com Clifford ao firmar que “a escrita etnográfica é alegórica tanto no nível de seu conteúdo quanto no nível de sua forma” (2002, p. 63).

Venho desenvolvendo para esta tese uma pesquisa de campo que tem me proporcionado o prazer de vivenciar importantes e tradicionais feiras brasileiras. Nas capitais podemos destacar: a Feira de Caxias, no Rio de Janeiro, a Feira de São Joaquim em Salvador – Bahia, e o Complexo do Ver-o-Peso em Belém do Pará. Destaco também minhas incursões em feiras do interior do nordeste brasileiro como: a Feira de Caruaru, em Pernambuco, a Feira de Paulo Afonso, no sertão da Bahia; a Feira de Santana do Ipanema, no sertão de Alagoas; Feira do troca em Juazeiro do Norte, sertão do Ceará; Feira de Sousa,

³ Termo clássico dos estudos de Umberto Eco ao analisar as “formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas” (ECO, 1971).

no sertão da Paraíba, dentre outras. Esta oportunidade de estar nesses tradicionais espaços de troca do Brasil, tanto nas capitais como no interior, me colocou diante das questões que aqui pretendo abordar sobre uma suposta arquitetura característica nesses locais.

Porém, para o escopo desta tese, foram privilegiadas duas feiras tradicionais, a saber, a Feira de São Joaquim e a Feira do Ver-o-Peso. Ainda que em alguns momentos, da tese, outras feiras pesquisadas nos sirvam como referência exemplificando categorias de análise.

Destaca-se como característica fundamental para escolha das duas feiras como objetos de estudo da tese, a passagem pelo processo de requalificação. No Mercado Ver-o-Peso pude pesquisar as complexidades de um espaço que passou pela reforma. Na Feira de São Joaquim, o que se destaca é a liminaridade de um momento de transição. Desde 2006 são discutidas propostas de reformas entre Sindicatos de Feirantes, Governo e escritório de arquitetura.

O trabalho de campo que fundamenta esta tese vem sendo desenvolvido de forma intermitente ao longo de quase dez anos. Destaca-se a Feira de São Joaquim como a feira mais visitada durante todos esses anos⁴.

O registro iconográfico dessas feiras e suas arquiteturas é iniciado em meus primeiros contatos com a Feira de São Joaquim, no ano de 1994, ainda na faculdade de arquitetura. Influenciado por meu encontro, na Bahia, com o artista plástico Carybé e por seu relato apaixonado sobre esta feira baiana, nunca mais parei de observá-la e registrá-la.

A partir da afirmação de Carybé “o primeiro lugar a ser visitado numa viagem é a feira, pois entendemos ali a identidade mais forte dos habitantes” (Carybé apud Campos, 1998, p. 52), me tornei uma espécie de turista aprendiz, parafraseando Mario de Andrade, que buscava nas cidades visitadas encontrar nas feiras a “identidade dos seus habitantes”.

As várias pesquisas de campo nas diversas feiras visitadas se deram de forma variada. No Mercado Ver-o-Peso, por exemplo, os trabalhos de campo e o registro iconográfico para pesquisa foram realizados em cinco dias de intenso convívio na feira no mês de dezembro de 2011.

Para estes intentos, a tese se organiza com os seguintes objetivos: a) relacionar arquitetura e feira livre; b) identificar uma arquitetura que se diferencia dos moldes formais e estéticos estabelecidos por uma idéia erudita da história arquitetônica; c) mostrar que o entendimento desta arquitetura dinâmica e viva que caracteriza as feiras, ainda é um de-

⁴ As entrevistas e relatos começam a ser desenvolvidos a partir de 2003, quando inicio minha pesquisa sobre feiras, na Pós-Graduação em Sociologia Urbana pela UERJ.

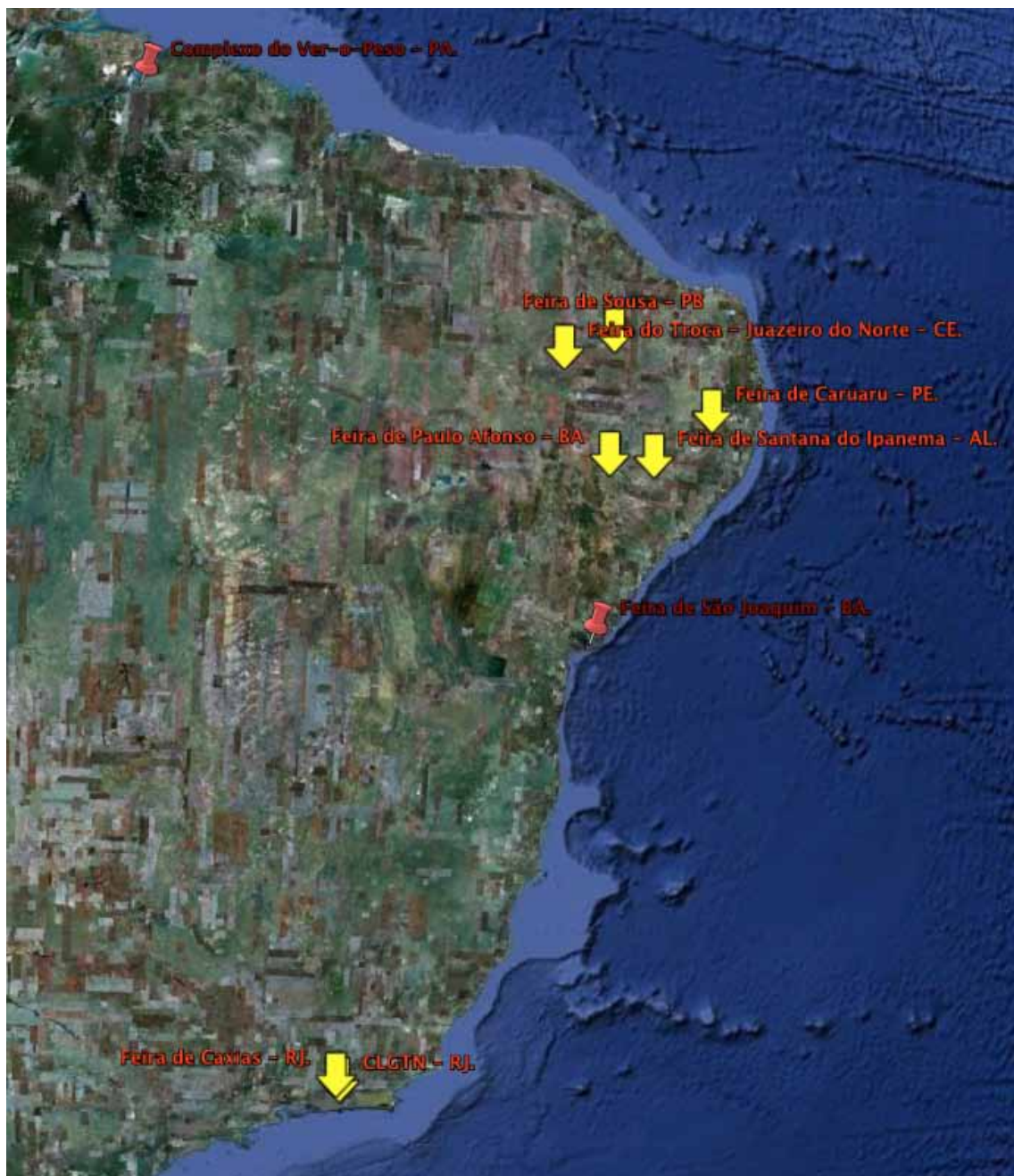


Figura 01: Trecho do mapa do Brasil com localização das feiras pesquisadas. (Imagem do Google Earth, Março de 2011).

safio para os projetos de arquitetura contemporânea, sobretudo, nos projetos de requalificação das feiras livres. A partir disso, a tese se divide em quatro capítulos, a saber: 1 - O arquiteto como etnógrafo; 2 - Feiras e cidades: adventos da mobilidade; 3 - Paradigmas arquitetônicos nas feiras livres: superfície de contato, intersubjetividade e evento; 4 - Mercados populares contemporâneos: usos e contra-usos nas feiras “enobrecidas”.

O primeiro capítulo se divide em duas partes. Na primeira delas, procura-se destacar os referenciais teóricos que nortearão a tese. Assim, apresenta-se o estado da questão: autores que se debruçaram sobre temas com afinidades aos desta tese. A partir disso, discute-se, então, as três categorias principais que servem para comprovação e entendimento do que a hipótese define como arquitetura nas feiras livres. A segunda parte deste capítulo apresenta a ideia comparativa do ofício do arquiteto e do ofício do etnógrafo. Aponta-se, assim, uma possibilidade metodológica para que através de uma “mirada etnográfica”, nos termos de Clifford (2002), o arquiteto possa enriquecer suas observações sobre a dimensão imaterial que caracteriza as arquiteturas das feiras livres.

O segundo capítulo divide-se em três partes. A primeira corresponde a um mergulho nas relações históricas entre feiras e cidades. Na segunda parte, envereda-se na história e nos relatos sobre a Feira de São Joaquim, constituindo uma panorâmica da trajetória deste espaço de troca na cidade de Salvador, Bahia. Na terceira parte do segundo capítulo, apresenta-se o Mercado ver-o-peso, em Belém do Pará.

No terceiro capítulo, as categorias de análise, as quais são denominadas “paradigmas”, são aplicadas ao trabalho de campo, como percursos etnográficos pelas vozes da feira. Revela-se, assim, aquilo que se buscou entender como arquitetura das feiras livres.

No quarto e último capítulo, discutimos e analisamos as feiras “enobrecidas”⁵, as quais denominamos Mercados populares contemporâneos. Neste capítulo, procura-se entender, a partir da noção de contra-usos, cunhada por Proença Leite (2004), como estes espaços são reelaborados pelas práticas populares. Evidenciam-se, assim, problemas numa relação dialógica entre arquitetos e feirantes. Aqui, os projetos de requalificação são analisados pelos próprios atores implicados em tais reformas.

Michel Freitag nos coloca diante da afirmação de que “A realidade parece ter es-

⁵ O termo enobrecido é aqui utilizado como correspondente do termo *gentrification*, seguindo a tradução no Brasil da coletânea Espaço de diferença de Sharon Zukin (2000) organizada por Antonio Arantes. *Gentrification*, Segundo Leite, “é utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais.” (2004, p. 19 e 20)

capado à arquitetura, e a arquitetura desertado a realidade” (2004, p.12). Ao levantar esta questão em seu livro “Arquitetura e Sociedade”, este professor de sociologia nos lança diante de uma acusação cada vez mais disseminada em relação à arquitetura. Este autor nos anuncia o distanciamento cada vez maior que a arquitetura foi tomando em relação à sociedade ao longo de sua história sistematizada.

Segundo Freitag, a arquitetura foi se vinculando cada vez mais a projetos tecnicistas através de um viés erudito, tornando seus projetos mais mirabolantes e espetaculares. Enquanto que por outro lado, a contemporaneidade tratava de produzir sincretismos culturais onde o a idéia de cultura está cada vez mais ligada a relações híbridas que misturam cultura de massa, cultura erudita e cultura popular. Isto tornou urgentes os problemas das minorias, da sociedade alternativa, expondo as mazelas de uma modernização falida que tentara resolver na forma as questões sociais. A reboque, as práticas populares transformaram-se de problemas urbanos em fetiches turísticos.

Este viés tecnicista e de turistificação que corroboram o distanciamento da relação entre arquitetura e sociedade também é destacada por Hal Foster em seu livro *Deseño Y Delito*. Foster nos dá um panorama desta arquitetura espetacular que vem sendo produzida pelo capitalismo onde “una imagem acumulada hasta el punto de convertirse en capital” (2004, p.41). Foster usa como exemplo a produção do arquiteto Frank Gehry, nos mostrando como a produção de Gehry tem início vinculado a um discurso cultural, influenciado pelos debates da pos-modernidade dos anos sessenta e culmina rendido ao espetáculo com o projeto do Museu Guggenheim de Bilbao. Foster nos alerta que o “Efeito Bilbao... ha desatado una feroz demanda de hazanãs similares de los arquitectos en todo el mundo. Por desgracia, así ha sido, y (si los terroristas no lo impiden) es probable que pronto ilegue a su ciudad”. (2004, p.42)

O princípio organizador desta pesquisa, então, baseia-se na constatação de que as transformações arquitetônicas por que vêm passando tradicionais feiras populares brasileiras, como no caso estudado no mestrado do CLGTN, nos mostram que os projetos arquitetônicos de intervenção nesses espaços ainda apontam dificuldades ao se relacionar com o cotidiano da vida, com a imaterialidade característica destes locais de trocas.

Observa-se como problema nos espaços transformados uma tentativa de uso da arquitetura, ora por parte dos poderes públicos hora por parte dos próprios arquitetos, como ferramenta de domesticação e regulação das práticas informais que caracterizam as feiras livres tradicionais. E ao intervir usando a arquitetura como ferramenta de apropriação, impondo a forma como molde para as práticas populares que carac-

teriazam-se pelas praticas transitórias, esses agentes responsáveis pelas transformação acabam criando contradições. Contudo, o diálogo entre essa arquitetura imposta e a imaterialidade do evento faz emergir um “entre” mutável, vivo e dinâmico, que se distingue tanto das intenções dos interventores quanto das características anteriores dos comércios populares.

O trabalho justifica-se, pois, atualmente feiras populares e tradicionais vêm passando por processos de intervenções⁶, sobretudo as áreas turísticas da cidade. No Brasil, temos o Mercado Ver-o-Peso de Belém do Pará; e o próprio Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Sabemos que tais processos de intervenção urbana modificam e acabam gerando novas memórias para estes locais, principalmente quando se trata de lugares como as feiras livres, ricos em histórias, e que vêm passando, ao longo dos tempos, por várias modificações. Como muitos desses comércios populares ainda não foram modificados, tentaremos fazer uma análise observando tanto os mercados já transformados como estes ainda não modificados. Verificando, com isso, como os espaços de trocas são influenciados pelos processos de enobrecimentos e como esse estas novas arquiteturas são influenciadas pela transitoriedade das relações intersubjetivas.

Constam muito poucas bibliografias sobre feiras livres. Bibliografias de feiras que tenham discussões arquitetônicas são muito mais escassas no Brasil. Para esta tese foram encontrados poucos estudos que relacionem os dois temas aqui pesquisado (arquitetura e feira livre) como veremos no primeiro capítulo desta tese. Assim, ao vincular esses dois temas, como recorte de estudo, preenchamos uma lacuna tanto como suporte teórico acadêmico e sobretudo servindo como bibliografia de auxílio a projetos e projetistas.

⁶ “[...] visando a sua modernização, verifica-se que diferentes modos de intervenção podem ser identificados. As intervenções que, por serem realizadas nos tecidos urbanos existentes, no sentido de adequá-los outra vez, ou readaptá-los a novas situações, vêm recebendo, a cada novo contexto, novas denominações, geralmente com prefixo re: renovação, revitalização, reabilitação, requalificação, regeneração, entre outras. Foi com sentido de demolição e reconstrução que a prática da renovação urbana (tanto a ‘clássica’, haussmaniana, quanto a ‘modernista’) expandiu-se e que, por reação a seus excessos, na Europa dos anos 60, inaugurou-se uma nova fase. [...] uma nova concepção e uma nova prática de intervenção: a reabilitação urbana. Contribuíram para isso a redescoberta e a revalorização do patrimônio arquitetônico [...] nos anos 80, época da crise do planejamento, generalizam-se os termos ‘reabilitação’ (no sentido de habilitar outra vez) e ‘revitalização’ (no sentido de criar vitalidade. outra vez) como forma de intervenção na cidade existente. [...] os projetos urbanísticos recuperam o desenho do ambiente construído e dos espaços públicos em diferentes fragmentos objetivando a requalificação de recortes selecionados. Nestes projetos urbanos de intervenção pontual concentrada, vultuosos recursos são investidos em algumas estruturas ou edificações, muitas vezes arquiteturas de *griffe*, dotadas de boa visibilidade mediática [...] (VAZ & JACQUES, 2003, p.131)

Finalmente, gostaria de agradecer aos muitos entrevistados para esta tese e que foram fundamentais para a pesquisa desenvolvida. Destaco alguns que serviram como interlocutores, como “vozes” que possibilitam os percursos etnográficos trilhados nesta tese. são eles:

Marcílio – Presidente do Sindicato dos Feirantes de Salvador e representante oficial dos feirantes da Feira de São Joaquim, em Salvador – Bahia; Naia Alban – arquiteta responsável pelo projeto de requalificação desenvolvido para Feira de São Joaquim; Edmilson Rodrigues – arquiteto e prefeito de Belém, na época, foi que criou o concurso nacional para reforma do Mercado Ver-o-Peso; Rodrigo Azevedo – Arquiteto carioca, fez parte do grupo vencedor que desenvolveu sob coordenação do arquiteto e professor Flávio Ferreira o projeto de requalificação do Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará; Leila erveira e representante das “cheirosas” vendedoras do setor de ervas do Mercado Ver-o-Peso.

CAPÍTULO I
Feiras ao ar livre:
arquitetura nos espaços populares de troca



ARQUITETURAS NAS FEIRAS AO AR LIVRE

Ao estudar as feiras livres, é possível observar, segundo alguns autores (MOTT, 2000; GOEBERG, 2003), que esta temática se apresentou muito tardiamente como interesse acadêmico no Brasil, se levarmos em consideração sua história milenar. Condição esta que contrastava, como afirmara Mott (2004) em sua pesquisa, com as centenas de bibliografias, sobre o tema, existentes em outras países.⁷

No Brasil, o antropólogo Luiz Mott destaca-se como um dos precursores na pesquisa acadêmica sobre o tema, em investigações iniciadas em 1965 na USP. O autor teria sido também o primeiro a defender, em 1975 na UNICAMP, uma tese sobre o tema.

Mott estudou uma feira num município de Sergipe, no Nordeste brasileiro. O antropólogo enfatiza que, quando iniciou seus estudos sobre as feiras, a primeira constatação era a de que se tratava de um estudo de “domínio interdisciplinar, unindo a antropologia, a geografia e a economia, mais precisamente a antropologia econômica, a geografia do comércio ou da circulação e a economia política” (MOTT, 2000, p.14), tendo em vista que tais disciplinas já tinham uma produção específica sobre o assunto. Mott destaca, ainda, o geógrafo Pasquale Petroni, que ministrava um curso de Geografia da Circulação, na USP, como um dos poucos especialistas no tema, no Brasil de então.

O próprio Mott (2000, p.16), em seu relato, destaca alguns escritos que teria encontrado sobre o tema na época de suas pesquisas, descrevendo que dos poucos registros

⁷ Mott destaca que “se a bibliografia nacional era reduzida, os estudos sobre feiras e mercados de outras regiões do mundo ultrapassavam duas centenas de títulos, notadamente sobre os mercados africanos, as feiras latino-americanas e do Caribe, sobre os mercados camponeses da Ásia e feiras do extremo oriente, sobre as feiras e mercados da Europa, seja na Idade Média, seja em áreas rurais, notadamente na Europa oriental”. Mott termina nos mostrando que o próprio antropólogo Malinowski escreveu um trabalho sobre os mercados de Yucatán, no México: “La economía de un sistema de mercados em México. Acta Antropológica, México, época 2, v. 1, n° 2, 1957”. (2004, pp.17-18)

sobre as feiras destacavam-se: “algumas monografias sobre poucas feiras famosas, como a Feira dos Burros de Sorocaba (SP), um estudo sobre a Feira de Gado de Feira de Santana (BA), alguns artigos introdutórios assinados por geógrafos e antropólogos sobre feiras do Nordeste, apenas um estudo geográfico sobre feiras urbanas”.

Muitas feiras são relatadas em bibliografias de cronistas, romancistas, viajantes, cadernos turísticos, ou ainda vinculadas a cadernos de fotografia e desenhos, desde o século XIX. Podemos destacar alguns importantes autores brasileiros que descrevem com beleza e poesia esses lugares: Lima Barreto (1953), João do Rio (1987), Jorge Amado (1982), Odorico Tavares (1951), Carybé (1976).

Esses espaços tradicionais de trocas populares também vêm sendo retratados por artistas de diversas áreas. Tais produções configuram-se, nos dias atuais, como um importante material iconográfico das feiras e das práticas populares de mercar no Brasil. Destacam-se os pintores Henry Chamberlain e Jean-Baptiste Debret, o artista plástico Carybé, os fotógrafos Pierre Verger, Miguel Rio Branco, Luiz Braga. Ampliando um pouco mais o leque das artes, o cinema também guarda importantes documentos históricos sobre as feiras. Destacamos aqui o filme “A Grande Feira”, com direção de Roberto Pires, de 1961. O filme relata de forma muito clara o cotidiano da Feira de Água de Meninos e mostra a pressão dos poderes políticos para a transferência dos feirantes para a enseada de São Joaquim. O filme rodado na feira é um claro registro das ocupações e das arquiteturas existentes naquele espaço.

Assim, os relatos, as descrições e imagens aqui descritos serviram como referências para encontrarmos alguns vestígios sobre como eram as construções e a vida nesses locais.

Nas últimas décadas do século XX, muitas pesquisas, sobretudo nas áreas de antropologia e geografia, têm abordado as feiras como tema central. Podemos destacar algumas dessas pesquisas usadas como referência para esta tese, como os trabalhos de Pandolfo (1987), Mascarenhas (1997), Paim (2005). Paralelamente aos estudos acadêmicos, há algumas publicações turísticas, bilíngues, com belas fotos sobre feiras e mercados (Guglielmo e Fittipaldi, 2005).

Na pesquisa bibliográfica não foi encontrada nenhuma documentação que trate exclusivamente das questões arquitetônicas vinculadas às feiras livres. Destacamos as investigações desenvolvidas pela arquiteta e professora Vargas (2004) sobre o espaço terciário, em que ela trata “o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio” como uma das únicas pesquisas que trata da temática analisada pelo viés da arquitetura. Ainda que passe pelas feiras, essa pesquisa não trata especificamente desses espaços. Vargas mostra historicamente as várias formas e imagens dos espaços terciários (espaços de comércio), passando por vários deles. O panorama oferecido pela arquiteta foi de grande relevância para o entendimento desses locais.

Assim, tal panorama (Vargas, 2004) é ampliado nesta tese por dois historiadores, Munford (2008) e Braudel (1996). É possível percebermos o quanto tais espaços se encontram imbricados com as cidades. Esses autores contribuem para um entendimento ampliado das várias relações socioeconômicas estabelecidas por essas feiras ao longo dos séculos. Braudel, por exemplo, em sua análise sobre “Civilização Material, Economia e Capitalismo” dos séculos XV-XVIII, nos traz preciosos vestígios sobre o entendimento histórico desses espaços milenares de troca e sobre como eles se mantêm ao longo da história, sobrevivendo, ainda hoje, nas cidades contemporâneas.

As citadas referências históricas nos auxiliam no entendimento das feiras que antecedem as feiras brasileiras, tendo em vista que no Brasil a sua origem estaria vinculada, segundo Mott, ao nosso processo de colonização.

No Brasil, diferentemente do observado nos países andinos e em muitas sociedade africanas, onde a feira fazia parte da economia tradicional, entre nós, ela é uma instituição introduzida pelo colonizador português, habituado que estava, desde a baixa Idade Média, à frequentar inúmeras feiras de norte a sul do país. Nossos índios, acostumados à coleta e secundariamente à policultura de subsistência, não produziam excedentes que justificassem transações comerciais nem dentro nem fora da aldeia, sendo documentada apenas a prática da chamada “troca silenciosa”. (MOTT, 2004, p.21)

Mott afirma que no Brasil as feiras e mercados acabam por seguir o modelo dominante em Portugal, isto é, acontecem quase sempre nos centros urbanos e circundando o prédio do mercado. Assim, Braudel aprofunda essas referências sobre o modelo de feira europeu e nos oferece muitas chaves para entendermos as origens ocidentais desses espaços de troca brasileiros, que, atravessam nossa história e ainda hoje figuram como importantes ambientes de sociabilidade, trabalho e lazer, sobretudo para as camadas “populares” de nossa sociedade.

O material de pesquisa para esta tese, fotos, entrevistas, observação participante etc., vem sendo coletado desde 1994, sobre diversas feiras livres. Assim, de posse dessas bibliografias, e nas várias incursões que fiz a campo, ficou claro, corroborando a afirmação de Luiz Mott (2004), que entender a feira é um caminho interdisciplinar. Ao mesmo tempo, diante de observações arquitetônicas, percebi que a feira se expandia para além de suas construções. Como afirma Duarte (1993), observando um dia de feira no espaço público, “a praça parece se alargar em dias de feiras e seus limites vão muito além dos limites físicos das ruas que os cercam”.

Então, esses “limites físicos” também são expandidos nas delimitações das próprias ruelas e barracas das feiras. Percebo que a arquitetura não poderia ser estudada, em si, como uma análise da forma, mas a que nos interessa é ressignificada em seu uso, nas trocas, inserida no espaço da rua “cujos significados construídos pelas ações cotidianas o diferenciam e o tornam uma categoria sociológica inteligível”. (LEITE, 2004, p. 19)

Com isso, constroem-se os caminhos para entender que a relação entre feira e arquitetura está complexamente atravessada pelas relações sociais, pelas ações cotidianas.

Tal complexidade é potencializada pela tradição de ocupação irregular dos espaços de troca e pela tentativa de normatização a partir dos interesses do poder público. Assim, a todo instante, formas são reelaboradas tanto pelos projetos de requalificação quanto pelos usos cotidianos.

Minha observação em campo recai, com isso, nos contatos interpessoais, na funcionalidade do evento marcado pelas trocas e nas possíveis relações que esta não fisicalidade intersubjetiva empreende com a arquitetura, passando a ser também parte indissociável desta. Para isso, três categorias de análise apresentam-se como conceitos fundamentais para a confirmação da hipótese que se propõe. São elas: *Intersubjetividade*, *superfície de contato* e *evento*. Dentro dessas categorias sustentadas inicialmente pelos conceitos que as nomeiam, constroem-se, em todos os capítulos da tese, discussões teóricas, conceituais que dialogam com as mesmas. Passamos, então, a apresentar essas categorias.

Intersubjetividade

Ao falarmos de intersubjetividades, estamos, nos termos de Buber (2001), falando das relações sociais, da inter-relação que “envolve o diálogo, o encontro e a responsabilidade entre dois sujeitos e/ou a relação que existe entre o sujeito e o objeto”. Intersubjetividade, então, nos serve como base para o entendimento das relações que se constroem nesses espaços de troca, nas feiras livres. Algo que transcende as relações corporificadas na arquitetura. Espaços que se caracterizam pela “vida em diálogo”. Esclarecimento este que encontramos no capítulo de introdução, escrito por Newton Zuben, para o livro *Eu e tu*, e que nos afirmaria a pertinência em utilizar o filósofo Martin Buber como base para o conceito de intersubjetividade, utilizado na tese.

O fato primitivo para Buber é a relação. O escopo último é apresentar uma ontologia da existência humana, explicitando a existência dialógica ou vida em diálogo. As principais categorias desta vida em diálogo são as seguintes: palavra, relação,

diálogo, reciprocidade como ação totalizadora, subjetividade, pessoa, responsabilidade, decisão, liberdade inter-humano. (2001, p.29)

As pistas para chegarmos à ideia de intersubjetividade estão presentes na “experiência etnográfica” de James Clifford (2002). Esse autor, que cita várias vezes o termo em sua obra, destaca um certo status exemplar da prática etnográfica a partir do “envolvimento intersubjetivo”, no qual tanto os sujeitos que circulam nas feiras quanto os feirantes estão imbricados.

A ideia de intersubjetividade apresenta-se, dessa forma, como chave para o entendimento e reconhecimento dos tradicionais espaços de troca. Espaços, segundo Braudel, de uma atividade de “mão na mão, olhos nos olhos”. (1996, p.15)

Constroem-se, a partir dessas relações sociais, espaços que se ampliam para além do simples ato de comprar e vender as chamadas mercadorias. Mumford também nos mostra que, desde sua formação, os espaços de troca sempre foram esses locais de inter-relações, em que “provavelmente não existe sequer um mercado urbano onde a troca de notícias e opiniões, pelo menos no passado, não desempenhou um papel quase tão importante quanto a troca de mercadorias”. (MUMFORD, 2008, p. 179). Lugares de trocas ampliadas onde, ao observarmos e exercermos essas inter-relações, acabamos por chegar àquilo que Mauss chamou de “Dádiva”.⁸

Assim, as feiras livres acabam por se transformar em importantes espaços de trabalho, sociabilidade e lazer, tendo nessa dinâmica intersubjetiva sua dimensão de “não fisicalidade”, que acaba por construir a essência do que buscamos entender como arquitetura das feiras livres. Nessa não fisicalidade da intersubjetividade estaria o que buscamos como dimensão transitória, móvel, efêmera dessas arquiteturas e que acaba por construir o que se busca preservar como patrimônio imaterial. Por isso, o ofício do arquiteto se emparelha com o ofício do etnógrafo.

Essas relações, caracterizadas pelas intersubjetividades, se instauram e constroem superfícies materiais para que o “evento” se dê. São “ações que se convertem em trajetórias

⁸ “Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constatam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais [...] Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riqueza não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2003, p.190 e 191).

espaço-temporais da matéria”. (SANTOS, 2001, p.93) Santos (2001), em suas teorias sobre *A natureza do espaço*, nos oferece a base que procuramos para formular aquilo que entendemos como arquitetura dos espaços populares de troca, das feiras, e que se caracteriza por essa “inseparabilidade entre ação⁹ e objeto”. Para Santos “o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”. Assim, “a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma a ação”.

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga à intencionalidade dos objetos, e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e da técnica presente no território... Lembro-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio... Os resultados são sempre separados daquele que a produz, graças ao caráter essencialmente momentâneo da ação. (2009, p.94)

A noção de objeto, aqui citada, está vinculada ao que Milton Santos define como “produtos de uma elaboração social” (2009, p.63). Dessa forma, segundo o autor, existe uma distinção entre objetos e coisas; estas viriam de uma elaboração natural. Assim, coisas seriam formas naturais, enquanto que os objetos seriam formas artificiais, manipuladas pelo homem. Podemos destacar também a noção de objeto para os geógrafos, descrita por Santos:

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. Os objetos que constituem o espaço geográfico são obrigatoriamente contínuos e a população de objetos considerada pelo geógrafo não resulta de uma seleção, ainda que sábia e metódica, do pesquisador... o enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criam, ou que os herdaram, das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional. (2009, p. 72 e 73).

⁹ “Ação, como a corrente de intervenções causais reais, ou observadas, de seres corpóreos num processo contínuo de acontecimentos no mundo.” (SANTOS, 2009, p.79)

Então, onde se colocaria a arquitetura no conceito de feira? Por que a necessidade de construir superfícies ou suportes para relações intersubjetivas momentâneas? Chegamos então a essas construções, que são geradas pelas ações, pela troca. Seguindo a definição de Braudel, vamos nomeá-las aqui de superfícies de contato.

Superfícies de Contato

A ideia de superfície de contato, destacada no texto de Braudel, nos chamou a atenção para a possibilidade de entender uma materialidade que se dá antes e depois do evento, uma materialidade que poderíamos considerar como uma pré e uma pós-arquitetura das feiras. Essa materialidade faz parte de um processo que poderíamos chamar de *arquitetura como superfície de contato*, usada como base para que, no encontro entre objetos e pessoas, a arquitetura dos espaços de troca aconteça em sua plenitude.

Entre ‘vida material’ (no sentido econômico muito elementar) e vida econômica, a superfície de contato, que não é contínua, materializa-se em milhares de pontos modestos (grifo meu): feiras, bancas, lojas... Esses pontos são todos eles rupturas: de um lado, a vida econômica, com suas trocas, suas moedas, seus pontos nodais e seus meios superiores, praças comerciais, bolsas ou grandes feiras; de outro, a ‘vida material’, a não economia, sob o signo obcecante da autossuficiência. A economia começa no limiar do *valor de troca*. (1996, p.07)

Em uma feira livre podemos destacar muitos objetos que se transformam em superfícies de contato para que as trocas se deem. Dentre os vários exemplos, podemos citar alguns bem característicos, como: caixotes, lonas, carrinhos de mão, tabuleiros etc.

Nas várias incursões feitas a esses locais de troca, pude registrar, através de fotografias, sequências de imagens, uma amostragem dos processos de transformação do objeto, em que, por exemplo, um carrinho de mão pode ser utilizado para o transporte da mercadoria, para a sua comercialização e até mesmo como espaço para descanso. Através das análises e dos registros que ilustram essa situação, pude construir o entendimento que buscava sobre a materialidade descrita por Braudel como “pontos modestos” que operam como “superfícies de contato” nas feiras livres.

Essas pesquisas empíricas e observações sobre as superfícies de contato tornam-se

fundamentais, pois, em tais superfícies encontramos a dimensão material que nos servirá como ferramenta de análise para auxiliar na comprovação da hipótese central da tese.

Essas materialidades, que assumimos chamar, parafraseando Braudel, de superfícies de contato, juntam-se à constatação feita por Santos (2009, p.40) de que, “sem dúvida, os espaços são formados por objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos”.

O espaço no mundo físico é constituído via a experiência corporal do próprio sujeito através do eu consciente em movimento. O agente experimenta assim o mundo físico e representa as suas dimensões espaciais da perspectiva de seu próprio corpo. Similarmente, a materialidade do mundo físico é experimentada pelo contato corporal direto com esse mesmo mundo. Essa visão do mundo físico centrada no sujeito também afeta a definição dos sistemas de coordenadas espaciais correspondentes. A perspectiva subjetiva principia com a ideia de que por intermédio do corpo o agente assume uma posição concreta no mundo físico. (B. Werlen, apud. SANTOS, 2009, p. 83)

Aqui, lembramos que a hipótese desta tese busca uma arquitetura das feiras livres que acreditamos caracterizar-se por sua relação entre superfícies de contato e intersubjetividades, criando uma dimensão transitória, efêmera ou da mobilidade, que só pode ser percebida na relação “espaço-temporal” do evento, nos termos de Santos (2009).

Evento

Se por um lado resolvemos, conceitualmente, as duas vias que nos levariam ao entendimento sobre a arquitetura dos espaços de troca, a saber: intersubjetividade e superfície de contato, por outro, tínhamos o desafio de encontrar o conceito que nos permitisse entender as aproximações entre elas, a possibilidade de visualizarmos a junção espaço-temporal dessa relação instantânea entre material e imaterial.

Assim, da crença que a arquitetura das feiras livres e mercados populares acontece na interrelação entre a materialidade dos objetos e a imaterialidade da vida, chegamos a uma dimensão transitória. Encontramos na ideia de evento descrita por Milton Santos a dimensão espaço-temporal que nos serviu como base conceitual desse entendimento.

(O evento) permite unir o mundo ao lugar; a História que se faz e a História já feita; o futuro é o passado que aparece como presente. O presente é fugaz e sua análise se realiza sempre através de dois polos: o futuro como projeto e o passado como realidade já produzida. O evento aparece como essa grande chave para unir também a noção de espaço e tempo [...] como um todo único. (SANTOS, 1999, p.1)

Muitas outras questões podemos ainda destacar no conceito de evento, segundo Santos. Dentre as quais, vale ressaltar os vários sinônimos para o seu entendimento, que desejamos utilizar nesta tese:

Cada autor qualifica o vocábulo no interior de seu sistema de ideias. Onde Lefebvre escreve a palavra *momento*, Bachelard fala *instante* e Whitehead, *ocasião*. Já para Russell, evento resulta de uma série de instantes. Assim, a sinonímia não é exata, mas a construção de uma teoria geográfica do evento pode utilizar tais vocabulários quase indiferentemente. (2009, p.143)

Considero, dessa forma, que é no entendimento de uma feira livre como um “evento” que encontramos o desafio para as arquiteturas desses espaços que se concretizam na dinâmica entre objeto e ação, entre material e imaterial, entre forma e sociedade. Essa ideia de “evento”, aqui descrita, pode ser mostrada e ilustrada pelas imagens, pelos relatos de campo e, sobretudo, pela descrição histórica que vários autores e pesquisadores fizeram sobre feiras e mercados em diferentes momentos.

Temos, então, na noção de evento, descrita por Santos, a construção do entendimento que buscamos sobre arquitetura das feiras livres. Corrobora-se, assim, a ideia de uma arquitetura transitória que se caracteriza pela temporalidade e acontece numa espécie de “entre”, de limiar, constituído pela junção da imaterialidade das relações sociais com a materialidade dos objetos.

Entretanto, uma questão parece permanecer na seguinte pergunta: o que o evento tem a ver com a arquitetura? Duas importantes associações, que não são novas dentro das teorias arquitetônicas, nos auxiliarão nessa aproximação.

Para traduzir para o âmbito da arquitetura a noção de evento - aqui referenciada como forma de entendimento e análise das arquiteturas das feiras -, temos, como referência, duas importantes teorias arquitetônicas: o desconstrutivismo, embasado pelas teorias de Jacques Derrida, Bernard Tschumi e Peter Eisenman, e o pensamento situacionista sobre a cidade da Internacional Situacionista (IS), pelas teorias de um de seus principais

pensadores Guy-Ernest Debord. Ambos criaram novos caminhos para se pensar arquitetura e cidade, visando a um pensamento participacionista (pregando ou aceitando a participação dos habitantes) a partir de uma declarada crítica ao formalismo e ao funcionalismo modernos. Tais discursos expandiam a noção de arquitetura para além da forma. Ao investigarmos esses dois discursos, pudemos encontrar a noção de arquitetura como evento lá disseminada e vinculada ao entendimento do espaço-tempo. Para noção de desconstrutivismo, como nos afirma Nesbitt, “tanto Derrida como Tschumi se interessam pelo estudo do lugar, do “ter lugar” de um acontecimento, e da dimensão temporal da experiência do espaço” (2006, p.165). E Jacques destaca que “A Internacional Situacionista – grupo de artistas, pensadores e ativistas – lutava contra o espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não participação, a alienação e a passividade da sociedade.” (2003, p.13)

Em ambos os discursos podemos corroborar a ideia participacionista que nos termos dos Situacionistas cria “situações” e nos de Tschumi, “eventos”. O arquiteto Bernard Tschumi chega até mesmo a vincular a noção de evento como uma das naturezas da arquitetura.

O papel de incidentes isolados – tantas vezes descartados no passado – evidencia que a natureza da arquitetura nem sempre se encontra na construção. Eventos, desenhos, textos, expandem as fronteiras de construções socialmente justificáveis. (in NESBITT, 2006, p.181, grifo meu)

O ARQUITETO COMO ETNÓGRAFO¹⁰

Para agir como arquiteto sobre os meios urbanos brasileiros era urgente conhecê-los melhor. Era preciso descobrir formas de lê-los estruturalmente, que permitissem entendê-los como todos e, ao mesmo tempo, dar conta de um sem-número de particularidades das quais não se podia fazer tábula rasa, sob pena de perder o essencial, aquilo que, de fato, fazia o 'sistema funcionar de verdade'. Buscar novos métodos rastreadores das coerências e contradições entre as formas das cidades e de seus elementos físicos conformadores e as relações sociais neles contidas. Estava farto de crises de niilismo e de utópicos futurismos salvadores da pátria. (SANTOS, 1980, pp. 43 e 44)

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu texto “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”, nos traz várias e importantes relações que nos auxiliam no entendimento buscado, aqui, sobre a ideia de um arquiteto como etnógrafo. Nesse texto, Santos relata sua trajetória, suas experiências profissionais e conclui que as mesmas acabaram por torná-lo, como ele mesmo se descreve, um “antropoteto”.

Muitas relações poderiam ser tratadas se considerássemos comparativamente o ofício do arquiteto e o do etnógrafo. Tais fatos servem-nos como paradigmas para entendermos os problemas enfrentados nas requalificações por que vêm passando as tradicionais feiras livres brasileiras. Na crença de que uma reforma deve estetizar um lugar, a arquitetura, muitas vezes, atribui à forma um papel regulador. Porém, ao tratarmos de sociedades, culturas, estamos diante de complexidades vividas no dia a dia. O trabalho de campo, tão buscado e reelaborado pela etnografia, pode se tornar ferramenta fundamental para a arquitetura. Nas reformas das feiras e mercados que venho acompanhando pelo Brasil, as situações culturais são bastante distintas.

¹⁰ Este título é inspirado no capítulo , “O artista como etnógrafo”, de *Retorno ao real*. (FOSTER, 1990)

Feiras livres são fatos sociais totais, nos termos de Durkheim. Fato social, segundo Durkheim,

(...) é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (2001, p. 40)

A feira é coerção, encontro com existência própria. Porém, ampliando e re- vendo as considerações *durkheimianas*, não são independentes de suas manifestações individuais. Ao contrário, é a junção das individualidades que faz das feiras algo maior e em eterno fluxo. Assim, devemos considerar a crítica pós-estruturalista feita a Durkheim, entendendo que as feiras acontecem em sociedades complexas, como nos informa Velho (1999). Nesta crítica, Feldman-Bianco (1987, p.18),¹¹ por exemplo, nos revela que “por motivos diversos, a influência de Durkheim no desenvolvimento da antropologia britânica, e mais marcadamente sua vertente funcionalista estrutural, correspondia também aos interesses da administração colonial”. Esta crítica também pode ser vista no conceito de interacionismo simbólico.¹² Autores que estão atentos aos conflitos e à essência dos fatos sociais defendem opinião contrária a Durkheim sobre o ator social.

Durkheim, mesmo reconhecendo a capacidade do ator para descrever os fatos sociais que o cercam, considera que estas descrições são demasiado vagas, demasiado ambíguas para que o investigador possa usá-las cientificamente, dado que, além

¹¹Ao salientarem que os costumes, as relações e as instituições sociais de sociedades específicas persistiam tão somente devido às suas funções sociais, os etnógrafos das sociedades colonizadas descartaram, *a priori*, a análise de questões relacionadas à dominação e à exploração colonial. Privilegiando, ao invés, a análise do equilíbrio, da estabilidade e da coesão social e, dessa forma, atribuindo um papel desintegrador a quaisquer mudanças sociais, legitimaram e auxiliaram (mesmo que involuntariamente) a administração colonial no que se refere à sua política de controle nas colônias através da manutenção da ordem e do *status quo*. (FELDMAN-BIANCO, 1987, p.18).

¹²Esta corrente de pensamento popularizou o emprego da observação participante como um método adequado para estudar a realidade social [...] o autêntico conhecimento sociológico só se revela através da experiência imediata [...] o interesse do interacionismo simbólico é considerado não só por insistir no papel criativo desempenhado pelos atores na construção de sua vida cotidiana, como também por sua atenção aos detalhes desta construção [...] a interação se define como uma ordem negociada, temporal, frágil, que deve ser reconstruída permanentemente com a finalidade de interpretar o mundo (COULON, 2005, pp.16-18).

disso, estas manifestações subjetivas não são de competência do quadro da Sociologia. Pelo contrário, o interacionismo simbólico apoia que a concepção que fazem os atores sobre o mundo social constitui, no fundo, o objeto essencial da investigação sociológica. (COULON, 2005, p. 16).

Reverendo as considerações de Durkheim sobre as manifestações individuais, consideramos que a feira é um fato social que tem como característica fundamental a mobilidade elaborada cotidianamente no interacionismo simbólico. Entretanto, é importante enveredar mais profundamente para entendermos como as feiras livres, caracterizadas pela mobilidade, são fatos sociais que acontecem numa sociedade complexa.

Enquanto que para Velho (1999, p.08) “nas sociedades modernas contemporâneas, [...] existe uma tendência de constituição de identidades a partir de um jogo intenso e dinâmico de papéis sociais que se associam a experiências e a níveis de realidade diversificados, quando não conflituoso e contraditório”. Para Auge (2010, p. 15), a mobilidade “sobremoderna exprime-se nos movimentos de população [...] na comunicação geral instantânea e na circulação dos produtos, das imagens e das informações”.

Diante das feiras estamos em permanente contato com essas complexidades, que podem ser mais bem compreendidas quando nos colocamos como etnógrafos ou como aprendizes, sem traçarmos modelos de análise preconcebidos, fechados. Corroboram-se, dessa forma, indícios obtidos na pesquisa, que nos levam a crer que, a partir disso, poderíamos nós, arquitetos ou “antropotetos”, entender, nos termos de Clifford, os “complexos sentidos e as interconexões situacionais” (2002, p. 228). Assim, o arquiteto se depara com algo a ser construído para eventos móveis que, em alguma medida, contribui para o pleno sumiço da arquitetura enquanto “objeto fechado”. Um processo cíclico, no qual o movimento e a circulação acabam por construir arquiteturas-lugares.

O ofício do etnógrafo

Passamos a pensar na hipótese de o arquiteto adquirir compreensões e observações sobre a sociedade, tal qual o etnógrafo. Etnografia que, segundo Laplantine, “é precisamente a elaboração e a transformação (do visível) pela escrita desta experiência” (2004, p. 29).

A ideia de etnografia como ofício, e não só como uma ferramenta ou metodologia de análise usada por antropólogos, nos ocorre, primeiro, como uma alusão direta ao

texto de Mauss (1902, apud. OLIVEIRA, 1979). Em tal análise, Mauss apresenta dados dos preconceitos sofridos pela etnografia como método, pois a antropologia de gabinete era, na época, a grande construção dos métodos sociológicos. Em segundo lugar, temos os esclarecimentos encontrados em Clifford sobre a existência de uma tensão entre etnografia e antropologia, e sobre a “união recente e talvez temporária dos dois projetos”. Este autor nos informa que “antes do século XIX, o etnógrafo e o antropólogo eram [...] personagens distintos” (2002, p. 26), encaminhando-nos para o entendimento de que só no início do século XX, com a publicação de *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski, e *The Andaman Islanders*, de Radcliffe-Brown, são fornecidos os “argumentos explícitos para a autoridade especial do antropólogo-etnógrafo” (2002, p. 26). Por último, esse entendimento de etnografia como ofício nos é também corroborado por François Laplantine:

Não foi a antropologia que fundou a etnografia, mas, sim, o contrário, a tal ponto que alguns mestres da nossa disciplina consideram que qualquer síntese é sempre prematura e que muitos daqueles que no período contemporâneo mais contribuíram para melhorar a pesquisa [...] preferem se qualificar de “etnógrafos”. (1996, p. 26)

Dessa forma, torna-se relevante sublinhar algumas características da etnografia que contribuiriam, sobretudo, para que as análises incluíssem o trabalho de campo. Nos projetos de intervenção arquitetônica, em espaços populares, como as feiras livres, essa pesquisa representa uma comunhão entre os problemas apresentados e o uso, a prática cotidiana dos atores envolvidos nos contextos determinados. Com o desenvolvimento de uma arquitetura que leva em conta os aspectos que emergem numa pesquisa de cunho etnográfico, e atribua valor tanto aos olhos dos feirantes, quanto aos olhos dos arquitetos,¹³ as reformas adquirem riquezas fundamentais, para além da primazia da forma.

Assim, Laplantine (2004, p. 49) traz, como fonte de pesquisa, alguns ensinamentos sobre o ofício do etnógrafo, afirmando que “são homens e mulheres para os quais o mundo existe”. Esta afirmação poderia ser encarada como um primeiro paradigma, se tomarmos como contraponto a acusação, cada vez mais frequente, sobre a ideia de que “a realidade parece ter escapado à arquitetura, e à arquitetura, desertado a realidade”

¹³ Clifford, ao analisar as experiências de Leenhardt com os melanésios, nos mostra que “a atenção etnográfica deve atribuir valor aos modos de ser especificamente melanésios – aos olhos tanto de nativos convertidos quanto de brancos”. (CLIFFORD, 2002, p. 234)

(FREITAG, 2004, p. 12).¹⁴ Laplantine (2004, p. 50), para nos mostrar “a especificidade da descrição etnográfica”, se apoia em Malinowski, para quem o objetivo é aprender o ponto de vista do outro e compreender sua visão de mundo. Assim, para o autor, “a descrição etnográfica trata dos fenômenos sociais”.

Ainda em Laplantine poderíamos encontrar mais outros paradigmas importantes para refletirmos a condição de um arquiteto como etnógrafo. Um deles estaria no entendimento do que caracteriza o “olhar etnográfico”. Diante da constatação de que “localizados, de fato, em uma só cultura, não apenas nos mantemos cegos diante da cultura dos outros, mas como míopes quando se trata da nossa” (2004, p. 50), Laplantine comenta que é a “experiência da alteridade” que nos possibilita novos olhares sobre aquilo que nos é habitual, pois, caso contrário, acabamos por considerar que “isso é assim mesmo”. O autor afirma que “todos somos, de fato, tributários das convenções da nossa época, de nossa cultura e de nosso meio social que, sem que percebamos, nos designa: 1º o que é preciso olhar, 2º como é preciso olhar” (2004, p. 14). Assim, para o autor, o etnógrafo deve observar além do que é visível:

(...) a própria linguagem, e o etnógrafo, isto é, aquele que se esforça para transformar o olhar em escrita, deve desconfiar dos estereótipos e das imagens já prontas, de todos esses depósitos de sedimentos culturais que sempre levam à redução repetitiva do outro idêntico. (2004, 30)

Percebemos que só a partir dessa desconfiança dos estereótipos e das imagens já prontas, conseguiremos, como mostra Geertz (1989), entender a diferença entre uma piscadela, como um tique involuntário, e uma piscadela conspiratória.¹⁵

A partir dessas relações, chegamos a mais um paradigma, guiados por Laplantine, ao entendimento de que a descrição etnográfica é uma decorrência, ou melhor, uma ela-

¹⁴ O sociólogo Michel Freitag também afirma que “a primeira maneira de ver o que se constrói no mundo contemporâneo é, portanto, a da história da arquitetura, na medida em que compreendamos ainda, a da história da arte, mas que nas das ciências sociais” (FREITAG, 2004, p. 11).

¹⁵ Referimo-nos à clássica piscadela, em que Geertz mostra a diferença entre uma “descrição superficial” e uma “descrição densa”. E ainda aponta que “entre o que Ryle chama de ‘descrição superficial’ do que o ensaiador [...] está fazendo [...] e a ‘descrição densa’ do que ele está fazendo [...] está o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam” (GEERTZ, 1989, p. 17).

boração linguística dessa experiência vivenciada, “a descrição etnográfica inscreve o olhar num contexto e numa história”. (2004, 50)

Se a observação etnográfica é uma relação entre objetos e seres humanos, as situações e as sensações provocadas no próprio pesquisador, a descrição etnográfica é, pois, a elaboração linguística desta experiência. É a percepção, ou melhor, o olhar que desencadeia o processo de descrição, mas esta última consiste menos em transcrever e mais em construir, ou seja, a estabelecer uma série de relações entre o que é observado e aquele que observa, o ouvido que escuta, a boca que pronuncia uma série de nomes e por fim a mão que escreve, que deve por sua vez perder o hábito de tomar por natural aquilo que é cultural (2004, p. 30).

Compreende-se, portanto, que os etnógrafos são agentes implicados em suas próprias pesquisas: “Nós nunca somos testemunhas objetivas, observando objetos, mas sujeitos observantes de outros sujeitos no seio de uma experiência na qual o observador é ele mesmo observado” (LAPLANTINE, 1996, p. 24). A aceitação deste envolvimento ou desta contaminação é, como nos destaca Clifford sobre Leenhardt, a possibilidade de tentar “comunicar uma experiência vernácula”. (2002, p.228)

Não existe etnografia sem confiança mútua e sem intercâmbio, o que subentende um itinerário durante o qual os parceiros em ação conseguem se convencer reciprocamente a não deixar perder formas de pensar e atividades únicas [...] Nós nunca observamos os comportamentos de um grupo tal como eles ocorreriam se nós não nos encontrássemos lá, ou se os sujeitos de observação fossem outros que não nós. E mais, se o etnógrafo perturba uma dada situação, criando mesmo novas situações, devido a sua presença, ele encontra-se por seu lado profundamente perturbado por tais situações. O que vive o pesquisador, em sua relação com seus interlocutores (o que ele recalca ou o que ele sublima, o que ele detesta ou o que ele aprecia), faz parte integrante de sua pesquisa. Assim, a antropologia também é a ciência dos observadores susceptíveis de se observar a eles mesmos, procurando que uma situação de interação (sempre inédita) se torne o mais consciente possível. É na realidade o mínimo que podemos exigir de todo aquele que exerce esta atividade. (LAPLANTINE, 1996, pp. 24 e 26)

Assim, estamos aqui diante de algumas características da pesquisa etnográfica. Ao analisarmos alguns processos de transformação das feiras, sobretudo em dois fatos que

destacamos no capítulo sobre o mercado Ver-o-Peso, será possível articular as questões levantadas acerca do ofício do etnógrafo frente ao ofício do arquiteto que intervém em espaços sociais populares. Pensamos que tais paradigmas poderiam, através de um diálogo interdisciplinar, mudar, ajudar na compreensão de um arquiteto-etnógrafo, em vez de criar as possíveis relações e associações de um arquiteto-missionário, em que, nos termos de Clifford: “O missionário vai aos confins da Terra para converter os pagãos, o etnógrafo, para estudá-los” (CLIFFORD, 2002, p. 230).

Arquitetura e não arquitetura

Entender o ofício do arquiteto talvez contribua para entendermos as questões que emperram e as que estimulam uma relação entre arquitetura e etnografia.

Dessa forma, para entender o que definimos aqui como o ofício do arquiteto, torna-se relevante indagarmos sobre o que é considerado arquitetura e até que ponto as construções populares, como no caso das barracas de feiras, aqui tratadas, são abrangidas e abarcadas por esse entendimento. Diante do livro “O que é Arquitetura” – de autoria do professor titular do departamento de História da Arquitetura e Estética da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – encontramos definições basilares, numa coleção destinada a leigos no assunto. A primeira distinção em sua divisão entre categorias de construções recai sobre a ideia de beleza. Com o subtítulo “A Construção Bela”, Lemos (2003) inicia seu livro para nos revelar “O que é arquitetura”. O autor nos mostra a obviedade com que todos enxergam a ligação entre arquitetura e construção, destacando, porém, que nem todos sabem dizer com precisão como se entrelaçam os significados dessas expressões. Continua ainda evidenciando que “as pessoas procuram achar um vínculo entre a arquitetura e a beleza e para quase todos, então, arquitetura seria a providência de uma construção bela” (LEMOS, 2003, p. 07). Assim, o autor afirma que “este raciocínio generalizado tem sua grande dose de razão, surgindo, porém, uma dúvida a respeito da subjetividade dos julgamentos acerca do que seja ou não uma construção bela”. Ele nos informa que existe uma dificuldade na tarefa de separar “construções belas das outras, para que possam ser eleitas e distinguidas como trabalhos de arquitetura”. (2003, p. 07) Para não correr o risco de cair nesta dicotomia belo e não belo, em sua análise sobre o que é arquitetura, Lemos trata logo de nos mostrar uma outra distinção entre construções e arquitetura.

Essas divagações já nos aconselham, por medida de prudência metodológica, a dividir as construções, em geral, em três grandes grupos: as levantadas segundo um critério artístico qualquer, por todos conhecido; as erguidas sem um desejo específico de se fazer arte, mas admiradas por poucos elementos da sociedade a elas contemporâneos, ou mesmo por terceiros, *a posteriori*, como verdadeiras fontes de prazer estético; e, finalmente, as construções nascidas ao acaso, por iniciativa de pessoas realmente destituídas de senso estético e que a ninguém agradam. Este último grupo de construções é obviamente destituído de qualquer interesse ao tema deste livro, destinado a ser divulgação do que é arquitetura, não havendo impedimento, no entanto, a que essas obras venham a ser motivo de atenção dos estudiosos de outros ramos do conhecimento. (2003, p. 08)

Portanto, na última análise de Lemos, vemos uma tentativa de destituir as construções feitas por iniciativas de pessoas sem “senso estético”. Para os intentos desta tese, a questão intercambiante entre arquitetura e etnografia reside, justamente, nessa mirada sobre práticas populares, as quais podemos, sim, chamar arquitetura. Sabemos, hoje, o quanto a noção de patrimônio imaterial¹⁶ tem contribuído para destacar a importância de construções, em princípio, fora das normas de gosto e estilo de época, mas completamente preche de significações culturais, como os terreiros de candomblé. Por isso, para uma concepção de arquitetura que suplante a primazia da bela forma, ou da forma classificatória, precisamos atribuir o termo “arquitetura” a situações muitas vezes marginais aos compêndios da área, como no caso das feiras livres.

Jacques, em seu livro *Estética da ginga*, também nos coloca a par dessa distinção entre uma “arquitetura”¹⁷ e uma “não arquitetura”,¹⁸ que vai chamar de arquitetura vernácula,¹⁹

¹⁶ O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 “instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências”. No IV livro temos o “Livro de Registros dos Lugares, em que serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças, e demais espaços nos quais se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”. Disponível em: [http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto 3551.htm](http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto%203551.htm). Consultado em 12/11/2003.

¹⁷ Jacques refere-se a uma arquitetura erudita e racional, feita pelos arquitetos, em seus vários níveis e escalas, que englobam também o urbano e até mesmo o planejamento urbano e territorial tradicionais. (2001, p. 16)

¹⁸ Jacques define que as construções das favelas, como são “construídas por não arquitetos, são uma não arquitetura”. (2001, p. 11)

¹⁹ Reproduzimos, aqui, a explicação de Jacques para o que chama de arquitetura vernácula, termo que, quando usado nesta tese, fará referência à definição atribuída por essa autora. “O artigo ‘Arquitetura Vernácula’, do *Dictionnaire de l’urbanisme* (Paris, P.U.F., 1988), de Françoise Choay, começa com este esclarecimento: ‘O adjetivo vernáculo faz parte do léxico de linguística, indicando o que permanece a uma língua de uma região. (parece que falta palavra na frase anterior) Mas pode ser usado como substantivo. O inglês aplica

ao estudar as construções das favelas. Construções que, segundo a autora, estão à margem da arquitetura, mas que, conforme a abordagem por ela construída, acabam por tornar-se a própria arquitetura. Jacques destaca que existe uma discussão acadêmica, onde a noção de estética define distinções entre o que pode ou não ser considerado arquitetura.

Ora, a distinção mais recorrente entre a arquitetura erudita e a dita arquitetura vernácula é exatamente de ordem estética. A arquitetura como arte de construir, assim como em Vitrúvio, distingue-se da mera construção por seu caráter estético [...] os arquitetos sempre definiram a arquitetura como aquilo que, por seu lado artístico, vai além da construção comum. Ou seja, a arquitetura como arte começa onde acabaria a arquitetura vernácula” (JACQUES, 2001, pp. 11 e 12).

Entretanto, Jacques, ainda que tente ampliar, ou mesmo abrir mão da fórmula original de Nelson Goodman para quem “existe arquitetura quando existe arte”, acaba mergulhando e entendendo também a arquitetura da favela pelo vínculo da estética,

Não consideramos as favelas como arte, mas como reserva de arte, como potencial artístico que somente o artista pode tornar visível. Por intermédio do artista-revelador é possível, então, evocar uma estética da arquitetura vernácula, no nosso caso, uma estética das favelas (p.12)

Podemos perceber um caminho pelo qual se encontra na arquitetura popular a noção de estética. Poderíamos juntar as relações de Jacques com Lemos, considerando que uma construção popular adquire características estéticas e assim pode ser considerada arquitetura. Porém, o que buscamos aqui é compreender, para além da estética, a possibilidade de atribuições de sentido significativos e usos em determinadas construções, como as das feiras livres, determinando um programa arquitetônico a ser compreendido nas revitalizações. Essa afirmação não pode ser desvinculada da noção de patrimônio imaterial pela qual muitos programas atuais são empreendidos. A feira livre, assim, marca, em

o termo *vernacular* às artes (locais) e em particular à arquitetura característica de uma região. Esse uso foi mais recentemente introduzido no francês, em que *vernáculo* é muito confundido com *popular*”. (T.d.a.) Vernáculo, do latim *vernaculus*, ‘indígena, doméstico’, é derivado de *verna*, ‘escravo nascido em casa’. As favelas, em sua origem, eram também a casa dos antigos escravos. Utilizaremos o termo ‘arquitetura vernácula’, mas de uma forma distorcida, sobretudo para tentar evitar seu peso patrimonial.” (2001, p. 17)

toda sua extensão, uma possibilidade de leitura arquitetural das mais variadas. Estamos tratando de elementos materiais, como bancas, lonas, barracas, ou mesmo balcões em alvenaria. Mas, também, de tentarmos entender arquiteturas que se dão na mobilidade e na circulação. O dado desafiador desse entendimento é que seu objeto muitas vezes se constitui pelo completo sumiço de seus vestígios, como acontece na Feira das Ervas, em Salvador – Bahia; na Feira do Açaí, em Belém do Pará; e na Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará (ver capítulo III).

Portanto, ainda que nos possa parecer óbvio que toda e qualquer forma de abrigo seja entendida como uma arquitetura, é importante destacarmos que nas teorias sistematizadas da história da arquitetura existem, ainda que de forma subjetiva e muitas vezes quase arbitrária, métodos estéticos que distinguem construções populares como não arquitetura. Assim, nas várias definições de arquitetura que ao longo de sua história sistematizada vêm se vinculando à tríade vitruviana (firmeza, comodidade, prazer),²⁰ a relação entre forma e sociedade poderia nos ser definida como uma problemática e, sobretudo, como justificativa para que a condição contemporânea do arquiteto seja revista diante de sua responsabilidade social.

O arquiteto como autor

Pudemos encontrar, nas teorias sistematizadas da arquitetura, além das definições arquitetônicas, algumas atribuições que eram conferidas ao profissional: o arquiteto. Choay nos mostra que Alberti confere o “estatuto de arquiteto (Architectum ego ... constituam) àquele que, pela força da razão e pelo poder de espírito, saberá corresponder às exigências da necessidade, da comodidade e do prazer estético”. (1985, p.78) Vemos, então, que se criam atributos específicos para o “criador e a criatura” ou o arquiteto e a arquitetura. Podemos reparar nessa questão de autoria, característica do período renascentista, que passa a fazer parte da condição sistematizada de arquitetura, desde sua origem. Esta relação autoral tornou-se um dos principais pontos do distanciamento entre arquitetura e sociedade.

Depois do estatuto de arquiteto definido em Alberti, Montaner nos informaria que “o artista moderno, que surge como indivíduo autônomo do Romantismo, é o criador que não está sujeito às exigências de um cliente” (2001, p. 09). Vemos, assim, que o movimento

²⁰ Kete Nesbitt em *Uma nova agenda para arquitetura* declara que: “desde a redescoberta da obra de Vitruvius, no Renascimento, sua célebre ‘tríade’ – firmeza, comodidade e prazer – é usada como critério para arquitetura [...] e tem se mostrado difícil de substituir ou de superar.” (2006, p.18)

moderno também conferiu ao arquiteto a condição soberana de autoria. Esse discurso autoral aparece ainda mais veemente quando observamos a crítica feita por Robert Venturi aos arquitetos modernistas: “O poder cada vez menor do arquiteto e sua ineficácia crescente para modelar o meio ambiente como um todo poderá, talvez, ser revertido, ironicamente, se ele restringir suas preocupações e se concentrar em seu próprio trabalho (2004, p. XXVI). Venturi se refere, nesta declaração, de forma acusatória, aos arquitetos modernos. Tenta mostrar que os profissionais vinculados ao movimento moderno, ao tentarem enveredar por um possível entendimento do social, invadiam outras áreas, afastando-se de seu próprio trabalho de “modelar o meio ambiente”.

Assim, usando como referência três momentos históricos fundamentais para a história da arquitetura, percebemos que essa ideia de autoria, ainda hoje muito valorizada na arquitetura contemporânea,²¹ estaria entre uma das principais características que acabam por emperrar a aproximação, proposta por esta pesquisa, entre o ofício do arquiteto e o do etnógrafo. Vemos assim, nos profissionais contemporâneos, ecos da ideia de autoria, que caracteriza o seu ofício desde sua sistematização no período renascentista.²²

Entretanto, ainda que percebamos que tanto o arquiteto modernista, como o pós-moderno, vinculados às teorias de Le Corbusier e Robert Venturi, tenham se mantido distantes das relações sociais, cabe-nos aqui destacar que, a partir da década de 1960, com as teorias pós-estruturalistas e a queda do movimento moderno na arquitetura, muitas outras coisas aconteceram. Com isso, essa condição de autoria, tanto na arquitetura como

²¹ Nomes de arquitetos contemporâneos, elevados à categoria de celebridades, tornaram-se grifes e hoje espalham suas obras pelo mundo, criando uma espécie de chancela sobre uma suposta modernidade, que legitima o poder público, marcados como imagem de cidades atreladas sobretudo aos governantes vigentes. Nesse momento, podemos destacar no Rio de Janeiro os vários investimentos em criação de obras arquitetônicas de grandes nomes, internacionais e consagrados, da arquitetura mundial.

²² O arquiteto do Renascimento ainda é exaltado como modelo nas universidades de arquitetura. Refiro-me a uma aula na disciplina de História das Teorias, do programa de pós-graduação em arquitetura do PRO-ARQ / UFRJ, ministrada em 2007 pelo palestrante convidado, professor Mauro Nogueira, da FAU/UFRJ. Nesta aula, dentre outras questões, o professor destacava seu fascínio pelo período, dizendo-se, inclusive, um “homem do Renascimento”. Valorizava, com encantamento, as clássicas obras de arte e arquitetura, destacando-as como modelos que ainda hoje deveriam ser seguidos. Dirigia-se a nós, alunos, afirmando que Miquelângelo, convivendo com tanta beleza, só poderia construir coisas belas. Pensava eu, angustiado naquele momento, como inserir minha pesquisa sobre obras ordinárias do dia a dia, dos pobres, dentro desse contexto estético que só dá conta de uma parcela da população: os mais abastados. Nascia aí a pergunta, que me fiz nesta tese, sobre como viviam os pobres no Renascimento? Pensava, naquele momento, o quanto a história da arquitetura tinha sido excludente e o quanto nos foi negado o acesso a informações sobre as estratégias construtoras e culturais usadas por pobres como forma de sobreviver à adversidade.

nas artes, é revista na obra de alguns profissionais. Dentre os quais podemos retomar e destacar o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Assim, podemos ver alguns fragmentos dessa ideia de autoria como um dos fatores que contribuíram para o desestímulo profissional de Santos, que o levou a buscar novos caminhos, tornando-se um “antropoteto”.

Eu estudei arquitetura entre 1962 e 1966 [...] A faculdade me decepcionou muito depressa. Naquele tempo o que se ensinava era o racionalismo dado como forma incontestada de pensar corretamente arquitetura, já que representava o coroamento de um processo histórico evolutivo. O arquiteto-tipo deveria ser um profissional liberal, individualista e onipotente nas suas intuições. Éramos formados tendo como meta a genialidade, com toda sua carga de expectativas e frustrações decorrentes. (SANTOS, 1980, p. 38)

Este mesmo desestímulo que levou Santos a propor novas formas de atuar como profissional de arquitetura e se vincular a outras áreas do conhecimento, nas ciências sociais, também é visto em outros arquitetos e artistas da mesma época.²³ Assim, a ideia de autoria passa a ser um dos paradigmas de outras correntes desenvolvidas por artistas e arquitetos.

Novas utopias: um entre-lugar

Para pensarmos a ideia de uma etnografia das feiras livres feitas por arquitetos, torna-se também relevante entendermos algumas das várias pesquisas arquitetônicas que se aproximavam de áreas dos conhecimentos sociais, sobretudo se buscarmos algumas referências nos movimentos pós-estruturalistas, principalmente percebendo

²³ Destacamos aqui um projeto de Lygia Clark que evidencia essas novas considerações e posicionamentos profissionais na década de 1960. “Construa você mesmo o seu espaço para viver”, maquete (madeira e acrílico – 70x 120 x15) criada pela artista Lygia Clark, em 1960, realiza essa mesma operação de participação com a construção física do espaço cotidiano. O projeto da artista para uma casa na serra fluminense, feito com a ajuda do arquiteto Sergio Rodrigues, tem um diálogo evidente com sua obra plástica. Todas as divisórias da casa são móveis, permitindo que o morador amplie ou diminua os cômodos de acordo com sua vontade, criando novos planos e novas formas para a planta arquitetônica. A artista diria que o princípio lúdico e participativo dos Bichos (1960-64) foi incorporado ao projeto da casa”. (NAME, 2008, p. 22)

alguns movimentos arquitetônicos e artísticos que passaram a desenvolver outras relações com o usuário.

Na segunda metade do século XX, o conceito de arquitetura seria paradigmático e funcionaria de fato como um entre-lugar ou como uma fronteira que abriria novos horizontes e utopias para se repensar o ofício do arquiteto e urbanista. Com a crise do movimento moderno, estaríamos diante de uma revolução do pensamento arquitetônico, em que suas bases seriam repensadas. Montaner nos mostra, por exemplo, que Lina Bo Bardi, ao se naturalizar brasileira, em 1951, “encontrou o território idôneo para viver e para realizar sua utopia” e que sua obra “estabelece uma ação corpo a corpo com a realidade, comparável às ações realizadas por Frederick Kiesler, Joseph Beuys, Jonh Cage ou Hélio Oiticica”. (2001, p.12) Essa associação nos mostra que, assim como os demais artistas, Bo Bardi quebrava as fronteiras entre os diferentes campos da arte, e , segundo Montaner, teria conseguido

superar os limites da própria arte moderna, sem romper com seus princípios básicos... vitalizou-se e humanizou-se, conseguindo não cair no formalismo e no academicismo. Bo Bardi não propôs uma forma arquitetônica, senão um método: um método para superar as limitações da própria modernidade, que consistia em harmonizar a base cultural do passado e a riqueza e a vitalidade da cultura popular com o projeto moderno de criar novas formas para uma nova sociedade. (2001, p. 13)

Destacamos, aqui, o estreitamento da obra de Bo Bardi com uma relação social mais específica, vinculada à ideia de “corpo a corpo” descrita por Montaner. A sua obra “inicia a mudança de adequação dos modelos estritamente modernos ao lugar e à cultura do Brasil” (2001, p. 17). Ou seja, o espectador-usuário agora é culturalmente definido, situado num ambiente específico e não mais numa tipologia ampla e abrangente.

Podemos observar nas relações descritas por Montaner sobre Lina Bo Bardi que, a partir da década de 1950, as relações entre arquiteto e sociedade começam a ser revistas. Assim, na própria comparação feita por Montaner entre Lina e outros artistas, como Kiesler, Beuys, Cage e o brasileiro Oiticica, esse novo momento e essa nova revisão aconteceria em vários movimentos artísticos. Esses artistas, assim como Bardi, começam a pensar mais o processo (método) do que o objeto propriamente dito. Dessa forma, o objeto teria um valor existente para além dele mesmo e esse valor estaria nas relações sociais da

vida. Pode-se, com isso, imaginar, inclusive, o sumiço e o aniquilamento do objeto, como estimulados pelos movimentos da performance e da arte conceitual.²⁴ Aqui podemos associar, de certo modo, essa ideia de “método” na obra de Lina Bo Bardi aos Internacionais Situacionistas (IS)²⁵ e à atuação de autores como Guy-Ernest Debord, o fundador da IS, e Henri Lefebvre.²⁶ Contudo, o movimento da IS, diferentemente da arquitetura de Lina Bo Bardi, nasce quase como uma negação total ao movimento moderno, sem nenhum interesse em repensar ou reformular o moderno. Jacques, em *Apologia da deriva*, nos informa:

Os situacionistas chegaram a uma convicção exatamente contrária à dos arquitetos modernos. Enquanto os modernos acreditavam, num determinado momento, que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, os situacionistas estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo. Enquanto os modernos chegaram a achar, como Le Corbusier, que a arquitetura poderia evitar a revolução – ‘Arquitetura ou revolução. Podemos evitar a revolução’ – os situacionistas, ao contrário, queriam provocar a revolução e pretendiam usar a arquitetura e o ambiente urbano em geral para induzir à participação, para contribuir nessa revolução da vida cotidiana contra a alienação e a passividade da sociedade. (2003, pp. 19-20)

A partir das teorias pós-modernas, estaríamos diante da aceitação da fragmentação e das misturas entre as fronteiras do conhecimento científico, quebrando, inclusive, a primazia dos especialistas. Lina Bo Bardi, por exemplo, vai se interessar pelas interpretações dos próprios pedreiros na construção de seus projetos, como aconteceu, por exemplo, na concepção do SESC –Pompeia, em São Paulo. Teorias antropológicas de autores como

²⁴ Segundo afirma Passaro, “a arte e a arquitetura conceitual possuem os seus fundamentos nos mecanismos estruturalistas e tanto a linguística analítica americana, quanto a linguística antropológica francesa, se situam dentro da lógica estruturalista.. Noam Chomsky, em um primeiro momento, e Claude Lévi-Strauss, em um segundo momento, são expoentes cruciais destas duas posturas”. (PASSARO, 2009, p. 152)

²⁵ A Internacional Situacionistas foi fundada em 1957 por Debord com integrantes de outros grupos. Formando um “grupo de artistas, pensadores e ativistas que lutava contra o espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não participação, a alienação e a passividade da sociedade. (BERESTEIN, 2003, p. 13)

²⁶ Jacques relata que “o contato entre os Situacionistas e o sociólogo e filósofo Lefebvre (1901/1991) foi, em um primeiro momento, extremamente cordial, mas depois trouxe vários desentendimentos, principalmente com Debord, que não aceitava as implicações institucionais de Lefebvre [...]”. (2003, p. 34)

Nestor García Canclini²⁷ e Gilberto Velho²⁸ definiriam as hibridações culturais de uma sociedade complexa. “a década de sessenta foi uma década na qual parecia que a história havia perdido seu rumo, porque não havia aparecido nada semelhante a uma direção discernível.” (DANTO, 2003, p. 35 – grifo meu). A contemporaneidade oferece-nos, então, a possibilidade de não ter que escolher uma ou outra categoria, estabelecendo-nos, assim, a possibilidade de percorrermos as fronteiras dessas categorias. Dessa forma, a ideia de fronteira seria estabelecida, aqui, como um entre-lugar que se situa nesse meio-termo das dicotomias históricas.

Para o entendimento das feiras livres, tais considerações evidenciam, por exemplo, o aproveitamento e o entendimento do uso de determinadas soluções dadas pelos próprios feirantes como condição arquitetônica. Como vínculo fundamental entre feiras e teorias pós-modernas, temos a observação sobre a efemeridade, o transitório.

Hassan (apud Harvey, 1996, p. 48) criou um quadro descrevendo diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo. Entre elas, destacamos algumas que contribuem para o entendimento que buscamos de uma arquitetura efêmera, transitória, viva. Sabemos que assumir uma concepção do pós-estruturalismo e fazer uma tabela, pode, em tese, apresentar-se como contradição, contudo, nos faz partilhar e corroborar o relato de Harvey, ao nos mostrar o motivo de ter elencado oposições estilísticas. Porém, as compreensões estilísticas, agora, agregam ações vernáculas.

Hassan estabelece uma série de oposições estilísticas para capturar as maneiras pelas quais o pós-modernismo poderia ser retratado como uma reação ao moderno. Digo “poderia” porque considero perigoso (como faz Hassan) descrever relações complexas como polarizações simples... Não obstante, creio que o esquema tabular de Hassan fornece um útil ponto de partida. (HARVEY, 1996, p. 49)

<u>Modernismo</u>	<u>Pós-modernismo</u>
Forma (conjuntiva, fechada)	Antiforma (disjuntiva, aberta)
Projeto	Acaso
Hierarquia	Anarquia
Objeto de arte / obra acabada	Processo/ performance/ happening
Distância	Participação
Criação/ totalização/ síntese	Descrição/ descontração/ antítese
Tipo	Mutante

²⁷ Ver: *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (CANCLINI, 2000)

²⁸ Ver: *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. (VELHO, 1999)

A pós-modernidade criava, dessa forma, o cenário fundamental para ampliações e novos entendimentos sobre arquitetura. A ideia de efemeridade e transitoriedade mostrava-se, portanto, de grande relevância para as novas ampliações de conceitos e movimentos arquitetônicos. Vejamos então a definição de pós-modernidade descrita por David Harvey, em seu livro *Condição pós-moderna*:

Começo com o que parece ser o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico (grifo meu), que formavam uma metade do conceito *baudelairiano* de modernidade. Mas o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos “eternos e imutáveis” que poderiam estar contidos nele. O pós-modernismo nada, e até se espoja, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse. (1996, p. 49)

Outro importante arquiteto da pós-modernidade que destacamos aqui é Aldo Rossi,²⁹ que amplia o conceito de arquitetura: “A que, então, poderia eu ter aspirado em minha arte? Por certo a pequenas coisas, tendo em vista que a possibilidade das grandes estava historicamente superada.” (apud Harvey, 1996, p. 46)

Criavam-se, assim, novos olhares sobre as antigas concepções de arquitetura. As construções efêmeras de Frei Otto passavam a ser entendidas como arquitetura.³⁰ Novos movimentos surgiam, como, por exemplo, a Archigran, o Metabolismo em arquitetura de Kisho Kurokawa e o desconstrutivismo. Este último, de grande relevância para nossa pesquisa, levando em consideração que “Derrida e o desconstrucionismo têm tido grande influência na teoria da arquitetura e na atividade projetual desde os anos 1980, quando foram publicadas suas discussões com Peter Eisenman e Bernard Tschumi”. (NESBITT, 2006, p. 165)

No Brasil, Carlos Nelson F. dos Santos apresenta-se como precursor, pelo seu traba-

²⁹ Ainda que a proposta de Aldo Rossi para o “tipo” estivesse também influenciada pelo pensamento estruturalista. “O ‘tipo’ também é uma abstração de um processo mental no qual está envolvida a imagem da cidade e as tipologias edificatórias, um conceito que pode ler-se claramente nos seu trabalhos realizados até 1980.” (PASSARO, 2009, p. 146)

³⁰ Apesar de milenares, sobretudo na arquitetura vernácula, as construções efêmeras demoraram muito para serem consideradas arquitetura. Podemos perceber que “embora os ‘cogumelos’, ‘mariposas’ e ‘tendas’ com quatro pontas de Frei Otto, feitos de teias de tecido extremamente requintados, recebessem muitos louvores, não eram considerados arquitetura. Neles não havia qualquer faceta de eternidade.” (LEUTHÄUSER, 1996, pp. 319-321)

lho na favela de Brás de Pina. O autor empreendeu um trabalho de reconhecimento e legitimação das favelas cariocas como espaço social a ser respeitado. Destacou-se, assim, como precursor no caminho de aproximação e reconhecimento arquitetônico das construções das favelas até então vistas pelos poderes públicos como mal a ser extirpado das cidades.

No Brasil, outros “movimentos” seriam importantes nesse aspecto. Dentre eles, poderíamos destacar também o regionalismo crítico.³¹

Encontramos, assim, nesses novos horizontes definidos pelas teorias disseminadas a partir da década de 1950, o campo fértil para o que buscamos de conceitos que validem a ideia de efêmero, de transitório, de fronteira, de entre-lugar. Conceitos que residem nas fronteiras das categorias e não nas relações dicotômicas. Conceitos que nos ajudam no entendimento ampliado e possível para que os arquitetos consigam desfazer-se de sua condição etnocêntrica, valorizando, através de um olhar etnográfico, as aparentemente complexas e contraditórias construções sociais como arquiteturas vivas e dinâmicas que muitas vezes contribuem para construções simbólicas e culturais de determinados grupos sociais.

Mesmo citando os vários discursos arquitetônicos que ampliam a ideia e o campo de atuação do arquiteto, possibilitando, em muitos desses momentos, que os profissionais repensassem novas formas de empirizar seus projetos e programas, esse diálogo mais efetivo com o outro pode se tornar nulo pelo desenho arquitetônico. Uma modernidade vinculada às novas tecnologias parece ter se sobreposto a essas condições. Ao invés de efetuar as citadas aproximações, os projetos de arranha-céus, Empire State, Dubai, entre outros, acabam, cada vez mais, afastando o arquiteto do exercício de alteridade. Uma modernidade que tirou a arquitetura da escala do homem, transformando-a, como nos mostra Hal Foster, em esculturas espetaculares que marcam formas exclusivas assinadas por arquitetos. Vale, então, ressaltar que as crises profissionais de “lucidez e de obscuridade” que acabaram por transformar Santos numa espécie de “antropólogo ad hoc” misturaram-se aos motivos que encaminharam esta pesquisa.

Respaldados por um extenso trabalho de campo, evidencia-se a possibilidade de entendimento de que projetos arquitetônicos contemporâneos vinculados a espaços

³¹ “As sugestões de Frampton davam continuidade a alguns debates iniciados, desde 1981, pelo casal de arquitetos e críticos Liane Lefaivre e Alexander Tzonis, em estudo sobre a arquitetura moderna na Grécia, quando esses autores cunharam a expressão ‘regionalismo crítico’ para situá-la. Frampton também retomava o paradoxo proposto por Paul Ricoeur – ‘como se tornar moderno e voltar às fontes; como reviver uma velha civilização dormente e tomar parte na civilização universal’ – de maneira a alavancar a expressão ‘regionalismo crítico’, alçando-a à solução genérica para o dilema, embora não a definisse propriamente como um conceito, e sim como um programa de ação, ou como atitude” (BASTOS & ZEIN, 2010, pp. 242, 243).

populares ainda marcam um distanciamento do cotidiano vivo e dinâmico que caracteriza esses locais. Locais que só podem ser percebidos, como nos mostra Santos, sobre uma leitura estrutural, que permita “entendê-los como todos e, ao mesmo tempo, dar conta de um sem-número de particularidades das quais não se podia fazer tábula rasa, sob pena de perder o essencial, aquilo que, de fato, fazia o “sistema funcionar de verdade” (SANTOS, 1980, p. 44).

O empirismo na arquitetura.

Ao pensarmos na etnografia como metodologia para conhecermos as arquiteturas das feiras, como arquiteturas-lugar, podemos destacar que, em vários períodos históricos, movimentos arquitetônicos criavam ou buscavam reelaborar uma relação possível entre arquitetura e lugar. Montaner nos traz a noção de lugar como característica fundamental para entendimento da relação entre autonomia da forma e empreendimento empírico. O autor define o que, em arquitetura, é entendido como lugar e como espaço:

Os conceitos de espaço e lugar, portanto, podem ser diferenciados claramente. O primeiro tem uma condição ideal, teórica, genérica e indefinidamente, e o segundo possui um caráter concreto, empírico, existencial, articulado, definido até o detalhe. (2001, p. 30)

Montaner mostra que nos anos de 1950 e 1960 o conceito de lugar passa a ter um papel “transcendental na arquitetura”.³² Entretanto, o autor esclarece que, antes desse período, o movimento moderno já teria feito, ainda que por objetivos técnicos, levantamentos empíricos. O caráter empírico também pode ser visto no movimento moderno, a partir dos anos 1930.³³ Montaner nos mostra que Le Corbusier e outros membros de uma

³² Montaner mostra que por conta dessa valorização no papel do lugar nas décadas de 1950 e 1960, autores como Denys Lasdun, Vicent Scully e Christian Norberg-Schulz voltam a valorizar o caráter de “modelo” do templo grego: “precisamente os templos gregos foram uma manifestação desta capacidade para reconciliar o homem com a natureza, outorgando formas distintas em relação ao significado do lugar em função do caráter de divindade a qual está dedicado.” (2001, pp. 30 e 31)

³³ As vanguardas modernas que dominaram o movimento moderno nas duas primeiras décadas do século XX, segundo Montaner, enfatizam o processo de isolamento dos elementos fora de seu contexto usual e mantêm uma relação genérica e não empírica com o contexto, sustentam a ideia de que “todo objeto de arquitetura surge sobre uma indiscutível autonomia”, em que a sensibilidade pelo lugar é irrelevante. (2001, p. 32)

segunda geração do movimento recorreram a pesquisas empíricas, observando na arquitetura popular características técnicas.

Le Corbusier, assim como os membros de seguinte geração – Lúcio Costa, Arne Jacobsen, Josep Lluís Esrt – recorreram às figurações populares e à arquitetura vernacular, tentando aprender detalhes técnicos tradicionais. Frente à uma insipiente consciência da insuficiência da linguagem e da tecnologia moderna, estas referências vernáculas tinham como objetivo outorgar ‘caráter’ expressivo e ‘sentido comum’ construtivo. (2001, p. 32)

Montaner continua nos mostrando que essa valorização da arquitetura popular também pode ser vista “na atuação tardia das vanguardas europeias, do GATEPAC e do GATCPAC”. Montaner cita Fernando García Mercadal, que reuniu sua defesa da arquitetura das vanguardas com os estudos da “arquitetura popular, que culminaram no texto *A casa popular na Espanha*, de 1930. (2001, p. 33)

Passamos, então, ainda seguindo caminhos traçados por Montaner, a verificar que as primeiras propostas de arquitetura adaptadas ao lugar estavam ligadas ao modernismo. Aqui, então, o gosto pelo lugar pode ser considerado em seu caráter simbólico, de representação popular, de estetização, e não, propriamente, na busca por ouvir o outro, como propõe o “antropoteto” de Santos. Novamente, podemos lembrar e relacionar arte e arquitetura, pensando na estetização da cultura popular pelos movimentos folcloristas dessa mesma década de 1930. Destacando a “estética pitoresca”³⁴ desenvolvida na Holanda e na Inglaterra como antigos antecedentes distantes desse gosto pelo lugar, Montaner passa logo a nos mostrar que o que introduz com força definitiva a relação da arquitetura com o lugar foi a “cultura do organicismo, desenvolvida na obra de Frank Lloyd Wright³⁵ e nas propostas dos arquitetos nórdicos encabeçados por Alvar Aalto”³⁶ (2001, p. 34). Montaner destaca também Erik Gunnar Asplund³⁷ como um dos primeiros arquitetos a desenvolver uma obra na qual a relação com o lugar era essencial.

³⁴ “O picturesque surge da mimese das ‘pinturas’ (pictures) de paisagem.” (2001, pp.30 e 31).

³⁵ “Para Wright, autêntico pioneiro na exploração da relação da arquitetura com lugar, este vínculo desenvolve-se em uma paisagem civilizada pela cultura agrária norte-americana.” (MONTANER, 2001, p. 34)

³⁶ “A obra de Aalto também manifesta esta sedução pelo mundo da natureza viva como metáfora de arquitetura.” (MONTANER, 2001, p. 35)

³⁷ “A conciliação que Asplund realizava entre tradição clássica e espaço moderno se veicula precisamente através da sensibilidade pelo lugar, integrando os mecanismos da estética pitoresca.” (MONTANER, 2001, p. 35)

O ofício do etnógrafo como paradigma para o arquiteto: “o conto do urubu”

Tinha um bando de urubus no Ver-o-Peso e veio um primo visitá-los de Goiás para cá. E convidou, então, o primo para ir embora com ele para Goiás, e ele foi. Quando chegou lá em Goiás, muita fartura, muita carniça. Só que esse urubu começou a ficar muito triste, caiu em depressão de saudade da terra. Tanto foi, foi, foi que ele resolveu voltar, e o primo não entendia por quê. E aí ele voltou por quê? Justamente pela saudade, da bagunça, da farra, do dia a dia, da disputa pelo peixe, da disputa pelo alimento. Apesar de não ter tanta fartura assim. Então, isso também mexe com essa história do saudosismo, da ligação das pessoas, não só com o Ver-o-Peso, mas acho que a gente pode pensar mesmo, com toda Belém. (Marilu Campelo – Antropóloga – UFPA apud ANDREWS – Documentário do Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso, Belém – Pará).

Figura 02: Feira do Peixe no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Urubus. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).



A antropóloga Marilu Campelo³⁸ relatou, em seu depoimento para o Documentário do Inventário de Referências Culturais do mercado Ver-o-Peso, a importância de alguns contos não só para o mercado, mas para toda a cidade de Belém. Dentre os vários contos, destacamos aqui “o conto do urubu”, que nos servirá como exemplo emblemático para entender o suposto distanciamento entre arquitetura e sociedade e, ao mesmo tempo, nos servirá também para reafirmar a importância de que, ao requalificar espaços sociais, os arquitetos tenham uma mirada etnográfica.

Antes mesmo de viajar a Belém, em novembro de 2010, já via, em pesquisas sobre o lugar, um destaque para aquilo que é conhecido como urubuzada. É que durante o dia, na baixa da maré, na baía do Guajará, centenas de urubus vão para junto dos barcos de pesca, atracados na doca do mercado, pegar as pescas que são descartadas e ficam expostas na areia do rio. Ao chegar a Belém, pude ver que a ave se tornou simbolicamente tão importante para a cidade, que é comum vermos pessoas na rua andando com camisas com um urubu estampado. Essas mesmas camisas são encontradas também nas lojas para turistas, na “Estação das Docas” (antigos armazéns do cais do porto, restaurados e transformados em uma espécie de shopping center).

Através de uma amiga, pude contactar para uma entrevista o ex-prefeito da cidade, Edmilson Rodrigues. Edmilson, hoje deputado federal do Pará pelo PSOL, era prefeito de Belém, na época, e responsável pela transformação do mercado Ver-o-Peso, em 2001. Falamos por telefone e Edmilson sugeriu que eu fosse encontrá-lo na Universidade Federal do Pará, onde daria uma aula para uma turma de pós-graduação em Geografia. Edmilson sugeriu, inclusive, que eu assistisse a sua aula, uma vez que falaria também da transformação do mercado, mostrando imagens de todo o processo. Assim fiz!

Em um dado momento de sua aula, Edmilson inicia seu relato sobre as transformações do mercado Ver-o-Peso, declarando as problemáticas que envolvem a contratação de um escritório de fora do lugar para desenvolvimento do projeto. Edmilson explica que, apesar das críticas por parte dos profissionais locais, acreditou que um concurso público nacional de arquitetura traria mais visibilidade para o Ver-o-Peso e para Belém como um todo. Relatou, também, que, apesar de todos os problemas, um grupo carioca, coordenado pelo arquiteto Flávio Ferreira, havia ganhado o concurso, contribuindo muito para a ampliação dessa divulgação e visibilidade. Entretanto, Edmilson tratou logo de destacar

³⁸ A antropóloga também destaca que “A feira do Ver-o-Peso é elencada junto com as outras grandes feiras do Brasil. Ela está no mesmo status da feira de São Joaquim, do Mercado de São Pedro, do Mercado de Madureira. Não só para a cultura local, mas também relacionado ao contexto afro-brasileiro” (MARILU, in ANDREWS, 2010).

o primeiro grande equívoco projetual detectado na proposta apresentada pelo grupo vencedor. Segundo Edmilson, o grupo, em uma parte do projeto, deteve-se em criar uma forma que eliminasse por completo a presença “insalubre” dos urubus que se aglomeram na doca durante a baixa da maré. Passemos, então, a transcrever um trecho da aula de Edmilson que, de certa forma, nos ajuda a sintetizar o que buscamos no século XXI para a ideia de um arquiteto-etnógrafo.

Então qual era a ideia do urbanista? Fazer a comporta – olha aqui (mostrava a planta do lugar para explicar a intervenção) – aqui é a doca do Ver-o-Peso, aí os barcos (as embarcações que trazem os peixes) ficam aqui, então eles entrariam por esta comporta. Só que, para fazer o fechamento da comporta, ele tem um braço assim (referia-se a um desenho similar ao da Marina da Glória, no Rio de Janeiro) fora, uma espécie de círculo e nesse círculo tinha uma torre! Com a altura das torres do Ver-o-Peso. Todo mundo foi pra cima do cara (arquiteto Flávio Ferreira) e disse: “Não, não, não aceitamos!” “Mas, o projeto é meu”, respondeu o arquiteto. “Não, mas o edital diz que você tem que se submeter, nós não vamos aceitar, rapaz! O Ver-o-Peso não precisa de concorrência.” E não saiu o mirante lá que ele queria fazer. Tinha uma visão... não é que era um cara escroto, não, era um cara legal, tinha uma visão progressista e tudo mais, mas... são as competições, né? [...] Talvez não tenha percebido... Conhecia o Ver-o-Peso, sabia da importância, agora, às vezes, não se consegue perceber, no imaginário popular, o que é o Ver-o-Peso pro paraense, né?³⁹ (RODRIGUES)

³⁹ Transcrição de parte da aula do professor e deputado estadual do PSOL, Edmilson Rodrigues, para uma turma de pós-graduação em Geografia, na Universidade Federal do Pará – UFP. Destacamos que, nesta aula, o professor Edmilson chegou a relatar a proposta de uma antropóloga de tombar o urubu como patrimônio imaterial de Belém. (André Carvalho, dia 23/11/2010).



FEIRAS E CIDADES

É preciso lembrar, no entanto, que na maioria desses espaços públicos, externos ou internos, acontecia a troca e que esta é uma atividade que nasce com o homem e que, na maior parte da história da humanidade, para trocar era preciso acontecer o encontro [...] E é dessa necessidade de encontro que vai nascer o lugar do mercado. (MUNFORD, 1961).

Ao enveredarmos na história das cidades, não encontramos uma descrição precisa sobre uma possível distinção entre feira e mercado. Entretanto, referências encontrados nos deixam clara a imbricação desses dois termos, sobretudo, por vincularem-se originalmente à ideia de troca e de comércio. Assim, para entender o que definimos como feiras, inevitavelmente, teremos que passar pelo entendimento de mercado vinculado à origem das cidades.

Munford nos mostra que nas cidades onde existem os registros mais antigos de mercados, as funções de fornecimento, armazenagem e distribuição eram desenvolvidas em um espaço que “fazia parte do recinto do templo e apenas numa data mais recente encontrou para si mesmo uma válvula nos distritos plebeus da cidade”.⁴⁰ Esse “supermercado – dentro do recinto do templo” não era uma corporação destinada a ganhar dinheiro e sim uma espécie de monopólio dos deuses.⁴¹

O mercado – “em si mesmo um produto das seguranças e realidades da vida urbana” (Munford, 2008, p. 84) – nasce como uma nova instituição urbana, com a função de equilibrar os excedentes e dar acesso a especificidades advindas de lugares distantes. O

⁴⁰ “Nisso o mercado se assemelha àqueles serviços governamentais que podem ter tido um papel determinante no antigo palácio, tão logo começaram a ser diferenciados; pois, sem nenhuma dúvida, aquilo que hoje chamamos de palácio era também caserna, prisão, tribunal, complexo administrativo.” (MUNFORD, 2008, p. 84)

⁴¹ “Nas primitivas fases do desenvolvimento da cidade antiga, parece-nos, na verdade, estar tratando de uma economia totalitária controlada cujo centro é o templo.” (MUNFORD, 2008, p. 86)

mercado nasce, assim, a partir do desenvolvimento do componente dinâmico das cidades: o transporte.⁴²

O transporte, então, seria a possibilidade de mobilidades de pessoas e mercadorias, ampliando, cada vez mais, o entendimento de mercados como espaços interculturais, zonas de reunião ou de confluência das mercadorias e mercadores. Dessa forma, compreender que os mercados têm como uma de suas características formadoras o “componente dinâmico”, nos auxilia no entendimento de um espaço vinculado à ideia de circulação, de encontro, de contato entre sujeitos, de fluxo e de troca entre culturas. Essa condição histórica, que vincula os mercados a um conceito de circulação e encontro, também pode ser vista no fato destacado por Munford, em que “o ideograma sumeriano de mercado, um Y, talvez indicasse que a ideia de mercado como ponto de junção das rotas de comércio já era conhecida” (2008, p. 85). Vargas, ao falar do ideograma sumeriano, reforça a noção de encontro, afirmando que: “É dessa necessidade de encontro que vai nascer o lugar do mercado” (VARGAS, 2001, p. 95). A autora afirma:

A origem do mercado está, portanto, no ponto de encontro de fluxos de indivíduos que traziam seus excedentes de produção para troca, normalmente localizados em pontos equidistantes dos diversos centros de produção. O fato de serem espaços abertos e públicos imprimia-lhes uma condição de neutralidade territorial e de segurança no ato de troca que acontecia no momento em que as mercadorias eram entregues (VARGAS, 2001, p. 95).

Percebemos, em Vargas, a ligação original do termo “mercado”, usado como forma de designar um espaço destinado às trocas, independentemente de suas características construtivas, formais. Há que se destacar a relação de tais atividades com “espaços abertos e públicos”. Essa definição de mercado, designando práticas comerciais, cujas atividades prescindiam de construções fixas, também é encontrada em Gorberg e Fridman (2003, p. 9), ao nos relatarem: “No início do século XIX, a palavra mercado era então usada de forma genérica, designando uma aglomeração de pessoas com o intuito de comercializar determinados produtos reiteradamente no mesmo local.” Segundo Munford (2008),

⁴² Munford nos relata a importância do transporte como componente dinâmico das cidades: “Deixei para o fim o componente dinâmico da cidade, sem o qual ela não poderia ter continuado a aumentar em tamanho, alcance e produtividade.” (MUNFORD, 2008, p. 84)

existiam duas formas “clássicas” de mercado: “A praça aberta ou bazar coberto, e a rua de barracas ou de lojas.”⁴³

Assim, as principais funções do mercado, antes desempenhadas pelo templo, passam a ser desenvolvidas nas cidades e passam a se configurar economicamente. Economia que, segundo Braudel (1996, p. 11), “à primeira vista, consiste em duas enormes zonas: a produção, o consumo. Aqui tudo acaba e se destrói, ali tudo começa e recomeça”. Produção e consumo que para Marx apresentam-se como características fundamentais para a existência de uma sociedade.

Entretanto, Braudel (1996, p. 11) nos afirma que, entre esses dois universos da economia, existe um terceiro, “estreito, mas vivaz como um rio, também reconhecível à primeira vista: a troca ou, se preferir, a economia de mercado – imperfeita, descontínua [...] e seguramente revolucionária.”. A troca, então, seria, para além da produção e do consumo, uma via de relações e, nesse sentido, extrapolaria as clássicas funções comerciais. Na troca são estabelecidas pontes, ligações entre mundos e culturas. Por fim, Braudel (1996, p. 192) nos oferece uma definição para a palavra mercado: “A palavra é então o equivalente de troca, de circulação, de distribuição. Por outro lado, a palavra mercado designa muitas vezes uma forma bastante ampla da troca, também chamada de economia de mercado; ou seja, um sistema.”

Chegamos à compreensão de que a palavra “mercado”⁴⁴ tem vários entendimentos possíveis. Entretanto, entendê-lo como termo vinculado à ideia primordial de troca e, mais do que isso, como termo que se refere ao sistema, seria o caminho inevitável para chegarmos à noção de feira que buscamos aqui.

Contudo, o crescimento das cidades e as atividades de troca foram sendo especializados e o termo mercado foi cada vez mais utilizado para designar os *halles*. Diferentemente da afirmação anterior, estes são espaços construídos. Assim, vemos que a noção de mercado, ao longo do tempo, foi sendo vinculada a espaços construídos – Halle,⁴⁵ espaços da cidade

⁴³ Munford (2008) afirma que os mercados “possivelmente já tinham encontrado sua configuração urbana por volta de 2000 a. C., o mais tardar”.

⁴⁴ Andrade (1976) destaca que “a denominação mercado supões duas acepções distintas: a primeira se refere a um conceito econômico abstrato que se fundamenta numa certa relação entre oferta e procura para formação de preços; a outra constitui uma realidade empírica, em que o mercado é definido como um local onde se desenvolvem trocas comerciais, e, por conseguinte, onde se reúnem aqueles que pretendem ceder, adquirir ou trocar produtos, realizando uma troca direta ou usando moeda”.

⁴⁵ “A palavra francesa *Halle*, que designa esses espaços de mercados cobertos (inglesa *hall*, alemã *Halle* e flamenga *halla*), é sinônimo de sala, grande vão de uso coletivo [...] como uma construção comercial coberta.” (VARGAS, 2001, p. 147) Segundo Braudel, “a palavra *halle* pode, portanto, ter mais de um significado, do simples mercado coberto até o edifício e a organização complexa dos muitos Halles que muito cedo constituíram o primeiro ‘ventre de Paris’”. (1996, p. 20)

destinados à comercialização de mercadorias. Poderíamos, dessa forma, como já faz Vargas em seu livro “espaço terciário”, trilhar uma história dessas arquiteturas, passando pelo *bazaar* dos árabes, pela *àgóra* dos gregos, pelo mercado chinês, pelos fóruns romanos e, sem dúvida, chegaríamos aos shoppings centers e aos super e hipermercados. Entretanto, sabemos que, ainda que existam essas construções que pelos avanços construtivos e tecnológicos chegam ao que conhecemos hoje como os super e hipermercados, outras formas de troca sempre coexistiram e até hoje ainda sobrevivem. Reafirmamos que “não há, portanto, história simples e linear do desenvolvimento dos mercados. Nesse ponto, o tradicional, o arcaico, o moderno, o moderníssimo estão lado a lado. Ainda hoje”. (BRAUDEL, 1996, p. 12)

Sabemos que entender os Halles (mercados cobertos) sob a perspectiva arquitetônica e tecnológica requer um estudo específico e um mergulho no entendimento histórico do contexto sociocultural vinculado a esses locais. (ver Cardoso, 2006)

Aqui vemos, então, que o mesmo termo “mercado”, usado inicialmente para designar a ideia de circulação e troca de mercadorias, também passa a ser usado para designar uma arquitetura fixa para a atividade de mercar. Ou seja, o que é feira coberta agora é chamado de mercado, que, ao se especializar, muitas vezes tem o nome associado à mercadoria que abriga, definindo assim ao que se destina:⁴⁶ mercado de carne, mercado de peixe etc.

Com isso, a partir de um momento, vemos uma espécie de encruzilhada, que acaba por criar distinções entre mercados e feiras. Apresentam-se dois caminhos possíveis de se trilhar: um sobre o entendimento dos mercados como “feiras cobertas” e outro, no entendimento sobre as “feiras ao ar livre”, como feira.

Assim, passamos a caminhar pelo entendimento da feira como ideia elementar de troca, que também poderia ser entendida como espaço onde mercadores se reuniam para comercializar suas mercadorias. Feiras que, ainda hoje, demonstram grande proximidade com sua forma elementar e que vão sobrevivendo, como nos afirma Braudel:

Sob sua forma elementar, as feiras ainda hoje existem. Pelo menos vão sobrevivendo e, em dias fixos, ante nossos olhos, reconstroem-se nos locais habituais de nossas cidades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros. Antigamente eram quase iguais: algumas bancas, um toldo contra chuva, um lugar numerado para cada vendedor. (1996, p. 14)

⁴⁶ No Rio de Janeiro, isso ainda hoje pode ser visto em locais como mercado das flores, mercado de peixes etc.

Dessa forma, a ideia de feira que nos interessa para esta tese está muito mais ligada à noção de mercado em um “espaço externo”, relacionando-se com a “cultura da praça que inclui o mercado”, como vemos no relato de Vargas, com base no livro *Il Mercato e La Città*, de Donatella Calabi:

A praça, como espaço externo e essencialmente público, é o protótipo desse elemento de sociabilização [...] a cultura da praça inclui o mercado, que é o local do espetáculo e cena de representações trágicas e cômicas que se misturam com a tolerância e imponência da cidade [...] na praça, justamente com cerimônias e eventos, acontecia também o recrutamento de mão de obra. A festa, a animação, o popular de coisas e pessoas, a circulação de ideias, de produtos e de notícias alcançam o ápice e essa concentração de atividades manifesta-se, espacialmente, por uma concentração física num lugar urbano central [...] as praças de mercado não requeriam a presença de nenhum edifício, elas eram o próprio edifício. Isto é, o comércio apenas precisava de fluxos de pessoas para acontecer. (2001, p. 137 e 138)

Feiras e sociedades

Até o século XIX, as feiras e mercados eram a base primordial de todo comércio e de tudo se podia encontrar. Até que o poder do comerciante, como classe econômica na Europa, levou a uma “especialização das áreas de atuação do comércio. As feiras e os mercados tornaram-se então locais de venda, principalmente de artigos alimentícios”. (RENNÓ, 2006, p. 35) Braudel nos mostra alguns indícios dessa feira:

Comparando uma feira a uma pirâmide, ela é disposta em degraus desde as atividades múltiplas e miúdas, na base, referentes às produções locais, em geral perecíveis e baratas, até as mercadorias de luxo, vindas de longe e caras, sendo o vértice constituído pelo ativo comércio do dinheiro, sem o qual nada se mexeria, ou pelo menos não se mexeria na mesma velocidade. (BRAUDEL, 1996, p. 73)

No Brasil, as feiras sempre priorizaram os gêneros alimentícios, segundo nos informa Rennó (2006, p. 35). “Em 1687, de acordo com dados constantes do site PRODAM/SEMAB, houve certa oficialização para a venda de gêneros da terra, hortaliça e peixe.”

Independentemente dos produtos comercializados, podemos verificar, nos vários

indícios históricos, que, desde os tempos mais remotos, as feiras e os mercados já eram sinônimos de espaços de troca expandidos para muito além do ato de comprar e vender as chamadas mercadorias. As feiras e mercados durante toda a história das cidades foram sempre, por excelência, locais de trocas simbólicas, de encontros e de construção de saberes. Munford nos mostra que mais importante

que a distribuição mais ampla dos produtos no mercado foi o desenvolvimento do sistema de comunicação que cresceu ao lado dele: o registro permanente parece ser, a princípio, um subproduto das transações de mercado, e a maior invenção, após as notações linguísticas e numéricas, foi a invenção do alfabeto, obra dos comerciantes fenícios. (MUNFORD, 2008, p. 85)

Esta influência das feiras sobre as cidades pode ser vista também na configuração de nossos calendários, como nos mostra Peixoto:

Arcaica, e constante, a instituição das feiras foi fenômeno sociológico e econômico tão importante, para troca ou aquisição de mercadorias, e ocasião de se encontrarem homens e mulheres, que determinou, em nossa língua, a mudança dos nomes tradicionais, dos dias da semana, que da baixa latinidade se propagara aos povos românicos. Os dias do sol (sunday), da lua (lunes, lundi), de Marte (martes, martedì), de Mercúrio (mercoledì, miercoles), de Júpiter ou Jove (jovedì, jeudi), de Vênus (venerdì, vendredi), de Saturno (saturday), na Europa cristã persistentes, tornaram-se, em Portugal, domingo, ou dia do Senhor, em que havia a primeira feira, sendo a segunda, terça, quarta, quinta, sexta, as seguintes, com o sábado judaico final, descanso. Combinação de mitologia babilônica, com judaísmo e o cristianismo da baixa latinidade – em Portugal –, essa economia popular das feiras, que se prolongou, com os mesmos nomes, no Brasil. (1947, p. 270)

Um vestígio possível que nos leva a considerar um vínculo direto entre feira e lazer estaria no entendimento do significado de feira como festa. Para Lima Barreto, há pequenas diferenças entre feiras e mafuás; entretanto, destaca o autor, as duas têm “idêntico aspecto da festa popular, pretexto para passeios e discretos namoros; e, tanto num, como na outra, vende-se de um tudo, como diz o povo”. (BARRETO, 1953, p. 12). Segundo Vargas (2001, p. 146), o nome feira vem de feria, do latim, que significa festa de um santo. Aparecem aqui duas relações de grande relevância para

esta pesquisa, que definem tanto a noção de feira como um evento e que vinculam feira a relações religiosas.

Podemos perceber, em todas as relações aqui destacadas, um diálogo amplo entre feiras e cidades. O entendimento histórico de feira adquire várias significações sociais, tais como festas de santo, calendários de sociedades, o alfabeto que dá a origem da linguagem.

Braudel, ao falar de feiras do século XVIII, chega a superdimensioná-las, afirmando: “São aquelas para as quais a cidade inteira abre suas portas. Então, ou a feira submerge tudo e se torna a cidade, e até mais do que a cidade conquistada, ou esta é suficientemente forte para manter aquela a boa distância.” (BRAUDEL, 1996, p. 66)

A institucionalização do termo feira livre

Seguindo as considerações do historiador Fernand Braudel, em seus estudos sobre “civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII”, entendemos, então, que “por toda a parte, o aumento das trocas levou as cidades a construir mercados (halls), isto é, feiras cobertas, muitas vezes rodeadas de feiras ao ar livre” (1996, p. 19). Assim, partimos dessa diferenciação, apresentada por Braudel, para definir que nosso interesse é por essas “feiras ao ar livre”. Essas feiras, construídas ao redor dos mercados, ainda hoje existem, a exemplo do Complexo do Ver-o-Peso, em Belém do Pará. Entretanto, nos interessamos pelas feiras para além dessa relação com os mercados construídos. Não existem somente feiras livres ligadas aos mercados construídos. As feiras podem existir como construções autônomas. Hoje, o processo pode, mesmo, ser ao contrário. Há feiras que dão origem a mercados.

A ideia de “feira ao ar livre” nos aparece como vestígio para um possível raciocínio histórico sobre o termo usado no Brasil para classificarmos as feiras que ocorrem nas cidades. Assim, em um primeiro entendimento, a ideia de feira livre estaria diretamente ligada a suas características físicas e transitórias, ou temporárias, diferenciando-se, dessa forma, das estruturas arquitetônicas fixas dos clássicos mercados (feiras cobertas). Entretanto, o termo feira livre, no Brasil, segundo nos informam, Jesus,⁴⁷ Goberg e Fridman

⁴⁷“As feiras livres cariocas, criadas em 1904, podem ser tomadas como componente daquele famoso projeto de intensa renovação urbana. Neste sentido, compõem sua fisionomia e dinâmica revestindo-se de elementos próprios da pedagogia civilizadora dos espaços públicos da Reforma Urbana de então, em substituição às negras de quitadeiras, aos vendedores ambulantes e outras modalidades populares de distribuição varejista, herdadas de um indesejado passado colonial.” (MASCARENHAS, 1997, p. 30)

(2003, p. 134), estaria ligado ao decreto nº 997 de 13 de outubro de 1904, que autoriza, na gestão do prefeito Pereira Passos, o funcionamento de feiras ou mercados livres na zona urbana do Distrito Federal.

O Prefeito do Distrito Federal:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º Fica o Prefeito autorizado a estabelecer na zona urbana do Distrito Federal feiras ou mercados livres os quais funcionarão aos domingos, dias santos, nas praias, ruas e avenidas previamente designadas.

Art. 2º As feiras ou mercados livres são destinados à venda, exclusivamente a retalho, de frutas, legumes, animais domésticos, flores, plantas vivas, produtos de pequena lavoura e das indústrias rurais e de quaisquer gêneros de comércio, considerados de primeira necessidade, a juízo do prefeito. (GORBERG & FRIEDMAN, 2003, p. 135)

Jesus também nos mostra que o termo feira livre também serviu como distinção entre feiras de caráter “intraurbanas” e as “feiras regionais”:

O termo feira livre é adotado em todo Brasil para designar “as feiras semanais de caráter intraurbano (de âmbito praticamente restrito ao bairro), diferente daquelas tradicionais, que reúnem compradores e vendedores oriundos de áreas distantes, muito comum no Nordeste, e que preferimos denominar de feiras regionais. (1997, p. 30)

Entretanto, em nossa pesquisa, pudemos constatar que muitas feiras “intraurbanas”, com o passar do tempo, passaram a desenvolver esse caráter regional a que se refere o autor, agregando sujeitos de áreas distantes, ainda que encrustadas nas cidades. Enquanto que outras, sobretudo as que ocorrem em zonas mais nobres das cidades, ainda mantiveram a distinção. Poderíamos destacar, no Rio de Janeiro, exemplos, como a Feira dos Nordestinos, em São Cristóvão, a Feira de Caxias, ou mesmo a Feirinha da Pavuna.

Verificamos, também, que, em cada estado do Brasil, a oficialização das feiras se deu de forma distinta. Em São Paulo, por exemplo, segundo Rennó, os escritos de Reis Filho revelam que a primeira feira foi estabelecida em 1797. Mas, a sistematização só aconteceu por influência do decreto de Pereira Passos, que criará referências para outras cidades:

O sistema de feiras em São Paulo foi oficialmente criado pelo prefeito Washington Luís em 1914, como o reconhecimento de um sistema de comércio que já operava há algum tempo [...] em 1934, o prefeito Antonio Carlos Assumpção reorganiza as feiras livres e as autoriza oficialmente a comercializar produtos não perecíveis. (RENNÓ, 2006, p. 36).

Já no Nordeste, mais especificamente em Salvador e Belém do Pará, veremos que as feiras passaram por outros contextos sociopolíticos, ainda que influenciados por esses vinculados ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Torna-se relevante destacar, então, que o interesse por tantas definições diferentes de feiras e mercados acaba por definir alguns conceitos basilares para esta tese: a relação entre lugar construído e lugar aberto, a diferenciação entre feiras mais corriqueiras e outras, que se tornaram símbolos “turistificados” do Brasil, a resultante patrimonialização da arquitetura dos mercados como bens materiais e da prática das feiras como bens imateriais. Passo, então, a apresentar o lócus dos estudos de caso: Feira de São Joaquim e o Complexo do Ver-o-peso.

A FEIRA EM TRÊS TEMPOS:
FEIRA DO SETE, FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS E FEIRA DE SÃO JOAQUIM

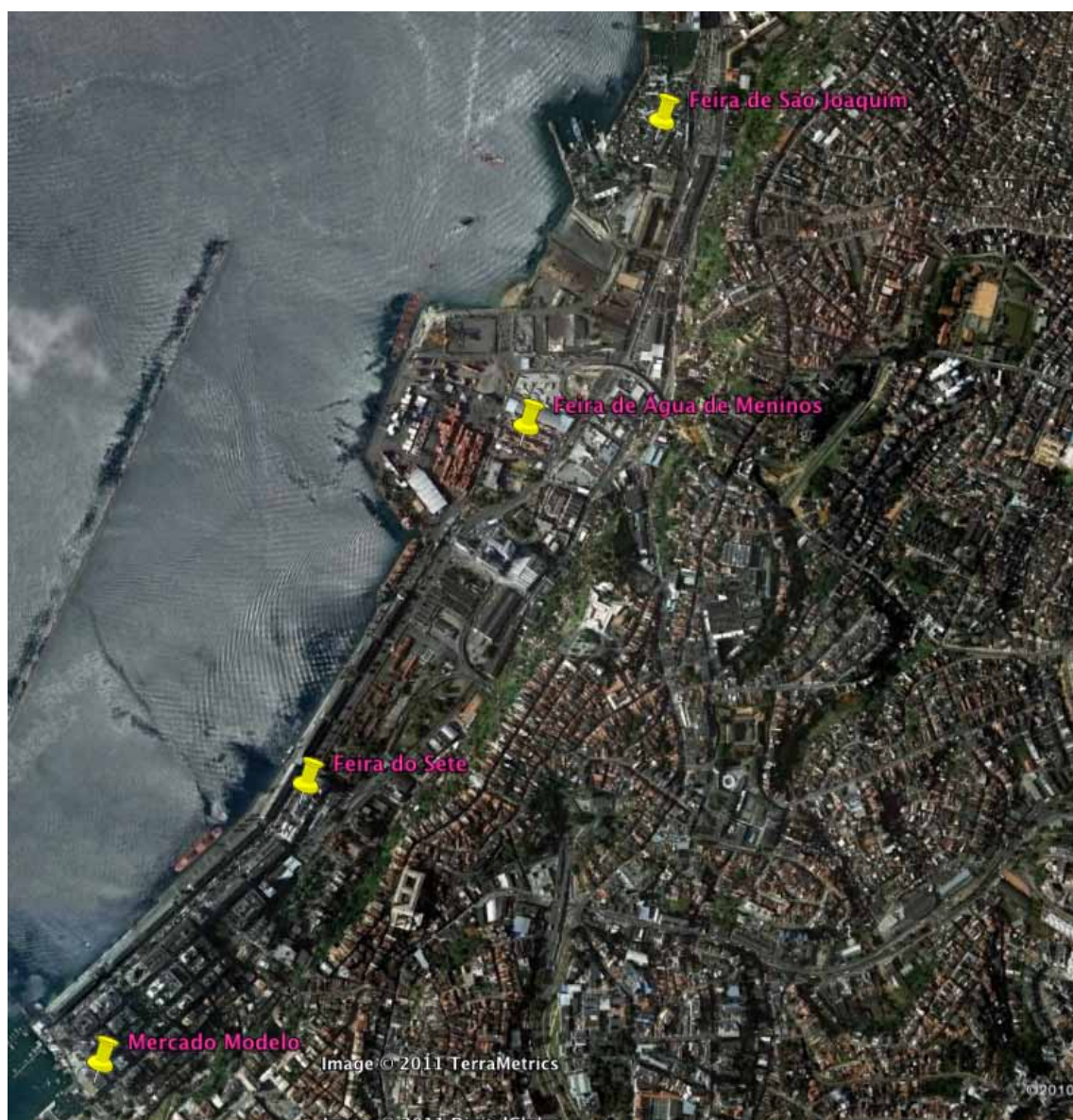


Figura 03: Trecho do mapa de Salvador – Bahia, que mostra como a feira foi se afastando do Centro. (Imagem do Google Earth, Março de 2011).

Antes de retornar à Feira de São Joaquim, em novembro de 2010, para finalizar minhas pesquisas de campo, havia estado lá em janeiro do mesmo ano. Assim, nos dez meses que separavam as minhas idas à feira, muitas mudanças foram constatadas. Dentre as mudanças, destacava-se como uma das principais, a troca do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Feirantes e Ambulantes da Cidade de Salvador – SINDIFEIRA. O antigo presidente Joel Anunciação, que eu havia entrevistado em janeiro, foi substituído por Marcílio Costa Santos. Marcílio, feirante há 36 anos na Feira de São Joaquim e dono de uma das maiores lojas de artigos religiosos da feira, assumiu, em maio de 2010, a presidência do SINDIFEIRA. Esses dados já mostravam que Marcílio tem papel tradicional e legítimo dentro daquele contexto, com conhecimento e poder. De posse dessa informação, tratei de procurá-lo para uma entrevista. Mesmo demonstrando resistência inicial, Marcílio aceitou e marcou para que eu voltasse no dia seguinte, pela manhã. Assim, no domingo, dia 07/11/10, às 9h, a entrevista se realizou na sua loja, com a presença do Sr. Antonio Moreira Rios, vice-presidente do sindicato e feirante também de artigos religiosos, com uma loja vizinha a de Marcílio. Foi uma longa conversa, muitas informações me fizeram rever ou mesmo considerar que, dentro da Feira de São Joaquim, que eu já conhecia e pesquisava há mais de 15 anos, múltiplas feiras existiam e muitas ainda desconhecidas por mim. Depois da conversa, laços de cumplicidade se definiram e, a partir do vínculo de confiança estabelecido, tanto Marcílio como Rios tornaram-se fundamentais para que eu pudesse conhecer as outras feiras que existem na Feira de São Joaquim. Assim, considerando a relevância e atualização das informações desses representantes dos feirantes, é a partir da transcrição da conversa que buscaremos, ainda que em alguma medida, compreender o processo de tradução do que entendemos como Feira de São Joaquim no “presente etnográfico”.

- Eu queria que vocês me explicassem um pouco da história da feira e da história de vocês na feira (ANDRÉ)
- Contando um pouco da história da feira. É uma longa história. Na verdade, ela começou não neste local aqui, ela começou no galpão 7 da CODEBA, no Comércio (Bairro Central de Salvador). Começou com um pessoal trazendo mercadorias do Recôncavo baiano através de embarcações. Aí começaram a se aglomerar no espaço, nesse espaço do Comércio, e, com o decorrer do tempo, foi se expandindo, se expandindo e se criou uma feira na década de 1930, e essa feira deixa o nome Feira do Sete. (MARCÍLIO)

Assim, Marcílio Santos começou a relatar suas memórias sobre as histórias da feira.

Essa primeira informação se confirma, de acordo com os documentos pesquisados: a Feira do Sete a que Marcílio se refere teria surgido ao lado do armazém de número sete, construído pela Companhia de Docas. Segundo Leal, “este aterro efetuado até o sétimo armazém foi empurrando o mar e aquela área passou a ser denominada Praia do Sete”. (2000, p. 12) Nas proximidades dessa praia, algumas pessoas começaram a erigir precárias construções com materiais de antigas casas e casarões demolidos ou incendiados, entre esses, telhas de zinco enferrujadas. A população passou a chamar o local de “flanderândia”, neologismo criado por causa da folha de flandres, metal das telhas.

E foi nesse ambiente de total informalidade que nasceu a Feira do Sete. Relatos, como veremos, associam o início da feira a uma negra, vendedora de mingau, que teria construído uma barraca de madeira e tecido onde comercializava seu produto. A feira, marginalizada por parte da sociedade e da opinião pública, era o lugar onde os meninos eram chamados de capitães de areia e que deu título ao famoso romance de Jorge Amado.

Marcílio segue contando a história.

- E ali ela (a Feira do Sete) permaneceu até a década de 1960, época em que o espaço físico ficou pequeno. Aí se estuda uma nova área para fazer a transferência. Naquela época, reuniram as pessoas, as lideranças locais e acharam um local. Que também teria que ter ligação com o mar, né?! Porque quase 98% das mercadorias que vinham, vinham do Recôncavo baiano. E a única maneira naquela época de se chegar à cidade de Salvador era com as embarcações, os veleiros, aqueles veleiros antigos, uma tradição que até hoje não morreu. Ainda tem uma quantidade mínima, mas ainda tem esse meio de transporte, ainda existe aqui na feira de São Joaquim. (MARCÍLIO)

O discurso seguro de Marcílio, hoje representante dos feirantes, acaba por nos remeter a alguns equívocos históricos, sobretudo com datas contraditórias em relação à história que encontramos em registros de jornais e pesquisas. A Feira do Sete a que Marcílio se refere teria existido, de forma precária, entre as décadas de 1920 e 1930. Em 1934, um grande incêndio, anunciado pelo jornal A tarde como “incêndio purificador”, destruiu a feira.

Depois de larga existência mercê da iniciativa de uma preta, que arranjou quatro varas e cobriu-as com panos podres, improvisando uma barraca dentro da qual vendia mingau - o acampamento cresceu vertiginosamente como grama de bur-

ro, lançou raízes profundas, dando muita dor de cabeça a quantos por sentimentos de caridade não previam as terríveis consequências quando aquilo se transformasse num perigoso bairro, onde todas as contravenções às leis e costumes à moral seriam praticados à luz meridiana. E assim foi, a feira do sete passou ao noticiário dos jornais, dando o que fazer à polícia.

A Companhia Cessionária e a Fiscalização Federal, empenhados no saneamento do local, tomaram há cerca de um ano a iniciativa de entregar à Prefeitura da capital o controle da aludida Feira, que fora mudada das proximidades do Armazém 7 para o novo aterro fronteiro às Docas do Wilson.

Agora, em via de conclusão, o aparelhamento do cais de 19 metros para a atracação de grandes paquetes, a Prefeitura encarregou o sr. Genebaldo de Figueredo de iniciar, após vários prazos a evocar, a evacuação da zona.

Foi isto que o administrador da Limpeza Pública teria feito desde sábado, culminando ontem à noite com o ateamento de fogo em numerosas palhoças, cujo estado interior era uma grave ameaça à saúde pública. 34 (Jornal A Tarde de 09/04/1934, apud PAIM, 2005, p. 25)

Essa notícia do jornal nos esclarece que a Feira do Sete, totalmente relegada à iniciativa informal, era vista como um mal a ser extirpado da cidade de Salvador. Ao mesmo tempo, vemos a relação direta com a possibilidade de expansão de um lugar pela facilidade de se criar uma barraca “arranjou quatro varas e cobriu-as com panos podres”, como cita a reportagem. Aqui, a arquitetura da barraca é também responsável, precária como adjetiva a notícia, por facilitar a propagação do fogo nas “palhoças”. Obviamente, tais fatos estariam ligados às políticas higienistas, sobretudo as que já vinham sendo implementadas desde o início do século na cidade do Rio de Janeiro. Nos anos 1920, segundo nos mostra Paim, vendedores ambulantes de doces e frutas já viviam atormentados, em Salvador, por um dispositivo do código de posturas que estabelecia ser “terminantemente proibida a venda ou exposição de frutas que não estivessem devidamente amadurecidas, e que só deveriam ser comercializadas em mercados ou locais não expostos aos raios solares”. (2005, p. 30)

Outra informação de Marcílio torna-se relevante para entendermos o processo de deslocamento e de localização das feiras. Tanto a Feira de São Joaquim, como suas antecessores, a Feira do Sete e a Feira Água de Meninos, necessitavam estar próximas ao mar. Com o crescimento da cidade e ampliação do porto, a feira foi sendo empurrada cada vez para mais distante do centro da cidade baixa, chamado de Comércio (ver mapa figura). Sendo que sua localização, mesmo que se distanciando do centro, não podia ser desvin-

culada da baía de Todos-os-Santos, já que o meio de transporte principal da época para os produtos do Recôncavo era o hidroviário, como nos apontou Marcílio. Os veleiros foram retratados ao longo dos anos, deixando um grande acervo iconográfico sobre essas feiras. Suas características visuais tornaram-se fonte de inspiração para muitos artistas e poetas, dentre os quais podemos destacar o fotógrafo Pierre Verger e o artista Carybé. Hoje, com a evolução do transporte terrestre, poucos veleiros ainda continuam fazendo esse tipo de transporte para a feira de São Joaquim. Marcílio nos relata que apenas quatro, com destaque para o que traz cerâmica.

- Aí (a feira) veio para a enseada de Água de Meninos. Por que Água de Meninos? Porque ali, naquela época, os navios se abasteciam de água, onde tinha uma fonte. E nessa fonte, os meninos brincavam de tomar banho... aí veio água de meninos, né?! (MARCÍLIO)

Várias outras versões existem para o surgimento do termo Água de Meninos, que dava nome à enseada para onde foram transferidos os feirantes da antiga Feira do Sete. Alguns se referem a uma nascente que corria até quase a beira-mar, formando um grande lago, onde meninos se banhavam. Outras se referem à existência de um engenho d'água, denominado Água de Meninos dos Padres. Ainda que não se saiba a verdadeira origem do nome da enseada, para onde foi transferida a feira, e qual a consequência que a fez passar a se chamar Feira de Água de Meninos, destacamos que a beleza do nome foi exaltada em muitos relatos e, mesmo hoje, 46 anos depois de sua total extinção, seu nome ainda é lembrado. Muitos continuam chamando a Feira de São Joaquim de Feira de Água de Meninos, segundo relato de Marcílio.

- [...] e a Feira de Água de Meninos, a tendência foi cada vez mais crescer, e cada vez mais o comércio foi se fortalecendo dentro da feira [...] Naquela época era o seguinte, tinha um posto da Shell e era uma área muito cobiçada pelos empresários. Como até hoje esta área aqui também é cobiçada pelas grandes empresas e os grandes empresários pra fazer shopping, entendeu?, para expansão do porto de Salvador. Já foi cogitado da feira sair daqui para expansão do porto de Salvador, e nós, como sindicalistas, a gente sempre resiste a essa tentativa de nos colocarem para outro local. (MARCÍLIO)

A Feira de Água de Meninos foi realmente crescendo e tornando-se cada vez mais forte e importante para Salvador. Seu maior crescimento se deu no início da década de

1950, quando muitos retirantes vinham fugidos da seca que assolava grande parte do Nordeste brasileiro e encontravam, na Feira, atividades de subsistência: carregadores, vendedores, ambulantes etc. A migração para Salvador agravava-se pelo fato de a cidade apresentar-se, na época, como uma capital promissora em função dos anúncios de descoberta do petróleo.

A divisão espacial dessa feira é descrita por Carybé em seu livro *As sete portas da Bahia*. Carybé, que também a registrou em seus desenhos e pinturas, nos relata um espaço denso, com barracas que formavam ruelas e becos, onde as mercadorias eram comercializadas.

Fica tudo lá em baixo, junto ao mar, num amontoado inverossímil de barracas, divididas por becos, ruelas e passadiços, formigando de gente, de saveiro, de jegues, frutas, legumes, jabá, cesta e tamancos, camarão seco e raladores de coco, fi-fós, cana e farinha de guerra. Cerâmica de todo o Recôncavo. De todos os feitios para todos os usos [...]. Começa do lado de fora entre as palmeiras reais [...]. Na principal rua, a rua que atravessa a feira, mal se pode passar de tanto povo, carroças, caminhões, jegues encahados, vendedores, camelôs, balaios. Para andar com um sossego relativo é preciso passar às estreitas ruas entre barracas, ali o espetáculo humano é inesgotável, as mulheres do carimã peneirando puba, sumidas no cone de sombra dos seus enormes chapelões, quando mercam deixam ver seu riso tão branco como o cubinho de goma que estão oferecendo. Há barracas especializadas em passarinhos [...]. Há montanhas de cachos de banana, de laranja, de pinhas, de limas e cana-de-açúcar, pois é aí que se abastecem os vendedores ambulantes, os hotéis, restaurantes e as famílias pobres. (CARYBÉ, 1976, pp. 103-104)

A Feira de Água de Meninos também passou por várias tentativas de normatização por parte do poder público, os órgãos municipais tentavam coibir seu caráter de permanência. Eles tentavam, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, fazer com que todas as feiras fossem feiras livres móveis. Foi criada a Lei nº 29, de 27 de dezembro de 1948, que dispõe sobre a criação de feiras móveis distritais na cidade de Salvador. A lei, além de estabelecer parâmetro para as novas feiras, tinha como objetivo, também, sanear e regular as feiras de caráter permanente, mencionadas como “feiras tradicionais”. Naquela época, além da Feira de Água de Meninos, destacavam-se também a Feira do Curtume e a Feira do Porto do Bonfim.

Outro plano da Prefeitura é o de regularizar, entre nós, as feiras livres móveis. A exemplo do que existe em outras cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo [...]. Há também um plano para localização dos camelôs nas feiras livres volantes que serão instaladas, e também em Água de Meninos [...]. O difícil é convencê-los a instalarem barracas, mudando seus hábitos. (*A Tarde*, 05/05/59, p. 3. Apud PAIM, 2005, p. 49)

Em 1963, um ano antes do incêndio que terminou com a Feira de Água de Meninos, uma matéria do *Jornal A Tarde*, intitulada de “Feiras livres permanentes, sinal de que Salvador está involuindo” nos traz a dimensão do quanto as feiras livres de caráter permanente eram discriminadas e passavam a figurar como sinônimo de retrocesso. Sua condição insalubre era comparada aos modernos supermercados, açougues e frigoríficos que começavam a se implantar nas cidades e criavam uma visão de evolução do comércio varejista. A perseguição e tentativas de normatização também tinham os ambulantes como constante foco.

Não existe uma localidade no interior da Bahia onde haja feiras livres permanentes [...]. Na Capital, onde deveria ocorrer o mesmo, proliferam as feiras, variando suas dimensões, mas uniformes num ponto: permanentes, sujas, com barracas que vendem frutas, carnes e outros alimentos [...]. O comércio varejista evoluiu, aparelhou-se para suprir as necessidades da população [...]. O que não evoluiu foi a maneira de encarar o problema, permitindo que uma tolerância ilimitada tornasse possível a existência e desenvolvimento de um comércio marginal, incapaz de responder às necessidades de consumo de uma cidade moderna.

Simultaneamente, se cada consumidor depois de examinar o problema verificar como é absurda a tolerância para com as feiras livres permanentes, a onda de protestos atual crescerá desmesuradamente e forçará a uma solução. Salvador, então, não mais continuará na situação de uma aldeia atrasada. Poderá, assim, desfazer o contraste atual, em que figura, sob certos aspectos, em condições inferiores a pequenas cidades do interior da Bahia. (*A Tarde*, 01/07/63, p. 2. Apud PAIM, 2005, p. 52)

- Ali em Água de Meninos ela permaneceu por um período de quatro anos. Teve o primeiro incêndio em 1962, que foi controlado; em 1964, o segundo incêndio. O segundo incêndio, dizem os mais velhos, que foi até provocado. A Shell cobiçava muito a área para expandir o seu [...] teve colegas nossos daquela época, barraqueiros que simplesmente... uma coisa que se fazia muito naquela época era guardar dinheiro no próprio estabelecimento e as pessoas... todas as economias que tinham

guardavam no caixote. Tinham pessoas que perderam caixotes de dinheiro guardados. Então, teve feirantes que saíram, deixando todo seu patrimônio ali e, quando voltaram, encontraram as cinzas. Porque foi um incêndio que dizem que até pelos bueiros de esgoto saía fogo. (MARCÍLIO)

Marcílio, ao nos contar a história da feira, acaba por nos relatar que a Feira de Água de Meninos existiu por apenas quatro anos. A afirmação seria totalmente invalidada pelos fatos históricos levantados. A Feira de Água de Meninos passou a existir na segunda metade da década de 1930, com a transferência dos antigos feirantes da Feira do Sete para a Enseada de Água de Meninos. Sua transferência para Enseada de São Joaquim só ocorre em 1964, depois do incêndio que a destruiu completamente. Assim, diferentemente da existência de quatro anos, que nos afirmara Marcílio, a Feira de Água de Meninos existiu por quase trinta anos. Esse fato também pode ser visto na entrevista feita com seu Pascoal, vendedor de farinhas, entrevistado para esta tese. Pascoal das farinhas, como é conhecido, trabalhou durante 12 anos na Feira de Água de Meninos, desde que tinha 14 anos de idade, e, ainda hoje, continua na mesma atividade na Feira de São Joaquim.

- Trabalhei doze anos lá [...] a Feira de Água de Meninos era ali onde está a Polícia Federal, hoje, onde está a CODEBA [...] a Saveiro Veículos [...] Primeiro foi a Feira do Sete, aí andou um pouquinho pra frente, para Água de Meninos. Eu trabalhei lá de 1952 até 1964, quando queimou. Na época, eu tinha 14 anos quando fui pra lá. Aí vim pra aqui no final de 1964 e estou até hoje. Aqui eu já tenho 46 anos [...] sempre vendendo farinha, isso aqui?! Eu já me casei, já recasei [...] (PASCOAL das farinhas)

A mudança da Feira de Água de Meninos para a enseada de São Joaquim já era cogitada desde o início da década de 1960. Em 1959 foi firmado um acordo entre a prefeitura de Salvador, a Capitania dos Portos e o Sindicato dos Feirantes para a remoção. A área necessitava ser aterrada para que coubessem todos os feirantes e a transferência não ocorreu, em função do aterro não ter ficado pronto. Em entrevista ao jornal *A Tarde*, de abril de 1963, o engenheiro George Humbert falou sobre o processo de transferência. Torna-se relevante, para esta pesquisa, o fato de o engenheiro Humbert ter cogitado a possibilidade de a empresa “Docas edificar barracas em condições adequadas de higiene e aos moldes projetados pelo arquiteto Diógenes Rebouças, mas os feirantes recusaram”. (Apud PAIM, 2005, p. 52) A entrevista de Orlando Moscoso ao jornal *A Tarde*, em 08/09/1964, revela uma relação dicotômica, em que a feira tanto era criticada por suas

características insalubres, quanto valorizada por sua condição de importante central de abastecimento da cidade.

[...] colocada em uma enseada, onde aportavam dezenas de barcos a vela, provindos do Recôncavo trazendo o produto da terra e do seu artesanato, a Feira de Água de Meninos se transformou na realidade no grande centro de abastecimento de Salvador. A proliferação anárquica, sem a menor disciplina, sem a menor higiene das barracas, emprestou-lhe características próprias, que na realidade não honram os nossos foros de civilização. Mas, de qualquer forma, representava ela uma expressão positiva e necessária à vida da cidade, pois funcionava como um entreposto de abastecimento, canalização para esse mercado a maior parte da produção do Recôncavo. (apud Paim, 2005, p. 53)

Nas questões levantadas, podemos perceber que já existia uma forte representação do Sindicato dos Feirantes e também um forte interesse na remoção da feira daquela localidade, a enseada de Água de Meninos, que era cada vez mais valorizada. Podemos perceber que a transferência já vinha sendo discutida e embasada por argumentos higienistas, que, de certa forma, mascaravam os vários outros interesses especulativos que a cercava. Por isso, no relato de Marcílio, a informação sobre um possível incêndio criminoso se confirma nas várias manchetes dos jornais da época.

- Aí a Feira de Água de Meninos queima por completo. Naquela época, se reúnem a prefeitura de Salvador, o sindicato, as Docas e a Marinha. Vamos procurar um local para botar a feira de Água de Meninos, aí, como também tinha que ter ligação com o mar, pela necessidade de transporte por mar das mercadorias. Aí vamos colocar na enseada de São Joaquim. Por que enseada de São Joaquim? Porque fica próximo à igreja Órfão de São Joaquim, essa que fica aqui na frente. (MARCÍLIO)

Como nos relata Marcílio, a Feira de Água de Meninos foi queimada por completo, como anunciou o jornal A Tarde no dia 08/09/1964.⁴⁸ O incêndio causou uma comoção geral à população de Salvador. Várias medidas foram rapidamente tomadas pela

⁴⁸“E o fogo irrompeu, apocalíptico, com a sua fúria candente e devoradora. Ergueu-se da terra, violento e monstruoso como dragão. E engoliu, em poucas horas, o que a dor e o esforço dos pobres levantaram, com lágrimas e sacrifícios e muita audácia, em marcha batida de muitos anos. (apud PAIM, 2005, p. 55)

prefeitura e outros órgãos do estado, gerando auxílio às famílias que tinham perdido todo seu patrimônio e criando outras possibilidades de espaço para que as pessoas pudessem provisoriamente mercar até que o local da “Coroa de São Joaquim” pudesse recebê-los.

Ontem à tarde resolveu-se no gabinete do prefeito Nelson Oliveira o destino que terá a Feira de Água de Meninos. Deliberou-se definitivamente a mudança para São Joaquim, comprometendo-se as Docas da Bahia a destinar ali uma área com luz, água e esgotos para a instalação provisória de todos os feirantes e ceder-lhes, para armazenagem de suas mercadorias, dois armazéns ali localizados com uma área de 1700 metros quadrados [...]. Os feirantes exigiram apenas a permanência em São Joaquim a título precário lhes ser garantido até 1995 quando deverá extinguir-se a concessão para exploração do porto pela companhia concessionária
A Tarde, 10/09/1964. (apud PAIM, 2005, p.55)

Para saber como tinha sido elaborado o espaço em que se estabeleceu a Feira de São Joaquim, e também como se deram as divisões internas e as setorizações até hoje encontradas, perguntei a Marcílio de quem tinha sido a iniciativa e como se deram as divisões da feira.

– Na época (1964) foram feitas algumas barracas com placas de concreto, de pré-moldado. Essa feira começou, vamos dizer, com 40%, e hoje a feira já ocupa 100% (do espaço) e não tem nem mais para onde crescer. [...] Antigamente havia determinadas ruas com determinados segmentos; rua da farinha, e ali só se vendia farinha, rua da bombonière só se vendia bombonière, rua da laranja... E hoje, não, as pessoas foram vendendo, foram colocando outro tipo de comércio. Na rua da farinha foram colocando cereais, foram colocando artigos religiosos, foram colocando bares, então, hoje é uma miscelânea, misturou tudo. A organização das ruas foi uma organização do sindicato. A Feira de São Joaquim, hoje, ela vive com 80% de melhoramentos do próprio feirante. Às vezes o sindicato aqui funciona de maneira que tem que consertar esgoto, consertar um fio elétrico que dá defeito, um buraco que tem ali e tem que tapar. O sindicato, nesse período de tempo todo aí, é como o pai e a mãe da Feira de São Joaquim. Por que os poderes públicos, na época das gestões anteriores, eles queriam o quê? Que a feira, por si só, ela se acabasse: não vamos fazer nada lá e eles por si só vão se acabar. E o feirante tomou consciência – entre aspas, nem todos – que nós mesmos teríamos que fazer melhorias para chamar os clientes. (MARCÍLIO)



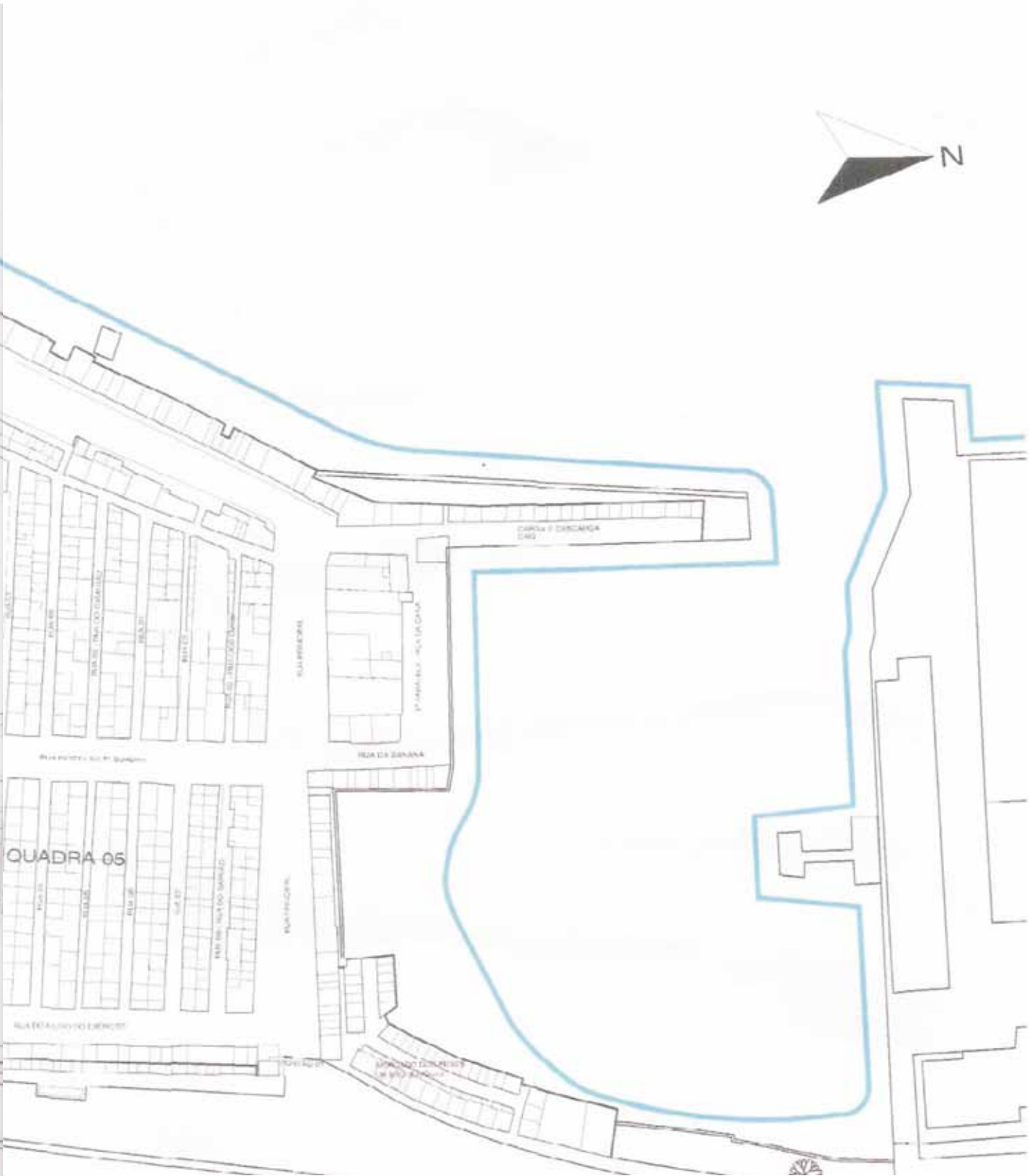


Figura 04: Mapa geral da Feira de São Joaquim. Gentilmente cedido pela arquiteta Naia Alban

Complementando as informações de Marcílio, as pesquisas indicam que houve, no início, uma tentativa por parte do poder público e da Companhia Docas de regularizar as atividades da feira. Foi feito, inclusive, um Termo de Acordo entre o Sindicato dos Feirantes, a prefeitura de Salvador, a Companhia Docas e a Capitania dos Portos da Bahia, que estabelecia tanto o final da Feira de Água de Meninos, como também que ela fosse transferida para a enseada de São Joaquim, em caráter provisório, até que as obras finais fossem concluídas. Ficava também estabelecido que a Companhia Docas seria responsável pelas obras de infraestrutura e as barracas seriam construídas pelos próprios feirantes, respeitando os padrões estipulados pela prefeitura de Salvador. Assim foram destinados aproximadamente 38.000 m², em caráter provisório e precário, para a instalação da feira. Segundo Paim (2005), existiu uma tentativa, por parte das autoridades, de racionalizar e distribuir o espaço de maneira funcional. O local teria sido dividido, pelas autoridades, em espaços pré-fixados, e nominados pelos feirantes e consumidores de acordo com os produtos comercializados. Essa informação se justifica se levarmos em consideração que as nomeações muitas vezes se sobrepõem e nesse caso é comum encontrarmos nas placas de indicação das ruas: rua 09 – rua da Farinha, rua 05 – rua do Camarão, ou rua 17 – rua da Banana.⁴⁹ A isso, a informação de Marcílio sobre o processo de ocupação que teria em muito se ampliado nos auxilia no entendimento de que ainda que tenham existido algumas definições e organizações espaciais por parte do poder público, a Feira de São Joaquim, hoje, caracteriza-se por sua ocupação informal do espaço, feita pelos próprios feirantes e fiscalizada pelo SINDFEIRA.

Marcílio relata que durante toda a existência da feira nunca houve uma reforma efetiva e todas as tentativas por parte dos poderes públicos visavam a minar e a extirpar a existência da Feira de São Joaquim. Ele relata a Cesta do Povo como uma dessas iniciativas e nos explica a lógica. A Cesta do Povo foi um mercado popular criado pela prefeitura de Salvador com o objetivo de vender cereais a preços baixos, livres de impostos, para a sociedade. O mercado popular foi instalado em frente à Feira de São Joaquim. A iniciativa teria quase levado à falência todos os feirantes que trabalhavam com esse produto na feira e muitos passaram seus pontos ou mesmo mudaram de atividade. Eram, portanto, iniciativas desse tipo que visavam, segundo Marcílio, a ir minando e terminando com os setores da feira.

⁴⁹ Destacamos, a título de curiosidade, que no jogo do bicho - muito disseminado e praticado dentro da feira – o Grupo do Macaco é 17. Assim, podemos observar que relações aparentemente sem grande importância podem estar impregnadas de relações simbólicas.

A Feira de São Joaquim Hoje



Figura 05: Feira de São Joaquim, Salvador.
(Fotos: André Carvalho, Novembro de 2010).

- Hoje que mudou o conceito sobre a Feira de São Joaquim, entendeu? Por quê? Por causa dessa mudança política. Antes, com o grupo anterior, nós éramos só ameaçados de sair, e hoje, com o grupo político que está aí, nós somos privilegiados em receber uma reforma para a Feira de São Joaquim. Uma coisa que nós lutamos por muitas e muitas décadas e não conseguimos. (MARCÍLIO)

Marcílio chega num ponto crucial e de grande relevância para esta pesquisa, quando nos afirma que “hoje mudou o conceito sobre a Feira de São Joaquim”. Sim, ainda que não tenha claramente explicado a mudança política, o que está em jogo agora é a nova ideia de patrimônio imaterial. A nova posição política é quem estabelece o novo interesse por parte dos poderes públicos sobre as feiras. E por isso, a exemplo do processo

que transformou a Feira de Caruaru em patrimônio imaterial, é que outros estados e, sobretudo, seus governantes começam a se organizar e valorizar a existência desses espaços. Esse fato pode ser confirmado quando verificamos que a iniciativa de requalificar a Feira de São Joaquim se deu pela Secretaria de Cultura do governo da Bahia.⁵⁰

- A feira tem quatro portões. Às 18h esses portões são fechados, e só entram as pessoas que vêm trabalhar no período da noite. Quem são as pessoas? São as pessoas que vêm descarregar mercadorias nas barracas. E a feira é o seguinte, quase que ela funciona... (se você analisar bem) ela não para, ela funciona quase que 24 horas, só que não a parte do cliente, para o público, entendeu? Para o próprio feirante, porque às vezes ela rola aqui à noite inteira nesse movimento. Os portões abrem às 5h da manhã e já tem um monte de gente ali pra adquirir suas mercadorias pra levar para os bairros [...] (a feira) ainda funciona como um centro distribuidor e um centro que mantém... cidades do interior vivem em função das mercadorias que trazem para a Feira de São Joaquim, pequenas cidades do interior... a feira tem essa relação com o Recôncavo... tem só dois centros distribuidores aqui fortes na cidade de Salvador: a CEASA e São Joaquim. Ou essa mercadoria vem da CEASA ou de São Joaquim para ser distribuída para toda Salvador, pra todos os bairros de Salvador: Candeias, Matatu, Camaçari, Lauro de Freitas, Madre de Deus [...] (MARCÍLIO)

Marcílio, então, nos define algumas características para tentar explicar a complexidade que é hoje a Feira de São Joaquim. Acrescentamos, então, alguns dados que nos auxiliam nesse entendimento. A Feira de São Joaquim, segundo recente levantamento feito para o projeto de requalificação, ocupa uma área de 34.000m², tem aproximadamente 1.700 feirantes em boxes (lojas em alvenaria) e mais de 700 em bancas (barracas em madeira fixas),⁵¹ isso sem contar com o grande número de “feirantes autônomos” que circulam e comercializam produtos sem pontos fixos dentro de feira. A Feira de São Joaquim tem sua área delimitada por um muro frontal. Nesse muro, voltado para avenida Engenheiro Oscar Pontes, encontram-se todos os cinco portões que dão acesso à feira. Do lado direito, o limite da feira é definido pela enseada de São Joaquim. O fundo da feira é

⁵⁰Este assunto será aprofundado no capítulo IV desta tese.

⁵¹Dados obtidos na publicação: Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim. IPAC, 2010. E também na entrevista realizada com a arquiteta Naia Alban, em novembro de 2011.

definido pelo final da área de aterro, com o início da Baía de Todos-os-Santos. Do lado esquerdo de quem entra, um muro, seguido de uma rua com o mesmo nome, rua do Muro, é quem demarca o limite da feira, ainda que exista uma invasão que, no trecho da rua da Máquina, ultrapassa esse limite.

Assim, sempre que chegamos à Feira de São Joaquim nos deparamos com intenso movimento. Na avenida Oscar Pontes é intenso e constante o fluxo de veículos em direção ao centro da cidade. Os vários ônibus que param em frente à feira também garantem, durante todo o dia, um fluxo constante de pessoas para a feira.

Naia Alban, arquiteta e professora de projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, foi, à convite do secretário de Cultura Marcio Meireles, a responsável pelo projeto de requalificação da Feira de São Joaquim. Em entrevista concedida para esta tese, a arquiteta relatou um dado que ilustra de forma muito clara a importância da feira como ponto de ligação entre os vários bairros de Salvador.

- A Feira de São Joaquim, hoje, é realmente uma feira especial. Quando a gente começou a estudar, uma das coisas que a coordenação sinalizou foi estudar todas as linhas de ônibus de Salvador. Então, passam pela Feira de São Joaquim mais ônibus do que os que chegam à Lapa. A Lapa é nossa grande estação e a Feira de São Joaquim é outro ponto de convergência importantíssimo no processo. E quando você joga essas linhas de ônibus – isso é um mapinha que a gente tem – com os terreiros de candomblé, então, assim é toda a cidade. Estamos falando de 1200 terreiros de candomblé, e a gente está falando de terreiros que se alimentam da feira. Na Feira de São Joaquim, 80% dos terreiros de candomblé fazem compras. As outras dividem um pouquinho com a Feira de Sete Portas, pegam um pouquinho, mas na verdade é São Joaquim o grande foco. E com isso, ele mantém uma tradição que você não vê em nenhuma das feiras que a gente visitou. (NAIA ALBAN)

Alban chama atenção para a relação da Feira de São Joaquim com a religião afro-brasileira. Essa relação pode ser vista também nas diversas lojas de artigos religiosos, além da Feira de Ervas, Feira de Bichos e os vários outros elementos vinculados, por exemplo, à culinária africana, que, além de serem oferecidos aos orixás, tornaram-se pratos típicos da Bahia, como o acarajé, o caruru, o vatapá, o amalá, o xinxim etc. Dentre os muitos ingredientes comercializados na feira para o preparo

desses pratos típicos, destacamos o camarão seco, o quiabo, o feijão-fradinho, o azeite de dendê.

Entrando pelo portão nº 01 da feira, o portão principal, temos acesso a rua Principal, esta rua é uma das mais largas da feira. Outras vias mais amplas ligam-se entre si, formando uma trama de vias primárias: Rua do Muro do Exército, rua Direita da 7ª quadra, rua da Frente, rua Linha da Máquina, rua da Cerâmica, rua 05, Pista Nova e a rua do Muro. As duas últimas são usadas como vias de carga e descarga, por isso são hoje as vias de maior fluxo de veículos dentro da feira, sobretudo dos grandes caminhões, que entram pelo portão nº 05. A maior parte dessas ruas mais largas é também ocupada por bancas (barracas em madeira fixas). Destacamos a rua Direita da 7ª quadra, onde as bancas são todas de carnes e vísceras. Todas as outras ruas são bem mais estreitas e muitas têm seus nomes vinculados a produtos, ainda que nem sempre, como já visto, os mesmos sejam comercializados lá.

Existem várias tipos de construções na feira. Entre as construções fixas, destacam-se os boxes em alvenaria e as bancas ou barracas, na sua maioria em madeira, que também ocupam fixamente as ruas. Nos boxes não existe um padrão, nem formal nem de medidas, que hoje possa ser observado com clareza. Podemos perceber que alguns são parecidos, sem que seja possível precisar a origem de tal semelhança, tendo em vista que todas as melhorias são feitas pelos próprios feirantes, como nos afirmou Marcílio. Existem construções de dois andares de feirantes que tiveram condições de construir seus depósitos e escritórios na parte de cima. É possível perceber que essas construções de dois andares ocupam mais os espaços nobres da feira. No caso da feira, os espaços considerados mais nobres são os que têm maior circulação e fluxo de clientes. Dessa forma, podemos ver que quase todos os boxes da rua Principal são de dois pavimentos. Marcílio relatou que existem partes da feira que estão praticamente mortas. Por não ter movimento, os boxes acabam sendo vendidos e transformados em depósito dos feirantes que têm seus pontos em locais de maior movimento. Nas ruas de construções mais antigas e precárias, podemos perceber, além de boxes fechados, provavelmente usados como depósito, outras atividade mais periféricas que não necessitam de passantes, como as “locadoras de carrinhos de mão”, cabeleireiro, bares ou marcenaria, como a de seu Orlando, ou até mesmo atividades mais escusas ou clandestinas, como máquinas de caça-níqueis. As casas de artigos religiosos apresentam-se como construções mais pródigas, afirmando assim a vocação religiosa de feira vinculada ao candomblé.





Figura 06 - 15: Construções em alvenaria - Feira de São Joaquim, Salvador. (Fotos: André Carvalho).

As outras construções fixas no espaço são as bancas em madeira. Existem vários modelos, mas sua base construtiva se apresenta como espaço de guarda e espaço expositivo. Na maioria das vezes, o espaço de guardar configura-se como um grande baú, trancado por cadeados, quando as bancas estão fechadas. Não existe uma lógica que iguale o espaço expositivo, ainda que existam algumas semelhanças. São muitas as tipologias, dificultando-nos a defini-las como um padrão. Existem muitas soluções possíveis e elaboradas.





Figura 16 - 23: Construções fixas em madeira - Feira de São Joaquim, Salvador. (Fotos: André Carvalho).

As estruturas móveis criam um cenário todo especial para a feira. São arquiteturas móveis que subvertem equipamentos e objetos, criando estruturas originais e funcionais. Assim, é comum caminharmos pela feira e encontrarmos caminhões, carros e carrinhos de mão transformados em espaços expositivos, caixotes que viram bancas e bancos, cestos que servem para carregar e para mercar, lonas tanto para cobrir, como para expor.





Figura 24 - 30: Construções móveis - Feira de São Joaquim, Salvador. (Fotos: André Carvalho).

Na feira, as construções fixas ou móveis são, a todo momento, subvertidas e reelaboradas. Entretanto, nada se compara às centenas de feirantes que encontram ali o espaço possível para faturar sem ter ponto ou local pré-fixado. São pessoas que não têm nenhum espaço e se apropriam dos espaços livres para comercializar qualquer tipo de mercadoria. Pessoas que vivem da adversidade e nela têm que encontrar soluções criativas para garantir sua sobrevivência

- Uma das coisas que seguram e até freiam um pouco a marginalidade são esses mercados abertos. Por quê? Porque um elemento que sai hoje da casa de detenção, cumpriu uma pena, vai bater na minha porta ou na sua e vai haver uma resistência nossa em atender. Às vezes o cara quer se regenerar, mas não encontra oportunidade, entendeu? Aí, chega aqui na Feira de São Joaquim; o que quer realmente se regenerar, ele pega um carrinho de mão, compra um saco de amendoim, uma caixa de tomate, ali faz uma redinha, sai vendendo... e existem realmente casos de resgate de mar-

ginais pra vida normal. E até o próprio feirante... o feirante que chega aqui conta a história dele e você olha no olho do cara, e sente que ele realmente tá precisando de ajuda, a gente às vezes se reúne com todo mundo, bota uma guia pro cara e bota o cara pra trabalhar. Agora, se ele merece uma guia de 50, ele ganha uma guia de 10. Pagou os 10, vai pra 15 [...], também dinheiro ninguém dá. A gente compra mercadoria e dá pro cara trabalhar, e fica de olho nele [...] (MARCÍLIO)

Além de todas as construções existentes, a feira também é ocupada por centenas de “autônomos” e ambulantes que se apropriam das mais diversas formas dos espaços livres.



Figura 31 - 34: Autônomos e ambulantes - Feira de São Joaquim, Salvador. (Fotos: André Carvalho).

COMPLEXO DO VER-O-PESO



Figura 35: Trecho do Centro Histórico de Belém do Pará com Complexo do Ver-o-Peso marcado. (Imagem do Google Earth, Março de 2011).

O Complexo do Ver-o-Peso ou Mercado do Ver-o-Peso, nome pelo qual é mais conhecido, está localizado às margens da baía do Guajará, no Centro Histórico de Belém do Pará, no norte do Brasil. A denominação do espaço como Complexo do Ver-o-Peso serve exatamente para expressar que não se trata exclusivamente de uma feira, e, sim, de um espaço formado por um conjunto arquitetônico e paisagístico tombado em 1977 pelo IPHAN.

Assim, além da Feira do Ver-o-Peso destaca-se também um conjunto arquitetônico de construções históricas de grande relevância para a cidade de Belém: o Solar da Beira, prédio de estilo eclético, construído por volta de 1780, que era conhecido como Prédio da Recebedoria de Rendas, e passou em 1990 por uma revalorização histórica da área do Ver-o-Peso. O Mercado de Ferro, mais conhecido como Mercado do Peixe, inaugurado em 1901– inicialmente construído para a comercialização de vários produtos, atualmente é especificamente para o pescado, e foi reformado em 2001, na requalificação do Ver-o-Peso. O Mercado Municipal de Carne Francisco Bolonha, construído em 1867, ampliado em 1905, e que passa por uma grande obra de restauração, prevista para ser reinaugurada neste ano de 2011. Figuram também, como parte importante do complexo, a Praça do Relógio, a Doca, a Ladeira do Castelo, e a Feira do Açáí.

Todo complexo, segundo informação da prefeitura, ocupa uma área de aproximadamente 35.000m² e tem sua origem datada de 26 de março de 1688. A data refere-se ao período em que foi oficialmente fundado o Ver-o-Peso, quando a Coroa portuguesa assina a Provisão Régia, pela qual concedia à Câmara de Belém a renda do “Haver-o-Peso”. O nome refere-se às casas onde eram conferidos os pesos das mercadorias para que seus respectivos impostos fossem cobrados. Foi assim que o porto do Piri passou a ser chamado de “Lugar de Haver-o-Peso”, formalizando dessa maneira a economia da capitania do Grão-Pará, e, desde então, adquirindo um lugar definitivo no espaço social, econômico, histórico e urbanístico da cidade”. (MARÇAL, 2010, p.3)

A história do Complexo Ver-o-Peso confunde-se e se entrelaça com a história de Belém. As referências históricas acabam por revelar que a cidade de Belém e, principalmente, o espaço do Ver-o-Peso têm, desde o seu surgimento, um grande vínculo com as trocas e as atividades comerciais. Para Maria Dorotéa Lima, superintendente do IPHAN – Pará, o surgimento da feira está associado ao surgimento da cidade.

Sempre se associa muito o Ver-o-Peso à criação de uma casa que se chamava Haver-o-Peso, que era uma espécie de posto fiscal onde se pesava os produtos e os tributava. Mas, na verdade, eu costumo dizer que o Ver-o-Peso surgiu com a cidade na medida em que ali onde é a doca era um ancoradouro natural, era a entrada do

Piri e era um porto natural onde, desde sempre, as embarcações, desde os índios, já atracavam ali. E como todo porto atrai a questão da mercadoria, da troca, da feira.

Quer dizer, a feira surge praticamente junto com a cidade. (apud ANDREWS, 2010)

Mesmo que as atividades de troca estejam imbricadas com a cidade de Belém desde sua origem, o reconhecimento da feira que hoje está lá é vinculado ao Mercado de Ferro e data do início do século XX. A feira, segundo relato de Odemir da Silva, vendedor de produtos religiosos no Ver-o-Peso, teria surgido depois da inauguração do Mercado de Ferro em 1901, e funcionava ainda de forma incipiente atrás do mercado. Estaria associada àquele modelo típico de feira ao ar livre que surge vinculado aos mercados, como nos relatou Braudel sobre as trocas no século XVIII.

Mudou o Ver-o-Peso, mudou, era só atrás do mercado, só existia a feira atrás do mercado, e era no chão. Eram encerados que botavam no chão e o pessoal botava mercadorias. Pelos anos, no tempo do prefeito Lobo de Castro, quando ele assumiu a prefeitura, aí ele já mandou fazer umas grades de ferro, onde o pessoal botava os tabuleiros. Armava e desarmava. Uma hora da tarde tinha que desmontar tudo e limpar tudinho. O depósito era ali onde é o hotel Ver-o-Peso, aí pegou fogo e o feirante perdeu tudo [...] e, com as mudanças, foi sendo aumentando e hoje é esse mundo de feira que a gente vê aqui. (Odemir da Silva – Barriga)

Essa que nasceu como uma pequena feira atrás do mercado cresceu, como destaca seu Odemir, com o passar do tempo, e, depois de várias intervenções do poder público, tornou-se uma feira livre permanente, e hoje figura como uma das mais importantes feiras livres do Brasil. A antropóloga Marilu Campelo ressalta a importância da Feira do Ver-o-Peso, elencando-a como uma das mais importantes do país, estando no mesmo patamar da Feira de São Joaquim, do Mercado de São Pedro, entre outros.

Entre as várias mudanças por que passaram a feira, destaca-se a ocorrência entre os anos 2001 e 2003, como uma das mais contundentes, que a transformaram e configuraram a espacialidade que até hoje encontramos ao visitá-la. A transformação ocorreu na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, que é arquiteto de formação. Edmilson, percebendo a necessidade de uma intervenção que melhorasse as condições estruturais do local, resolveu fazer um concurso nacional de projetos em parceria com Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB.

Prefeito de Belém em 1997, reeleito em 2000, governando a cidade até 2004, e hoje o deputado estadual, eleito em 2010, mais votado em toda a história da cidade de Belém, Edmilson Rodrigues foi entrevistado para esta tese e nos relatou todo o processo, esclai-

recendo relevantes questões históricas, e do projeto como um todo, que veremos mais profundamente no capítulo IV.

O concurso para reforma do Ver-o-peso foi vencido por um grupo formado por jovens arquitetos: Rodrigo Azevedo, Washington Farjado e Pedro Rivera, na época recém-formados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, que teriam convidado seu professor, o arquiteto Flávio Ferreira, para coordenar o grupo, segundo informou Rodrigo Azevedo.

Segundo Rodrigues, o interesse, ao vincular o projeto de transformação do Ver-o-Peso a um concurso nacional de arquitetura, tinha como objetivo principal divulgar a importância do lugar e, ao mesmo tempo, a cultura de Belém como um todo. Objetivo alcançado e com muito mais amplitude, por ter tido como vencedor um escritório carioca coordenado pelo arquiteto Flávio Ferreira.

- O Ver-o-Peso é um projeto que, eu acho, desde a estratégia de fazer um concurso nacional, junto com o IAB do Brasil, envolver, portanto, uma instituição dos arquitetos, ter o escritório do Flávio que, por ser de uma metrópole, acabou gerando [...] uma projeção do próprio projeto que viria a ser realizado depois. O projeto executado, publicado em revistas especializadas, passou a dar um destaque ao Ver-o-Peso. Com a sua história, mas também com o tratamento proposto em termos de mudança formal e funcional, em certa medida. Mesmo que mantivesse a função principal de feira, porque essa é a grande imagem, o emblema realmente do Ver-o-Peso é de ser essa grande feira a céu aberto, e que é, na verdade, o coração do estado do Pará, com simbologia amazônica muito forte. (RODRIGUES)

A transformação do Complexo do Ver-o-Peso apresenta-se de fato como emblemática, sobretudo quando pensamos em feira livre, pois foi a primeira grande reforma com projeção nacional que tinha como objetivo interferir estruturalmente em um espaço tradicional de troca, mantendo e valorizando sua atividade de feira. Ainda que o projeto pudesse ser justificado pelo complexo como um todo, que já tinha seu valor patrimonial salvaguardado, fica evidente que a grande “vedete” da transformação era a feira livre, que, com o tempo, se tornou o principal ícone, destacado como símbolo patrimonial de Belém do Pará, e, mais amplamente, da Amazônia como um todo.

- Falar em força no imaginário significa dizer que as pessoas têm o Ver-o-Peso como referência. Os 72 bairros de Belém têm o Ver-o-Peso como referência. O CEASA em Belém não representa em abastecimento nem a metade do que o

Ver-o-Peso representa. A maioria das feiras, e são muitas as grandes feiras dos vários bairros, têm, na verdade, a madrugada como o momento de compra dos produtos que lá serão vendidos, e o abastecimento é feito principalmente no Ver-o-Peso. De modo que, os pescadores, produtores de ervas, enfim, de artesanato de vários municípios do estado, de Belém, em geral, têm o Ver-o-Peso como referência. Então, ele tem vida econômica. Se as pessoas que querem comprar ervas, misturar ervas, seja pra prender o marido, seja pra curar, fazer uma garrafada pra curar um problema pulmonar, procuram as mandingueiras, chamadas de “cheirosas do Ver-o-Peso”, e acreditam nas fórmulas que elas dão, né?,enfim, usam os produtos que elas indicam, é porque, para além de ser uma feira, o Ver-o-Peso é também uma referência cultural, e muito forte. (RODRIGUES)

A Feira do Ver-o-Peso hoje



Figura 36: Planta com setorização do Complexo do Ver-o-Peso. (ANDREWS, 2010).

Depois de muitos anos conhecendo o projeto de transformação do Mercado Ver-o-Peso por imagens, reportagens e relato dos arquitetos, autores do projeto, chego, em novembro de 2010, a Belém, para conhecer o Complexo do Ver-o-Peso. Assim, deslumbrado

diante da Baía do Guajará, com suas águas escuras e a mata Amazônica na outra margem do rio, inicio minhas impressões de viagem.

Diferente das outras grandes feiras visitadas para pesquisa, a Feira do Ver-o-Peso conseguiu manter-se, ao longo de todos os anos, no mesmo espaço, no centro histórico de Belém. Um espaço privilegiado na geografia de Belém do Pará. Encontra-se na área do Complexo do Ver-o-Peso, dividindo o espaço com as construções mais importantes da cidade, além de estar encravada na margem da Baía de Guajará. A importância especulativa dessa área, vinculada a seu potencial turístico, pode ser confirmada quando vemos, ao lado da Feira do Ver-o-Peso, o grande projeto de revitalização feito nos armazéns das Docas, transformando-as na Estação das Docas, uma espécie de shopping, com lojas e restaurantes de comidas típicas. Espaços estes que, mesmo sendo vizinhos, são separados por uma grade que cerca a Estação das Docas.

As lonas brancas da Feira do Ver-o-Peso, mesmo de longe, já evidenciam certa unidade formal e estética geral da feira. Quando nos aproximamos, vemos demarcações físicas muito claras entre os vários setores da feira, que, depois da reforma, passaram a ser



Figura 37: Complexo do Ver-o-Pesoos. Setor de Industrializados. (Foto: André Carvalho – 11/10).

organizados em núcleos. Várias características construtivas nos auxiliam na percepção das divisões, a cobertura é uma das principais, já que as lonas cobrem os núcleos que são separados por áreas não cobertas. Esses núcleos funcionam como quarteirões cobertos, limitados por ruas não cobertas. A pavimentação também contribui para o entendimento, que é, em alguns casos, corroborado nas diferentes bancas existentes.

Chegando à feira pelo lado da Estação das Docas e seguindo a rua principal, boulevard Castilhos França, que limita toda a área ocupada da feira, vamos passando por todos os setores: Setor de Industrializados, Setor de Ferragens, de Importados, de Plantas Ornamentais, de Refeições, de Frutas e Castanha-do-Pará, de Marcenaria, de Farinhas e Camarão Seco, Setor de Ervas Medicinais, e chegamos ao Mercado do Peixe. Paralelo a esses setores e beirando a Baía de Guajará, tem os setores dos Bares, Setor da Maniva, Setor do Artesanato, de Polpas de Fruta, de Animais Vivos, de Hortifrutigranjeiro e o Setor de Peixe Salgado. Do outro lado da boulevard Castilhos França tem o Mercado de Carnes. No final da rua e depois do Mercado de Peixe, a Doca / Pedra do Peixe, lugar onde os barcos de pescada ancoram para descarregar. Passando para o outro lado das docas, pela Praça do Relógio, chegamos à Feira do Açáí.



Figura 38 - 40: Setores de Bar, Refeição e Camarão Seco. Complexo Ver-o-Peso. (Fotos: André Carvalho – 11/10).



Figura 41 - 46: Setores de Hortifrutigrangeiro, Frutas, Farinhas, Animais Vivos, Salgados e Merceria. Complexo Ver-o-Peso. (Fotos: André Carvalho – 11/10).

Existem, nesses setores, aproximadamente 1.249 feirantes permissionários, que trabalham regidos por um decreto, nº 39.326/2001, que regulamenta os usos no Mercado Ver-o-Peso e que é fiscalizado pela Secretaria Municipal de Economia – SECON. De acordo com o regulamento, os setores também funcionam em horários distintos

Art. 3º - O horário de funcionamento dos setores do complexo obedecerá a seguinte tabela:

- MERCADO DE CARNE ... 06:00 – 16:00 h
- MERCADO DE PEIXE ... 06:00 – 13:00 h
- LOJAS EXTERNAS AOS MERCADOS ... 06:00 – 18:00 h
- SETOR DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ... 03:00 – 17:00 h
- SETOR DE ERVAS MEDICINAIS ... 06:00 – 17:00 h
- SETOR DE INDUSTRIALIZADOS ... 06:00 – 17:00 h
- ATACADO DE PEIXE ... 03:00 – 09:00 h
- ATACADO DE FRUTAS ... 03:00 – 08:00 h

Entre os setores descritos, destacam-se os mercados de peixe e de carne como os únicos espaços que ocupam construções históricas. No Mercado do Peixe, além do pescado que é comercializado no seu interior, existem também lojas que contornam toda a construção e são abertas para a parte externa da construção, fazendo com que estejam diretamente ligadas ao mercado. Nessas lojas, destacam-se as de artigos religiosos. O Mercado de Carne encontra-se fechado para uma grande reforma, em fase final de desenvolvimento. Os feirantes que trabalham no mercado estão em barracas temporárias, construídas em uma travessa lateral ao mercado, até que possam voltar a ocupar o seu interior.

Os vários outros setores da feira, com exceção ainda da Doca Pedra do Peixe e da Feira do Açaí, têm como característica comum as coberturas brancas em lonas tensionadas, ainda que existam diferenças construtivas consideráveis entre alguns setores. A distinção mais marcante entre essas construções está nas barracas em alvenaria, construídas para os bares e restaurantes, que se diferenciam de todas as outras, de metal e madeira.

Todas as bancas, em alvenaria ou em madeira, têm as lonas tensionadas como uma cobertura comum, independente das construções. As construções dos bares e restaurantes são cercadas por alvenaria baixa que sustentam os balcões. Esse balcão, em “L”,

é fechado por paredes em alvenaria, que servem como divisória para as outras, unidas de quatro em quatro. Cria-se um “Módulo-Tipo”, que é repetido em todo o setor de Bares e Restaurantes. Em cada um desses módulos foram também construídas bancadas de lavagem com cubas e ponto d’água.

Essa dinâmica de criação de um “padrão” que se defina como um “módulo-tipo” também é vista nos demais setores, destacando, como modelo que mais se repete, o baú de madeira com a superfície expositiva. A parte fechada de baixo é usada como depósito para as mercadorias, quando as barracas estão fechadas.

Os poucos banheiros públicos existentes são pagos, e estão completamente deteriorados, oferecendo condições insalubres de utilização. Como me relatou a erveira (conhecidas também como “cheirosas”) dona Coló, uma das reivindicações dos feirantes é a criação de sanitários exclusivos para os trabalhadores da feira.



Figura 47: Setor de Ervas Medicinais. Barraca de Dona Coló erveira há mais de 30 anos. Complexo do Ver-o-Peso. (Foto: André Carvalho – 11/10).

Além de todos os núcleos já descritos, existem ainda dois outros, que se destacam como especiais dentro do Complexo do Ver-o-Peso. São eles, a Feira do Açaí e a Docas Pedra do Peixe, ambos caracterizados pela ausência de construções. Ainda que na Feira do Açaí existam algumas barracas, ela é, de fato, um grande pátio, onde são descarregadas as mercadorias. Da mesma forma, a Feira do Peixe configura-se na Pedra do Peixe, que é uma espécie de calçada, que vai da beira do rio até a Praça do Relógio. Além de figurarem como as duas principais atividades econômicas da Feira do Ver-o-Peso, elas são precisamente a possibilidade de se perceber como esta se amplia para muito além dos limites fisicamente demarcados pelas construções.

Essas duas feiras são “eventos”, são “adventos memoráveis”. É a circulação das mercadorias. As performances sociais são exercidas nas madrugadas, nesses locais que são definidos como acontecimentos. Espaços, objetos, equipamentos transformados por instantes, durante a madrugada, em arquitetura, que, ao amanhecer, voltam a ser meras coisas.

Na Feira do Açaí, percebemos o espetáculo dos paneiros cheios de açaí, trazidos dos barcos pelos carregadores e que, colocados no pátio, transformam-se em construção que serão comercializadas. Na Feira do Peixe, o que se destaca é a negociação, que começa na terceira margem do rio, com os barqueiros, que vão buscar o pescado com os pescadores, e o trazem para feira. No atracadouro é colocada uma prancha de madeira que serve de ligação entre o rio e a calçada. Dentro de rasas (recipientes plásticos), os peixes são empurrados, por essas pranchas, para terra e são recolhidos por carregadores. Em terra, são os balanceiros que vão comercializar o pescado.

Além dessas feiras citadas e definidas no projeto de requalificação arquitetônica, que acontecem em áreas previamente demarcadas, existem outras, que não obedecem às fronteiras físicas demarcadas pela arquitetura e pelo urbanismo. São feiras que surgem a partir de estratégias, driblando as regras estabelecidas e as espacialidades demarcadas. Assim, mesmo nessa feira formalmente reorganizada, outras se sobrepõem. Podemos destacar como uma das mais impressionantes a feira de pranchões (carros de mão maiores), que se forma nos horários de pico na calçada do Ver-o-Peso, onde estão localizados os pontos de ônibus das principais linhas da cidade. Conversando com seu Sassá, feirante há mais de 30 anos no Ver-o-Peso e que comercializa seus produtos numa pequena banca de madeira, perto da Feira do Açaí, é que pude compreender essa lógica. Seu Sassá me explicou que não é permitido colocar bancas ou qualquer elemento fixo (tabuleiros, caixotes, lonas no chão) na área da feira e que isso é fiscalizado com rigor pelos fiscais da SECON (Secretaria municipal de Economia, órgão da prefeitura de Be-



Figura 48: Seu Sassá, em sua banca de caixote, perto da Feira do Açaí. Feirante há mais de 30 anos. Complexo do Ver-o-Peso. (Foto: André Carvalho – 11/10).

lém, responsável também pela inspeção do Ver-o-Peso). Porém, afirmava seu Sassá, “é permitido o cabra alugar um pranchão (que custa R\$ 5,00) deste e encher de coisas”. Ou seja, qualquer pessoa pode comercializar seus produtos, se estes estiverem em estruturas móveis.

Consultando o Decreto nº 39.326 / 2001 – PMB, que regulamenta o uso do Complexo “Ver-o-Peso” e dá outras providências, podemos confirmar a informação sobre a autoridade de fiscalização da SECON e também a proibição sobre a comercialização de

produtos em áreas de circulação. Como exemplo, podemos ver no capítulo IV das posturas no complexo:

Art. 31 – É proibido na área do complexo “Ver-o-Peso:

XV – fazer comércio sem prévio licenciamento

XXVI – colocar caixotes, cestos, balaios, mesas, cadeiras, frutas, legumes, ou quaisquer outros objetos ou mercadorias nas áreas de circulação interna ou externa;

O Sr. Luciano, chefe da SECON, com sede no Solar da Beira, afirmou que um dos principais embates da fiscalização é contra os “bigodes”. Por esse nome, “bigodeiros”, são chamados os feirantes que tentam ocupar espaços indevidos e extrapolam os limites de suas bancas expositivas. Desrespeitando dessa forma o parágrafo III do Art. 50 do Capítulo VII, do decreto citado, que menciona as obrigações do permissionário e o obriga a “colocar sua mercadoria rigorosamente dentro dos limites de seus equipamentos”. No dia em que entrevistei o Sr. Luciano para esta pesquisa, presenciei uma equipe de fiscais que iam a campo fiscalizar uma denúncia sobre esta prática.

Se usarmos este controle sobre os “bigodeiros”, percebendo as entrelinhas de uma metáfora, fica evidente a relação entre forma e fomalização presente no citado Ver-o-peso. Justamente pensar em “bigode” como forma que cresce, se expande, ocupa lugar. Aqui, vemos na apropriação de uma gíria, um termo popular, o quanto as reformas de uma feira livre podem criar tenções, mecanismos de controle. E a feira, como já descrita, se amplia, quer ocupar mais do que impedem as leis, as regras.

Figura 49 - 53: Barracas móveis que driblam a fiscalização. Complexo Ver-o-Peso. (Fotos: André Carvalho – 11/10).





SUPERFÍCIES DE CONTATO



Figura 54: A Rampa do Mercad. Salvador - Bahia (CARYBÉ, 1951, p. 21).

As várias incursões em diversas feiras livres e mercados populares me levaram ao entendimento, ou ao reconhecimento, de *arquitecturas como superfície de contato*. Já impregnado das diversas referências encontradas na pesquisa de campo, uma questão fortalecia-se, para mim, como constatação: não é possível compreender uma arquitectura da feira desvinculada de seu funcionamento, ou seja, como entender fora de seu contexto um simples caixote ou uma lona velha como arquitectura? Assim, a teoria de Fernand Braudel (1996), conforme já visto no capítulo I, apresentou-se como chave para este entendimento. Este autor,

no seu livro *Os jogos das trocas*, apontava as construções das feiras como pontos modestos, superfícies de contato para que as trocas se desenvolvessem. Dessa forma, as várias feiras pesquisadas colocavam-me diante de vestígios que deflagravam essas materialidades como resultantes do “evento de troca”, ou mesmo como bases para formação destes. Corroborava-se, em minhas pesquisas, o caminho descrito por Braudel, a superfície de contato.

Esta categorização, ao mesmo tempo, vem responder à questão central para esta tese: como se dá a relação entre arquiteturas e feiras? Percebe-se que o caráter construído, edificado, dos espaços de troca, das barracas, se encontra muitíssimo ampliado ao olharmos as feiras livres. Tudo pode ser arquitetura. E para exercer a função primeira, a comercialização, os atores envolvidos nesse evento se utilizam de pedaços mínimos, espaços mínimos, e, muitas vezes, inexistentes. Na feira de Caxias, por exemplo, ouvi uma expressão que marcava bem este completo sumiço da materialidade da arquitetura: “a feira hoje está



Figura 55: Feira de São Cristóvão, antes da reforma. A venda clandestina de relógios de procedência indeterminada. (foto: André Carvalho. Julho de 2003).

no grito”. Chegando a uma ala, em princípio, proibida, vários comerciantes, pregoeiros, ficavam espalhados, gritando os produtos que possuíam, pássaros raros, cobras, e outros animais de venda proibida. Portanto, aqui, a arquitetura é o grito do pregoeiro. Assim, se torna muito evidente a presença e a necessidade dessas superfícies de contato.

Outra exemplificação dessas superfícies, também presente no próprio corpo do vendedor, é a possibilidade de comercializar produtos de origem duvidosa nas próprias mãos, como relógios, por exemplo.



Figura 56: Feira de São Joaquim, Salvador. Produtos sendo comercializados sobre precárias superfícies. (Fotos: André Carvalho, julho de 2007).

Em outra vertente de apropriação, tais superfícies também são construídas por pequenos feirantes, que veem nelas a possibilidade de conquistar os melhores pontos para venda de suas mercadorias. Ou, por não terem ponto fixo, tais feirantes assumem espaços eventuais. Na feira de São Joaquim são construídas superfícies inusitadas com materiais ordinários (jornal, esteira, caixote, carrinhos, cestos) para comercialização dos produtos do lado de fora da feira. Assim, estando mais imediatamente acessíveis à rua e aos pontos de ônibus, suas mercadorias podem ser mais facilmente acessadas e transportadas pelos compradores.

Mas, por que existem tais superfícies? Por que não destinar essa prática apenas às construções em alvenaria, conhecidas como lojas? Encontrar as respostas para distintas perguntas tornou-se fundamental para o entendimento não só da existência destas materialidades, mas, também, para entender a importância das inusitadas superfícies na construção e na dinâmica das feiras.

Passemos a um exemplo emblemático dessas superfícies de contato.

A Feira do Açaí: quando paneiros viram arquiteturas.



Figura 57: Cestos-cargueiros. Da esquerda para direita: Kabisiana e nambikwar. (CUNHA, 1992, p. 110).



Figura 58: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Paneiros cheios de açaí. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

O cesto, conhecido como paneiro,⁵² objeto secular da tradição indígena⁵³ utilizado até hoje como principal recipiente de transporte e comercialização do fruto açaizeiro no Mercado Ver-o-Peso de Belém do Pará, pode nos servir como um exemplo claro do que essas superfícies representam para tais espaços de troca. A partir das 3h, cheguei ao Ver-o-peso para ver a famosa Feira do Açaí, informação coletada em minhas entrevistas. Encontrei os vários barcos atracados sendo descarregados. São pilhas e pilhas de paneiros cheios de açaí, que vão sendo desembarcados e colocados em um grande pátio completamente vazio. Na escuridão da madrugada, impressionam as imagens dos muitos carregadores com os cestos cheios de açaí sobre suas cabeças. Em pouco tempo, esse pátio, hoje ligado ao rio por uma rampa de tela metálica perfurada,⁵⁴ está totalmente ocupado

⁵² PANEIRO - nome dado aos cestos grandes dos Yanomamis. Tecidos com cipó-titica ou com folhas de palmeira que servem, no Mercado Ver-o-Peso, para transportar os frutos do açaizeiro.

⁵³ Estes cestos já eram retratados em pinturas de Albert Ekhout, de 1641, sobre as tribos Tupi e Tapuia. Também são encontrados em coleções etnográficas, como nos relatam as autoras Berta G. Ribeiro e Lucia H. Van Velthem. (In, CUNHA, Manuela Carneiro,. 1992, pp. 107 - 111).

⁵⁴ Vale ressaltar que esta rampa de desembarque foi em 2002, na reforma do Mercado Ver-o-Peso, feita com modernas telas metálicas perfuradas e que se encontram hoje totalmente deterioradas e com grandes buracos. Fazendo com que os carregadores criem um malabarismo para utilizá-la.

por pilhas desses cestos, que se configuram como verdadeiras construções. O paneiro, a partir daquele momento, além de recipiente, também passa a ser arquitetura. Ele agora serve como superfície expositiva da mercadoria, ele agora é a construção que será usada para que o comerciante negocie o seu açaí. Criam-se belas arquiteturas de cestos cheios e sobrepostos, que, com o amanhecer do dia, vão se desmanchando, na medida em que a venda do produto vai sendo efetivada. Nesse evento, nada está fixo e a efemeridade toma conta do lugar. O mesmo paneiro serve também como unidade de medida primeira para comercialização do açaí. Dessa forma, os compradores - que vão desde pequenos mercedores até grandes fábricas que distribuem o açaí industrializado para outros estados - compram o paneiro de açaí.

A dinâmica dessa comercialização acaba por definir num pequeno espaço de tempo, quando várias performances sociais se dão e se articulam.

Dois carrinhos de mão maiores, conhecidos como pranchão, estão no mesmo pátio, estacionados onde são vendidos sacos de náilon. Esses sacos são adquiridos pelas

Figura 59: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso, Belém. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).



pessoas interessadas em comprar o açaí e custam, em média, R\$ 1,00 o mais frágil e R\$ 1,50 os mais fortes. De posse dos sacos, os consumidores vão escolher seu açaí. Depois de escolhido e negociado, contrata-se um carregador, que será responsável tanto por passar o açaí do paneiro para os sacos, como pelo fechamento e transporte do saco até o carro ou ônibus do comprador. Ao observar essa dinâmica, percebi muitos destes carregadores contratados sempre munidos de uma espécie de agulha grande e linha, usados para costurar os sacos quando ficam cheios. Quanto mais vazios os sacos, mais os carregadores fazem uma espécie de amarrado com a fita. Nesse momento, curioso por entender essa dinâmica que dá a esses homens uma grande destreza com agulhas e linhas, me meti a perguntar para um deles:



Figura 60: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Venda de sacos (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

Amigo, como vocês chamam este tipo de fechamento que vocês fazem e parece uma costura?

- Costura!
- Ah, tá! E o outro que parece um nó, um amarrado? (mesmo desconcertado, ainda me meti a perguntar)
- O outro a gente chama de Pitó⁵⁵.

⁵⁵Nome também dado para prendedores elásticos de cabelo, que faz alusão a uma amarração.



Figuras 61 – 66: Feira do Açáí no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Carregador costurando e transportando o saco de açáí (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).

Saí rindo de mim mesmo pela obviedade do termo “costura”, assumido com naturalidade pelo carregador em resposta a uma pergunta que tanto demorei a formular, com medo de que a ideia de costura pudesse ser mal interpretada.⁵⁶ Quase não perguntei sobre a segunda forma de amarração, pois aquela parecia-me mais óbvia ainda. Entretanto, foi essa inusitada resposta sobre o diferente nome dessa segunda amarração que me afirmava ainda mais a ideia de que não basta interpretamos os fatos, temos de dar voz aos que os praticam, para que seja possível verdadeiramente entendê-los.⁵⁷



Figura 67: Feira do Açai no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Carregador dando amarração tipo pito. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

As grandes fábricas que compram o açai no Mercado Ver-O-Peso contratam alguns desses carregadores, que naquele dia vão trabalhar exclusivamente para nestes estabelecimentos, escolhendo, embalando e carregando seus caminhões com as sacas de açai. Apesar de eu ter constatado que essa dinâmica é a mais usual, pude também observar que outras formas de acondicionamento e transporte são usadas, como os paneiros que são descarregados diretamente em engradados plásticos dentro de caminhões até as latinhas que crianças enchem com os açais, que vão caindo pelo chão, para venderem na feira.

⁵⁶Afinal, costura é, em nossa sociedade machista, ainda nos dias de hoje, uma atividade associada a uma prática feminina, mesmo sabendo que até Lampião costurava e bordava suas roupas e de todo seu bando.

⁵⁷Aí reside a ideia de “interpretação densa”, tão discutida na antropologia de Clifford Geertz. “A maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente.” (GEERTZ, 1989, p.18).



Figuras 68 e 69: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Caminhão sendo carregado e menino catando açaís. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).



Depois de esvaziados, os paneiros voltam a ser tão somente cestos empilhados e são levados de volta aos barcos para que o ciclo recomece.



Figura 70: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso, Paneiros vazios sendo levados de volta aos barcos. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

É importante ressaltar que buscamos aqui destacar a materialidade do paneiro, para visualização do que entendemos como superfície de contato. Entretanto, podemos, ainda que superficialmente, realçar que essa materialidade só é possível a partir das relações intersubjetivas que, por sua dinâmica, criam essas formas e acabam por configurar o evento. Assim, nos próximos relatos, que serão usados como exemplos para o entendimento das outras categorias, a saber, intersubjetividade e evento, poderemos encontrar lá também a ideia de superfície de contato. Afinal, voltamos a ressaltar que essas categorias estão entrelaçadas.



Figura 71: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso às 06h da manhã. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).



Figuras 72 e 73: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso às 10h da manhã. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).

Chegar ao Ver-o-Peso às 3h para encontrar uma feira que some ao amanhecer, deixando seus vestígios, me fez perceber que para compreensão dessas superfícies de contato é importante entendê-las dentro de seu contexto, no qual, mesmo que mantida sua forma enquanto objeto, seus usos diferenciados criam significados e valores diversos, como nos apontam as teorias de Milton Santos (2009) sobre “espaço, tempo e mundo” .

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (2009, p.54)

Falamos aqui dessa base material em que a sociedade humana em processo realiza-se “no espaço e seu uso”. Compreendemos, assim, essas superfícies de contatos como arquitetura-lugares fundamentais no sistema de ações, no nosso caso, as feiras. Entretanto, reitero que o reconhecimento somente é possível quando o sistema de objetos está inserido



Figura 74: Feira do Açaí no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Ônibus que percorrem a cidade, com imagens de paneiros cheios de açaí. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

no sistema de ações, dependente do contexto encontrado na feira. Em Belém, por exemplo, o Mercado Ver-o-Peso está situado na ribeira da Baía do Guajará, cuja outra margem é a densa floresta. Os citados paneiros são recipientes usados na própria coleta do açaí, de tradição indígena, desembarcando diretamente no mercado sem acondicionamento posterior, ou seja, o próprio recipiente de coleta na floresta se faz arquitetura, contribuindo para o desenho pitoresco da feira. Desenho esse que é utilizado como divulgação turística, tal como pode observar nas laterais dos ônibus que percorrem toda cidade.

Saindo da Feira do Açaí em Belém, podemos analisar outras relações na feira de São Joaquim para ampliação do entendimento buscado, sobre a idéia de superfícies de contato. Percebe-se, desta forma, que nas várias feiras visitadas, é comum encontrar mercadorias que são comercializadas em bases muito simples, improvisadas sobre materiais ordinários. A embalagem acaba sendo, na maioria das vezes, usada como superfície expositiva das mercadorias comercializadas. Entretanto, é importante destacar que tais superfícies precárias advêm de várias relações que se estabelecem, dentre as quais poderíamos destacar: a circulação e a adversidade. Isso ocorre na maioria das vezes com os comerciantes mais pobres que criam sistemas de comercialização em condições precárias. Inicial-



Figura 75: Feira de São Joaquim, em Salvador - Bahia. Caixotes que servem como recipiente e superfície de comercialização ao mesmo tempo. (Foto: André Carvalho, 2010).

mente, essa constatação apresentava-se, para mim, em observações diretas e feitas sobre os pequenos comerciantes das feiras. Como exemplo prático, poderia destacar, nas várias feiras visitadas, as mercadorias que são dispostas sobre superfícies simples, como papelão, ou mesmo em lonas forradas no chão. Entretanto, na medida em que as pesquisas iam se ampliando, essas relações foram compreendidas de forma mais dinâmica.

Com isso, ampliamos o entendimento de que um caixote pode ser uma embalagem para as mercadorias, uma banca para comercialização dessas mesmas mercadorias, ou pode, ainda, ser a matéria-prima usada por um marceneiro para construção dos tabuleiros e bancos para as baianas de acarajé. Dessa forma, os caixotes são transformados em mercadorias, confeccionados e comercializados dentro da própria feira. Pensando no tabuleiro do acarajé e nos bancos confeccionados pelo Seu Reginaldo, marceneiro que está há mais de quarenta anos na feira de São Joaquim, podemos constatar que, além das superfícies improvisadas, temos também as superfícies que são construídas para ser arquiteturas. Do tabuleiro, base principal para a maior parte das arquiteturas encontradas nas feiras, podemos chegar às barracas e até mesmo às construções em alvenaria.



Figura 76 – Feira de São Joaquim, em Salvador - Bahia. Seu Reginaldo construindo um banco em marcenaria com madeira dos caixotes. (Foto: André Carvalho, 2010).

INTERSUBJETIVIDADE



Figura 77: A Rampa do Mercado. Salvador - Bahia (CARYBÉ, 1951, p. 19).

- E ai, meu velho, tá procurando o quê?
- Nada não, só estou olhando.
- Fica à vontade... Aqui, é você que liga.

Nesse pequeno diálogo, estabelecido com um feirante que me abordou em uma de minhas chegadas à Feira de São Joaquim, me chamou atenção a ideia de ligação que era dita, por ele, e fortalecida pelo gesto que ele emitia com a junção das mãos. Aquele acontecimento se apresentou para mim como uma pista para o entendimento de uma dimensão imaterial e fundamental às feiraslivres: a intersubjetividade.

O entendimento sobre essa suposta dimensão imaterial encontrei mais tarde nas teorias de Buber, como a noção de “interrelação” ou “intersubjetividade”.⁵⁸ De fato, a noção de ligação que se estabelece nas feiras está diretamente vinculada à ideia de encontro, de contato, de troca, de circulação. Trocas que vão muito além, como nos afirmara Braudel, do “simples ato de comprar e vender as chamadas mercadorias” (1996, p.16). Falamos aqui de trocas de saberes, de “trocas simbólicas”⁵⁹, de sociabilidades. Trocas que se ampliam para muito além dos espaços geográficos demarcados pelas materialidades físicas que limitam as feiras aqui pesquisadas. Segundo a antropóloga Wilma Leitão, no Mercado Ver-o-Peso “quem é da terra é da terra e quem é da água é da água”. A antropóloga, ao explicar a atividade da pesca no mercado de Belém, nos coloca diante de demarcações que podem parecer subjetivas e metafóricas, mas que estão estabelecidas de forma muito clara entre os diversos agentes envolvidos.

A pedra do Ver-o-Peso é exatamente aquela calçada que vai da beira do rio até a praça do relógio, onde há a junção entre a atividade da pesca, que é exercida na água, com a atividade da pesca, que é exercida em terra, ou seja, a comercialização. Muitos desses barcos, que são chamados de geleiras, não necessariamente pescam. Eles (os barcos) vão aos locais de pesca e compram os pescados daqueles que estão ali, paradinhos, pescando. E são eles que trazem para o mercado. E ali, na pedra, já estão estrategicamente localizados os balanceiros. É o balanceiro que vai adiantar os recursos, para compra de gelo, de óleo, além do sustento da família desse pescador, que fica aqui, na cidade. Quem tira o peixe da urna para colocar nas basquetas (caixa plástica) é um cara especializado em pegar o peixe. Conhecendo as espécies que estão sendo comercializadas, ele vai, então, na urna buscar o tamanho desejado. Ele (o homem do mar) não sai do barco para trazer o peixe até aqui. Ele empurra aquele peixe através de uma tábua e alguém de terra recupera aquele peixe. É como se fossem dois ambientes bem demarcados: quem é da água é da água e quem é da terra é da terra. (LEITÃO In: ANDREWS, 2010)

⁵⁸ Ver capítulo I

⁵⁹ Parafraseando Baudrilallard em “A troca simbólica e a morte” (1996)

Na pesquisa de campo feita no Mercado Ver-o-Peso, constata-se o processo já descrito pela antropóloga Leitão. Detectamos os processos espaciais se articulando entre dois mundos: o da água e o da terra. Na verdade, estas duas categorias são a metáfora da base das redes de intersubjetividade encontradas no mercado: uma relação que está no contato.

No relato da antropóloga, podemos ver as redes que se articulam e descobrir uma feira do peixe que começa na terceira margem do rio: o barco e o homem. A isso chamamos de intersubjetividade, uma relação que está no contato, na troca da arquitetura, que vai se metamorfoseando: em rede, em barco, em urna, em basquetas, em balanças, em homens, em caminhões frigoríficos, chegando até aos balcões das barracas de alimentação das feiras ou aos modernos restaurantes, onde saboreamos um peixe característico de Belém, chamado filhote.

Essa dinâmica é toda construída e permeada por relações interpessoais que se



Figura 78: Feira do Peixe no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Mercadorias sendo entregues pelos homens do mar aos homens da terra. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

estabelecem em trânsito, gerando sociabilidades que acabam por construir a identidade local. Relações se estabelecem, como vimos, para muito além de quaisquer materialidades, para muito além da terra firme. É emblemático perceber que nessa atividade da pesca – que é considerada junto com a feira do açaí as duas atividades econômicas mais importantes do Mercado Ver-o-Peso – a balança é a superfície de contato de transição entre o mar e a terra. É bonito e até poético pensar que essa arquitetura ainda se mantém, justificando o nome do lugar: ver-o-peso. Entretanto, a presença ali é humana e esse instrumento de aferição de medida está sempre vinculado a seu dono. Sim, nas feiras somos sempre encaminhados para vínculos interpessoais. Assim, podemos perceber que as intersubjetividades, que só podem ser definidas a partir do homem, são sempre mais importantes que as materialidades do espaço. Dessa forma, somos encaminhados aos sujeitos:

- Balanceiros – homens que usam a balança para pesar e vender o peixe.
- Mateiros – Comerciantes que recolhem as ervas no mato e vendem na feira.
- Erveiras – Pessoas que têm barracas de ervas e vendem, em pequenas escalas, as ervas frescas ou processadas em preparos, banhos, unguentos.



Figura 79: Feira do Peixe no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Homem que brincando segurou o peixe pedindo que eu o fotografasse. Quando ele largou o peixe, fiquei cheio de lama e todos riram. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).



Figuras 80, 81 e 82: Feira do Peixe no Mercado Ver-o-Peso, Belém.
Balanceiros. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).



Figuras 83 e 84: Feira do Peixe no Mercado Ver-o-Peso, Belém. Carregador.
(Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).

Tudo na feira circula: mercadorias, mercadores, fregueses, a compra, a venda. Tudo é dinâmico. “A troca, imediata: o que se vende, vende-se sem demora, o que se compra, leva-se logo e paga-se no mesmo instante.” (Braudel, 1996, p.15). Nas duas principais feiras aqui pesquisadas, São Joaquim e Ver-o-Peso, isso fica muito evidente quando chegamos de madrugada. É durante a madrugada que a feira “pega fogo”⁶⁰, como dizem alguns comerciantes pesquisados. Por serem feiras que têm também uma relação direta com o abastecimento de suas cidades, elas reúnem uma dimensão que não se limita à comercialização no varejo. São feiras que têm uma vasta distribuição atacadista, muitas vezes responsável pela renda de cidades inteiras. A partir desse entendimento, se analisarmos a Feira de São Joaquim, por exemplo, podemos ver os vários níveis e dimensões que essas superfícies de contato atingem. O caminhão para transporte de produtos seria uma delas. Na Feira de São Joaquim, o mesmo caminhão que serve para transportar os produtos também serve como superfície de contato, como arquitetura para comercialização das frutas e legumes transportadas nele. Parei junto ao caminhão, que continha algumas sacas de aipim, e perguntei a que horas chegavam?

⁶⁰ Gíria usada pelos feirantes para descrever o período de maior movimento na Feira.



Figuras 85 e 86: Feira de São Joaquim às 05h20 da manhã. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).

- Chegamos no dia anterior e esperamos a feira abrir às 5h da manhã.
- E este caminhão, vem cheio? (Perguntava eu, curioso por ver apenas seis sacos de aipim, mesmo ainda cedo, às 6h30.)
- Sim! Este caminhão estava até aqui (gesticulava, mostrando a altura que alcançava a mercadoria do caminhão). Mas a esta hora já vendeu tudo.



Figura 87: Feira de São Joaquim às 05h30 da manhã. O caminhão de aipim ainda cheio. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).



Figura 88: Feira de São Joaquim às 06h30 da manhã. O caminhão de aipim já quase vazio. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

Aqui estava eu exercendo a intersubjetividade diante de um sujeito desconhecido, até aquele momento. Portanto, percebia a feira que se espalha pela cidade, a feira que some na venda de produtos, a feira que circula com produtos mudando de lugar. Tudo isso só acontece por essa relação intersubjetiva que se destina a circulações e negociações. Essa é a feira invisível, muitas vezes, mas que assume regras complexas de hierarquia, convivência, “turistificação”, sobrevivendo às chuvas das tardes de Belém, ou às regras de normatização e edificações pelas quais passarão a Feira de São Joaquim.



Figura 89: Feira de São Joaquim às 10h da manhã. Rua Já sem os caminhões. (Foto: André Carvalho, Junho de 2009).

A citada conversa sobre o caminhão de aipim, naquele momento, me colocava frente a mais uma nova descoberta. Diante de uma feira que começa às 5:h, uma hora e meia depois, às 6h30, muitas mercadorias já estão chegando ao fim. Assim, nessa rua periférica que, durante anos, eu passei sem nunca ter visto esse grande movimento, fui surpreendido por uma multidão, que se espremia entre os muitos caminhões, num frenético fluxo de compra, venda, embalagem e transporte de mercadorias. Pouco tempo depois, por volta das 7h30 / 8h, as mercadorias já estão todas vendidas, as arquiteturas principais desse evento, agora esvaziadas de mercadorias e negociações, voltam a ser caminhões e deixam a rua, que também volta a ser uma rua. Ali, além dos caminhões, também eram usados cestos, engradados, caixotes, sacos, carrinhos de mão, pranchões etc.

Chegamos, assim, à constatação de que a ideia de circulação apresenta-se como um dos caminhos para a construção do entendimento sobre aquilo que consideramos intersubjetividade. Isso acaba por construir o que identificamos como superfícies de contato. Mais uma vez, constato, como alerta Santos, que nas feiras “os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações”.

Sistema de objetos e sistemas de ação interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (2009, p.63)

É na “interação entre sistema de objetos e sistema de ação” animados pelo evento que encontramos o que buscamos aqui como arquitetura das feiras livres. Uma análise sobre a Feira das Ervas em São Joaquim contribuiu para esse entendimento.

A Feira das Ervas em São Joaquim: arquiteturas como num passe de mágica

Figura 90: Feira de ervas dentro da Feira de São Joaquim às 06:20h da manhã. Amarrado de ervas. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).





Figura 91: Dona Tonha – vendedora de ervas na feira de Ervas dentro da Feira de São Joaquim.

Figura 92 – Kátia – vendedora de ervas feira de Ervas dentro da Feira de São Joaquim.

(Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).

Era uma segunda-feira, às 6h20, quando cheguei pela primeira vez, ainda com muito sono, para ver a feira de ervas que acontecia durante a manhã dentro da Feira de São Joaquim, conforme tinham me indicado Marcílio e Reis (presidentes do sindicato dos feirantes de Salvador). No caminho, ainda do lado de fora da feira, mesmo acreditando que era cedo, já que a feira só começa às 5h, percebia um movimento muito intenso no transporte e circulação de ervas. Tratei de me apressar para conseguir acompanhar a comercialização das ervas. Chegando ao local onde a feira de ervas ocorria, me deparei com poucas ervas sendo comercializadas, o que me causou uma certa frustração. Entretanto, para não perder a viagem, tratei de obter informações e imagens dos vestígios do evento, que parecia estar chegando ao fim. Ao conversar com dona Tonha, erveira de Simões Filho, que vende suas ervas na feira de São Joaquim há quase trinta anos, fui informado que tinha chegado muito tarde, que para ver mesmo a feira eu tinha que chegar às 5h. Essa informação me foi confirmada por Kátia, erveira. Esta, bem mais jovem e um pouco menos envergonhada que dona Tonha. Kátia me tranqüilizou, dizendo que eu poderia voltar na quarta-feira. A feira de ervas de São Joaquim acontece as segundas, quartas e sextas, sempre a partir das 5h. Esse dado me deixou mais tranquilo, pois só viajaria de volta ao Rio de Janeiro na quarta-feira, às 13h, e teria tempo de voltar na madrugada para

vivenciar o evento. Essa feira me gerava muita curiosidade. Chamava a minha atenção o fato de estar toda construída sobre uma base efêmera, que é a própria mercadoria, ou seja, as ervas. Estava curioso para ver essa feira, que se desfaz como num passe de mágica.

Quarta-feira, 5h, estava eu lá, diante de muitas pilhas de ervas, de volta à feira. Percebi o movimento de gente chegando de todos os cantos, tanto para vender como para comprar. As ervas chegam em grandes amarrados, que são destrinchados no chão pelos vendedores e, depois de compradas, voltam a formar novas trouxas, que são levadas pelos carregadores autônomos da feira em seus carrinhos de mão. Tudo é rápido e envolto em conversas, brincadeiras, negociações, insultos, ensinamentos. Comigo mesmo, muitas brincadeiras eram feitas quando eu batia fotos dos entrevistados. Para Dona Tonha, por exemplo, alguns gritavam: “se ajeita, dona Tonha, que vai aparecer na televisão.” Nem sempre as brincadeiras eram tão leves. Em outros casos, eram comuns as piadinhas para os fotografados do tipo: “tu vai aparecer no Globo Rural.” Nessa feira, que é muito procurada tanto para fins medicinais como para os ritos do candomblé, são comuns os diálogos e ofertas das ervas vinculando os seus usos;



Figura 93: Feira de Ervas dentro da Feira de São Joaquim. Às 05h15 (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

- Vai, freguês, tenho mãe boa!
- E pra que serve mãe boa?
- Serve pra um bocado de coisa, inflamação...
- E é folha de algum santo?
- É, essa é de Nanã

Assim, em algumas horas e diante dessas relações interpessoais, as folhas vão ganhando significações culturais, tanto nas tradições indígenas quanto nas afro-brasileiras. Ao mesmo tempo, vão desaparecendo e devolvendo ao local, que fica na beira da Baía de São Joaquim, seu aspecto degradado e vazio. Essa feira nos mostra como as materialidades podem ser substituídas pelas interrelações, pois dela nada resta, tudo se desfaz ou é levado pelo “freguês”.

Essa informação me dava a verdadeira dimensão espaço-temporal das várias dinâmicas existentes dentro da Feira de São Joaquim. Eu percebia ali o caráter efêmero e transitório das feiras, o que fortalecia as afirmações de Braudel (1996) sobre a ideia de cidades



Figuras 94 e 95: “Freguesas” levando suas ervas - Feira de Ervas dentro da Feira de São Joaquim. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).



efêmeras. Ficava claro, para mim, a ideia de várias memórias que se sobrepõem como camadas nos vários espaços da feira. A partir dessa descoberta, pude perceber o tempo como uma característica fundamental para o entendimento dessas feiras, que habitam esses vários tempos e se sobrepõem como camadas em todas as feiras visitadas.

A arquitetura, assim, não se faz mais com pedra e cal, mas com falas, gestos, palavras, saberes, interesses. O que se constrói nesses eventos relatados são “situações”. Situações que nos aproximam do que seria a tese central dos situacionistas, na qual, “por meio da construção de situações, se chegaria à transformação revolucionária da vida cotidiana” (JACQUES, 2003, p.21). As relações intersubjetivas que caracterizam esses espaços de troca transformam as pessoas envolvidas em “construtores, transformadores e “vivenciadores” de seus próprios espaços” (JACQUES, 2003, p. 20), ainda que por instantes. Dessa forma, e parafraseando Arthur Danto (2002), o banal transfigura-se, transformando-se em vida, em arquitetura, como num passe de mágica.



Figura 96: O carregador autônomo leva em seu carrinho alugado por R\$ 4,00 as ervas dissolvendo neste fluxo os últimos vestígios da efêmera feira das ervas. - Feira de Ervas dentro da Feira de São Joaquim. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

EVENTO

“Cada coisa tem um instante em que ela é. Quero apossar-me do *é* da coisa.”
(Clarice Lispector, 1994, p.13).

“É difícil expressar o que estou buscando: a instantaneidade.
(Claude Monet, apud McEVILLEY, 2007, P. 44).

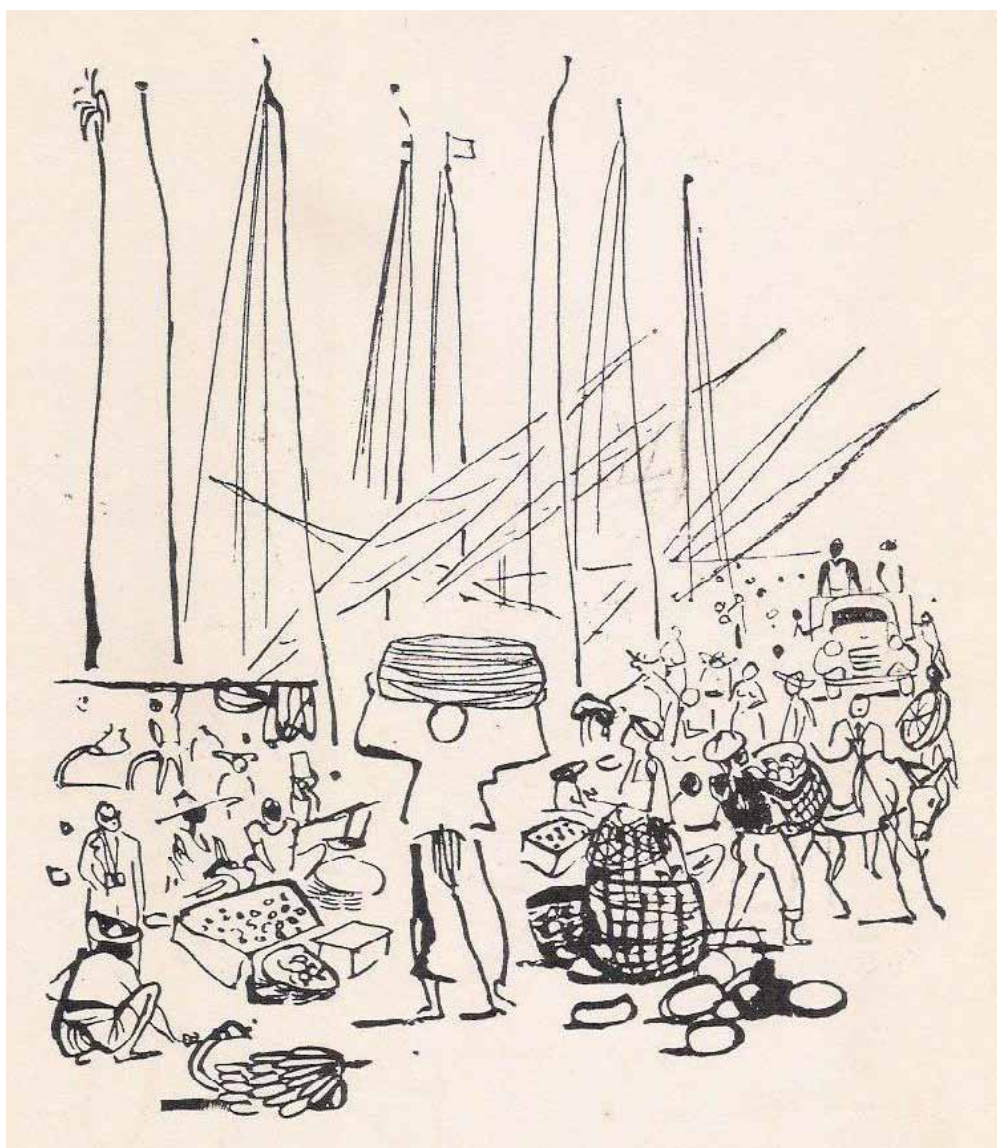


Figura 97: A Rampa do Mercado. Salvador - Bahia (CARYBÉ, 1951, p. 10).

Essa passagem poética de um "instante-já", em que Clarice Lispector corrobora com a noção de que "cada minuto que passa é um milagre perdido", me acompanhava desde que li *Água Viva* (1994). Em minhas primeiras incursões a campo, esse instante fugidio, escorrendo por acontecimentos concomitantes, vozes, gritos, era acompanhado de uma grande angústia por tentar captar os fatos. Chegando a uma feira, sempre somos colocados diante de uma turbulência de acontecimentos e de muitos instantes que se propagam concomitantemente, formando, nos termos de Milton Santos, os eventos que "são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço". (2009, p.144)

Ainda com a ânsia inicial de um pesquisador diante de seu objeto de estudo, eu tentava capturar tudo pelos cliques fotográficos incessantes. À medida que as pesquisas iam avançando, comecei a perceber que essa ânsia de capturar instantes estava me tirando a possibilidade de vivenciar as várias situações que se sobrepunham em um mesmo espaço. Nesse momento, percebi a importância de se mostrar as características fugidias das feiras livres e mercados populares, relacionando-as ao conceito de evento. Esse aprendizado me tranquilizou, passei a vivenciar atentamente os fatos e, em vez de os perder, comecei a perceber que vários dos "adventos memoráveis", como nos ensina Homi Bhabha (2003), presentes em relatos históricos, eram constituídos de pequenas banalidades, de relações intersubjetivas, antes mesmo de se tornarem congelados por cartões postais. Em cada minuto que se passava, as cenas poderiam se tornar emblemáticas ou paradigmáticas para quaisquer análises. A pesquisa indiciava esta como uma das possíveis situações vivenciadas por aqueles que pretendem formalizar a característica do evento.

Da feira de São Joaquim, abro espaço para me reportar a outro momento do trabalho de campo, a um outro lugar com um evento não mesmos paradigmático. Em busca dos instantes que pudessem se tornar adventos memoráveis para a construção das análises desta tese, cheguei a Juazeiro do Norte, sertão do Ceará. Cabe-nos aqui destacar que Juazeiro do Norte apresenta-se como um dos principais centros comerciais do sertão nordestino brasileiro e representa, por isso, uma condição particular de um centro comercial no sertão no Ceará, que faz divisa com os estados de Pernambuco e Paraíba. Seu turismo é eminentemente religioso, já que Juazeiro se tornara a cidade de culto ao Padre Cícero. Porém, a pletora do comércio na cidade se faz evidente. Há feiras por todo parte.

Foi nessa cidade que cheguei inesperadamente à Feira do Troca. Esta feira pode nos auxiliar na visualização do entendimento de evento que nos propõe a teoria geográfica de Milton Santos. Em um domingo ensolarado no sertão, eu e alguns amigos pegamos um táxi para irmos almoçar. No caminho do restaurante, passamos por uma grande pra-



Figura 98: Feira de São Joaquim, Salvador. Entrada principal da feira.
(Foto: André Carvalho, junho de 2009).

ça lotada de gente. Percebendo algumas barracas, logo tratei de perguntar ao taxista se era uma feira. De imediato, a resposta foi positiva! É a Feira do Troca.

Ante à constatação de estar no sertão com a possibilidade de vivenciar uma feira baseada no escambo, resolvi parar e ficar na feira. Estava ali diante de um evento que acontece aos domingos e onde tudo se pode trocar. Estava ali diante da possibilidade de vivenciar uma das mais antigas formas de troca, e que ainda hoje se mantém viva em algumas feiras do Brasil. A Feira do Troca acontece todos os domingos naquele local que, durante a semana, não passa de uma pacata e degradada praça; começa de manhã cedo

e vai até, aproximadamente, às 16h. Lá, os produtos industrializados dominam a cena da feira, com destaque para as trocas de telefones celulares e relógios. Entretanto, de tudo se vê e por tudo se pode trocar: relógios, cordões, pulseiras, telefones, quinquilharias, televisores, bicicletas, vasos sanitários, ventiladores, roupas usadas.

Figura 99: Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Foto: André Carvalho, 2008).



Mercadorias são expostas de todas as formas, nas barracas e até no próprio corpo de seus participantes. A intersubjetividade domina o local e ali parecemos estar diante de um grande pregão da bolsa de valores. É importante destacar que tais semelhanças não são meras coincidências se pensarmos em Bolsas como espaços “onde os mercadores se reúnem para negociar” (BRAUDEL, 1996, p.80). Além das trocas de mercadorias, há, ainda, as barracas de alimentação e de serviços, que se associam aos produtos que estão sendo trocados, agregando-lhes maior valor. Uma amiga que me acompanhava resolveu usar os serviços de um senhor que, com uma espécie de lixa elétrica, prometia deixar os celulares antigos com aparência de novo. O celular de minha amiga nunca mais funcionaria direito, mesmo aparentando uma limpeza absoluta.



Figuras 100 e 101: Mercadorias/ construções. Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Foto: André Carvalho, 2008).



Figuras 102 - 108: Mercadorias. Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Fotos: André Carvalho, 2008 e 2010).



Figuras 109, 110 e 111: Trocas. Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Fotos: André Carvalho, 2008 e 2010).



Figura 112: Barraca de limpeza de aparelhos de telefones celulares. Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Foto: André Carvalho, 2008).

O evento estava montado diante de meus olhos, com todos os traços necessários para configurar naquele espaço/tempo o que buscamos entender como arquitetura das trocas. Corroborava-se o papel fundamental do evento para que pudéssemos perceber, na junção entre superfície de contato e intersubjetividade, o valor social dos objetos a partir de sua existência relacional.

Um objeto tomado isoladamente tem um valor como coisa, mas o seu valor como dado social vem de sua existência relacional. É o caráter contingente do ser dos objetos [...] As formas asseguram a continuidade do tempo, mas o fazem através da sucessão dos eventos, que mudam o seu sentido. O objeto tem autonomia de existência, devido à sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação [...] “A mudança em um objeto vem das diferentes relações que mantém com os diversos eventos.” (SANTOS, 2009, p.156).



Figura 113: O Lazer. Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Foto: André Carvalho, 2008).

Assim, o breve relato sobre a Feira do Troca, em Juazeiro do Norte, poderia ser comparado a qualquer um dos outros vários relatos sobre feiras visitadas, já desenvolvidos nesta tese. Em todas as feiras: Feira do Açaí, do Mercado Ver-o-Peso, em Belém, a Feira de Ervas de São Joaquim, em Salvador ou, de modo mais genérico, nas várias feiras que se sobrepõem para formar a complexidade das feiras visitadas o mesmo fenômeno acontece: uma arquitetura pautada pelo evento.

Percebe-se o evento como a dimensão imaterial de cada uma delas. Sobre essas relações, Santos afirma a possibilidade relacional entre coisas e vida, entre forma e conteúdo na configuração do espaço que “é um misto, um híbrido, um composto de forma-conteúdo” (2009, p.42).

Não por acaso, ao investigarmos a bibliografia sobre as feiras, nos deparamos com o fato de todas elas serem tratadas como “adventos memoráveis do evento cotidiano” (BHABHA, 2003). As feiras, assim, nas narrativas sobre as cidades, constituem adventos emblemáticos. Nessa imbricação de conceitos, reside a problematização do jogo entre materialização e desmaterialização, tradição e inovação. Com isso, como o evento tem em sua constituição uma natureza transitória, as feiras livres desafiam as políticas de fixação e ordenação de sua *práxis*, de seus espaços de troca. Aliado a todas

essas informações, temos um determinado cunho pitoresco sobre tais eventos narrados historicamente e utilizados como constitutivos de uma determinada brasilidade. Portanto, modificá-los tenciona imaginários advindos do turismo, da literatura, das artes plásticas, do folclore. Históricos relatos de cronistas, viajantes, poetas e antropólogos nos mostram que perceber as relações das trocas nesses espaços de mercar é perceber o evento.

A Feira de Água dos Meninos era uma festa noturna, prodigiosa (AMADO, 1982, p.360)

Nessa festa de tanto colorido, de tanta beleza, como a festa permanente de Água de Meninos, há muito de chocante e de doloroso (TAVARES, 1951, p.169)

Na principal rua, a rua que atravessa a feira, mal se pode passar de tanto povo, carroças, caminhões, jegues encahados, vendedores, camelôs, balaios [...] ali o espetáculo humano é inesgotável (CARYBÉ, 1976, p.104).

A feira é o ruído, o alarido, a música, a alegria popular, o mundo de pernas para o ar, a desordem, por vezes, o tumulto (BRAUDEL, 1996, p.67).



Figura 114: Objetos variados para o “escambo”. Feira do Troca, em Juazeiro do Norte – Ceará. (Foto: André Carvalho, 2008).

Podemos ver, então, que em todos os trechos reproduzidos, seja através do termo festa, espetáculo, desordem e até mesmo tumulto, estão lá presentes as referências sobre a transitoriedade. Estaria aí, então, o entendimento de “nação como narração”, descrito por Homi Bhabha (2003).

O que busco aqui é reconhecer que o evento caracteriza a imaterialidade destes espaços de troca e é esta imaterialidade que expande as fronteiras destas construções socialmente justificáveis, reconhecendo uma expansão da natureza da arquitetura. Assim, questões como perenidade e mobilidade são levadas em consideração e entendidas como características arquitetônicas desses espaços. Espaços construídos de instantes já.

Na Feira do Troca de Juazeiro, essa questão da mobilidade é tão evidente que até mesmo as galerias de tipos clássicas nas feiras visitadas acabam por serem desfeitas. O evento desfaz as figuras específicas, retira suas nomações, desarticula as setorizações. Assim, as pessoas que vendem ervas, por exemplo, ou as que vendem frutos, ou as que vendem roupas são agora substituídas por pessoas que trocam qualquer coisa. Uma mesma pessoa pode ter um celular, um cordão e uma bolsa para trocar por uma bicicleta e ainda tendo que pagar um dinheiro a mais, de volta, para concretizar o “escambo”.

CAPÍTULO IV

Mercados populares contemporâneos: usos e contrausos nas feiras “enobrecidas”



MERCADOS POPULARES CONTEMPORÂNEOS

Esta vida urbana tenta voltar as mensagens contra elas mesmas, as ordens, as coações vindas do alto. Tenta apropriar-se do tempo e do espaço, frustrando as dominações, desviando-se de seus objetos, usando astúcia. Ela intervém também, mais ou menos, na obra dos cidadãos, em lugar de se impor a eles como um sistema, como um livro já acabado. (LEFEBVRE, 2001, p.66)

As feiras livres tradicionais brasileiras, que durante muitos anos foram vistas pelos poderes públicos como males a serem extirpados da cidade, passaram hoje a figurar como locais de cultura e identidade, apresentando-se como potencialidades turísticas, lugares para serem transformados em imagens publicitárias que impulsionem os promotores, empreendedores do espaço público.

A valorização e o reconhecimento dessas feiras como espaços a serem preservados claramente estão associados ao IPHAN, que, a partir deste século, passa a valorizá-las como lugares elegíveis como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Assim, as feiras estão sendo reformadas e passam a figurar como espécies de mercados populares contemporâneos.

A proposta de entender esses espaços transformados em mercados, e não mais como feiras, estaria inicialmente ligada às características construtivas que tais espaços passam a ter depois de suas transformação. Nos dois espaços pesquisados na tese que passaram, ou passarão, por esses processos de transformação, o Mercado do Ver-o-Peso e a Feira de São Joaquim, os projetos de coberturas, a alvenaria nas barracas, a distribuição urbanística dos espaços, a padronização de barracas, inclusive com alvenarias, acabam por criar uma unidade construtiva muito mais característica dos mercados, tendo em vista que as feiras são caracterizadas por visualidades fragmentárias de suas construções de cores e elementos variados. Outro fator estaria na divisão setorial que cria núcleos específicos, definidos por uma única cobertura e por um padrão construtivo, também muito característico dos mercados especializados, como mercados de carne, de peixe etc.

Essa divisão também marca e caracteriza os atuais super e hiper-mercados que, ocupando um único grande espaço, têm as mercadorias divididas racionalmente em setores distintos. Mercado, então, estaria vinculado àquela distinção de Braudel, diferenciando as feiras cobertas (mercados) das feiras ao ar livre (feiras livres), onde o mercado passaria a ser definido por construções fixas, vinculadas à ideia de permanência, para dar conta de uma maior demanda na comercialização de produtos específicos, enquanto as feiras continuariam definidas por suas características transitórias, mesmo quando ocupam espaços permanentes.

Para complementar a ideia de mercado descrita, usamos o termo “popular”. Consideramos que o conceito de popular está diretamente ligado ao vínculo anterior que esses mercados, antes de requalificados, tinham com os espaços populares de troca. Ou seja, espaços de troca muitas vezes construídos de maneira informal, com mercadorias e preços que os aproximavam dos consumidores, do “povo”. Essas feiras nasciam de soluções advindas da adversidade econômica e social, como pudemos ver no surgimento da Feira do Sete, que deu origem à Feira de São Joaquim. Isso definia o desenho de tais lugares entre barracas e lonas para cobertura e proteção.

Ao longo de toda nossa história, a chamado “povo” sempre esteve vinculado aos espaços populares de troca. Como exemplo, podemos citar os negros de ganho do século XIX. Assim, o termo “popular” também é usado pelos mediadores dessas transformações como uma chancela. Mercados e feiras se tornaram lócus do comércio da cerâmica popular, das ervas usadas nas crendices do povo, de temperos populares usados nas comidas típicas. Esta chancela serve para afirmar que os espaços estariam sendo formalizados para continuar servindo ao povo. Mas o povo, conceito deflagrado no século XX, tornou-se interessante às elites intelectuais e econômicas.⁶¹ Assim, as feiras e mercados passaram a se constituir em atrativo turístico carregado de símbolos construídos pelos processos identitários.

Verificamos, dessa forma, que a ideia estabelecida de mercados populares estaria, então, vinculada a uma determinada edificação, com o intuito de abrigar a comercialização de produtos vinculados ou acessíveis ao povo. Assim, aqui agregaremos essa ideia de mercados populares ao termo “contemporâneo”, delimitando os recentes processos de requalificação arquitetônica, que transformam estruturas populares em modernas arqui-

⁶¹ Chartier aponta dois modelos principais, definidores da cultura popular: um promove a autonomia e a coerência simbólica do popular frente à cultura letrada e outro coloca a dependência e as relações de dominação do letrado sobre o popular. (CHARTIER, 1995, p. 179s)

teturas *high tech*. Esse conceito de “contemporâneo” também estaria ligado à proximidade dessas intervenções arquitetônicas com a arquitetura norte-americana dos shopping-centers. Ghirardo mostra em seu livro *Arquitetura contemporânea* que muitos desses projetos de requalificação implementados nos espaços públicos são “afetados por aquilo que caracteriza os mundos de Disney: espetáculo, vigilância e controle.” (2002, p. 71)

Define-se, então, como mercados populares contemporâneos os mercados gerados pelos atuais processos de requalificação que tiveram projetos de arquitetura como ferramenta dessas transformações.

Dentre os projetos desenvolvidos nessa primeira década do século XXI, destacamos, nesta pesquisa, como principais transformações investigadas, a Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, e a antiga Feira de São Joaquim, em Salvador. Ainda que não sejam abordados como objeto de pesquisa nesta tese, destacamos a importância para este tema das transformações ocorridas, também, no Calçadão dos Mascates, no bairro de São José, em Recife, e também a transformação por que passou o antigo camelódromo da Rocinha, conhecido, depois de sua transformação, como: Mercado Popular da Rocinha. Este mercado fica no bairro de São Conrado, Rio de Janeiro, no acesso à favela da Rocinha, considerada uma das maiores da América Latina.

O Mercado Ver-o-Peso foi o primeiro a se destacar, passando pelo processo de requalificação aqui discutido. O projeto de requalificação, escolhido em um concurso público nacional, conforme já citado, é usado como referência para as novas transformações pelas quais outras feiras do Brasil vêm passando. Destaca-se como uma das principais tecnologias aplicadas a esse projeto de transformação o uso das lonas tensionadas, também utilizadas no CLGTN.

O CLGTN, estudado em minha pesquisa de mestrado (CARDOSO, 2006), serve como base comparativa para análise de questões que afirmam algumas considerações sobre essa reapropriação do espaço enobrecido por parte dos agentes sociais. O projeto de arquitetura do CLGTN desenvolveu-se a partir de um acordo firmado entre a prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão de Cesar Maia, e a Caixa Econômica Federal, que contratou o escritório de arquitetura ARCHI 5 para desenvolver o projeto. A incumbência principal seria transferir a tradicional Feira dos Paraíba, existente há quase 50 anos, no Campo de São Cristovão, para dentro dos muros remanescentes do que um dia foi o Pavilhão de São Cristovão, projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes.

Dessa forma, vemos uma tentativa de uso da arquitetura como processo de domesticação, com cozinhas industriais, processos de higienização, cursos do SEBRAE. Também poderíamos destacar a tentativa de fixar, ou aprisionar, as identidades, galhardetes,



Figura 115: CLGTN em São Cristóvão no Rio de Janeiro. Reforma de 2005 (Disponível em: www.rio.rj.gov.br, acessado em agosto de 2006).

Figura 116: Mercado Ver-o-Peso, Belém do Pará. Reforma de 2003 (Disponível em: www.belem.pa.gov.br, acessado em agosto de 2006).

Figura 117: Mercado Popular da Rocinha, São Conrado, Rio de Janeiro. Reforma de 2005 (Disponível em: www.arcoweb.com.br, acessado em agosto de 2006).

barracas estetizadas, estátuas de bronze, aproveitando-se de imagens típicas: cerâmica popular, sanfoneiros, baianas.

Falamos dos processos de enobrecimento urbano, pelo qual há muito tempo passam as cidades, e agora acontece o mesmo com os espaços de troca tradicionais – as feiras livres. Tais processos, como alerta Leite (2004), acabam por tentar transformar o patrimônio cultural e moldar as cidades para práticas de consumo globais, esvaziando de sentido público os espaços urbanos. Entretanto, o autor defende a hipótese de que a política dos usos resultantes desses espaços enobrecidos acaba por constituir “lugares” quando os usos esperados são subvertidos, caracterizando o que ele denominou de “Contra-Usos”.

Minha hipótese, portanto, é que a política dos usos cotidianos e públicos do espaço e do patrimônio resultante dos processos de *gentrification* – que demarcam diferenças e criam transgressões na paisagem urbana ao subverter os usos esperados – constitui lugares que configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os torna locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer, enfim, ter identidade e lugar. (LEITE, 2004, p.25)

Os projetos de requalificação arquitetônicos e as relações com o espaço social.

Uma citação das autoras de *Brasil: arquiteturas após 1950* nos auxiliará na percepção tanto das mudanças urbanísticas quanto da manutenção de uma ideia de soberania da forma. Na primeira passagem, as autoras nos relatam que houve uma clara mudança a partir da década de 1960 no Brasil, com as críticas ao urbanismo moderno, quando se inicia uma espécie de aceitação do espaço da favela. Destacamos certa proximidade entre os espaços das favelas com os espaços de troca, aqui pesquisados, que, por suas caóticas e insalubres instalações, também não cabiam no espaço urbano moderno e, por diversas vezes, foram alvos de tentativas de remoção (ver Capítulo II).

(...) não cabia no pensamento urbano dos anos 1950, dominado por uma ideia de ordem, uniformidade e extremo idealismo, aceitar a aglomeração caótica e insalubre das favelas. Somente a partir dos anos 60, com as críticas ao urbanismo moderno,

a ideia de assimilar a favela começou a ser aventada, contando com a experiência precursora de Carlos Nelson Ferreira dos Santos na favela de Brás de Pina. (BASTOS & ZEIN, 2010, p. 352)

Retomando uma análise comparativa entre favelas e feiras livres, voltamos a Bastos e Zein, buscando o entendimento sobre os novos processos de transformação urbana que começam a ser desenvolvidos em espaços populares, a partir da década de 1990.

Na década de 1990, a política habitacional do programa Favela-Bairro contou com uma curiosa unanimidade. Embora não tenha sido criada por uma administração de esquerda, a proposta foi formulada de maneira cuidadosa, sob o ponto de vista político, ao procurar evitar remoções, manter peculiaridades espaciais, contar com organizações comunitárias e estar associado a políticas afirmativas, evitando dessa forma críticas mais virulentas. No seu realismo e pragmatismo exacerbados, essa política habitacional não deixa de apostar na arquitetura como instrumento ao alcance de políticas públicas, visando a obter espaços agradáveis e de qualidade onde, em tese, as pessoas possam retomar um uso qualificado do espaço público e, mais que isso, no entendimento de que a própria qualidade do espaço é protagonista das relações sociais que se travam em seu meio (grifo meu). (BASTOS & ZEIN, 2010, p. 352)

A crença de que a qualidade do espaço é a protagonista das relações sociais agrava-se ainda mais quando o papel do arquiteto sucumbe diante das relações econômicas que se impõem. Segundo Arantes, a relação entre cultura e economia está completamente imbricada na atitude projetual. A autora comenta até mesmo a eliminação do caráter arquitetônico de tais projetos. Assim, muitas arquiteturas contemporâneas, que se assemelham as aqui nomeadas mercados populares contemporâneos, como informa Arantes, se aproximaram a esse caráter afirmativo da obra que as destituiu do caráter ideológico. Os vínculos urbanísticos afirmam o distanciamento ou perda cada vez maior do urbanista como planejador da cidade, quando, segundo Arantes, “não é mais possível distinguir o planejador do empreendedor”.

Usos e contrausos nos mercados populares contemporâneos

As feiras livres, estudadas para esta tese, tem como marcante características os usos e as apropriações que se fazem no espaço **em que** elas se dão. São apropriações feitas pelos feirantes para comercialização de produtos. São espaços na maioria das vezes desprovidos de uma ocupação formal do estado e entregues à construção e melhorias feitas pelos próprios comerciantes. Nas muitas feiras livres visitadas, como na de São Joaquim, por exemplo, os espaços e as construções poderiam até mesmo ser comparados ao espaço das favelas, já que em sua grande maioria as construções e os usos que se fazem delas estão totalmente vinculados a características informais: a configuração fragmentada do espaço, as misturas de elementos, os usos de materiais e equipamentos, muitas vezes precários. Tudo isso acaba por definir uma arquitetura “vernácula”. Construções que nascem como estratégias da adversidade, soluções originais e criativas que contribuem na comercialização das mercadorias. Cria-se, nessas arquiteturas das feiras, uma “lógica” própria.

A ideia de contra-usos, termo cunhado por Leite (2004), ao analisar o enobrecimento de um tradicional bairro de Recife, nos serve como base para análise dos mercados populares contemporâneos aqui pesquisados. Destacamos como principal objeto da pesquisa o Mercado Ver-o-Peso. O CLGTN também nos servirá como mote, em alguns momentos, nos servindo como objeto de análise sobre os usos e contrausos desses espaços enobrecidos. Por fim, a transformação por que está passando a Feira de São Joaquim também será de grande relevância para entender os novos rumos pelos quais vêm passando os processos de enobrecimento dos espaços populares e como se localizam dentro disso o arquiteto e o projeto arquitetônico.

Segundo Leite, é possível, a partir da análise dos usos e contrausos, repensar a construção desses espaços enobrecidos, percebendo, inclusive, como esses espaços, que buscam muitas vezes através de suas construções uma suposta “domesticação” dos usuários, acabam sendo reelaborados por eles, criando esses contrassentidos com usos que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas e pelos projetistas do espaço.

É Possível repensar a construção desses lugares no contexto urbano contemporâneo a partir dos usos e contra-usos que se fazem dos espaços enobrecidos. Nas áreas que passam por processo de *gentrification*, esses usos podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos às realocações, da tradição e aos lugares nos espaços da cidade. Essas significações, ou contrassentidos, que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas, contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares. (2004, p. 214)

Constroem-se nesses espaços enobrecidos vestígios formais que acabam por deflagrar as divergências entre os atores sociais locais e o projeto arquitetônico desenvolvido. Assim, a partir destes vestígios e com os relatos tanto dos arquitetos responsáveis pelos projetos, feirantes e agentes promotores do espaço, podemos construir caminhos que nos levem ao que Leite define como *contrausos*.

(...) as táticas, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um *contrausos* capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir de demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses *contrausos* realizam. (2004, p. 215)

Assim, para evidenciar essas supostas contradições entre usos pretendidos e usos praticados, enveredamos agora num estar-em-campo nesses mercados populares contemporâneos, com uma narrativa empírica que nos auxilie neste entendimento e visualização.

AS LONAS HIGH TECH DO MERCADO VER-O-PESO

Entender os contrausos nas feiras enobrecidas é também entender os conflitos e os vários interesses envolvidos nesses processos de requalificação. Assim, o entendimento sobre esses contrausos no Mercado Ver-o-Peso constroem-se aqui como narrativa dialógica, costurada com uma análise a partir das impressões de viagem e teorias estudadas. Dessa forma, são reproduzidos trechos de três entrevistas, feitas para esta tese, com alguns dos principais personagens envolvidos nesses processos de transformação e que representam distintas esferas dentro do contexto. São eles: o arquiteto Rodrigo Azevedo, um dos responsáveis pelo projeto de requalificação; o arquiteto e prefeito de Belém, à época da reforma, Edmilson Rodrigues; e a erveira (ou cheirosa) Leila, representante das erveiras do Mercado Ver-o-Peso.

Em 12 de dezembro de 2005, em seu escritório no Outeiro da Glória, o jovem arquiteto Rodrigo Azevedo me relatava, como um experiente profissional, seus projetos de requalificação para espaços de troca. Azevedo me falava do projeto do Mercado Ver-o-Peso, do qual foi um dos autores, e falava também sobre o Mercado Popular da Rocinha, também sob sua responsabilidade. Azevedo falou com entusiasmo sobre seu projeto “Preservação e qualificação de feiras e mercados populares”, que tinha como objetivo “ressignificar essa importante atividade, criando condições físicas e logísticas para sua afirmação e potencialização cultural e comercial”⁶². Ao falar do Mercado Ver-o-Peso, Azevedo logo destacou as lonas tensionadas como um marco referencial daquela arquitetura. Para Azevedo, essas tensoestruturas vinculadas a uma tecnologia de ponta traziam novamente para o Ver-o-Peso a mesma modernidade que trouxe para cidade de Belém, em 1908, o Mercado de Ferro vindo da Inglaterra.

- A consolidação daquele espaço se dá com a vinda do Mercado do Peixe, em 1908. Lemos (Antonio Lemos), o prefeito da época, com o dinheiro da borracha, aí Belém deu um salto com aquela grana toda da borracha. Aquilo lá (o Mercado do Peixe) era o que havia de ponta de arquitetura *high tech*. Então, 100 anos depois, quando da reforma do Ver o Peso, a gente entra com as lonas tensionadas, que é o que há de mais

⁶² Entrevista feita em dezembro de 2005.



Figura 118: Feira do Ver-o-Peso. Lonas tensionadas brancas com Mercado de Ferro no fundo. Ver-o-Peso, Belém – Pará. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

tecnológico, de mais contemporâneo construtivamente [...] Novamente o Mercado Ver-o-Peso recebe o que há de melhor [...] Conceitualmente, você tem uma ligação absolutamente clara entre a arquitetura que está sendo proposta, de lona tensionada, e a nova tecnologia. (AZEVEDO)

Em seu discurso, Azevedo, que pretendia implementar o mesmo tipo de programa para várias feiras e mercados populares espalhados pelo Brasil, nos apresenta, de forma clara, o diálogo entre essa nova arquitetura *high tech* para feira livre e o histórico prédio do Mercado de Peixe. Diante dessa relação, feita por Azevedo sobre um discurso que acabava por privilegiar o diálogo entre essas supostas arquiteturas eruditas, perguntei o que eles (todos os arquitetos do grupo vencedor do concurso) tinham considerado sobre a arquitetura popular da feira, tendo em vista que, mesmo de forma precária, tal feira existe há tanto tempo quanto o mercado. A isso Azevedo me responde com espanto e firmeza:

- Não era arquitetura! Classificar aquilo de popular, não dá. Era um “esgotão”, eram placas de amianto com lonas por cima, era precariedade absoluta. Um degrau abaixo era desmoronar. No limite da anti-arquitetura, antitudo, né? Então, não considero aquilo popular, mas uma miséria mesmo! (AZEVEDO)

Quando chegamos ao Mercado Ver-o-Peso, foi exatamente naquelas lonas que encontramos os primeiros indícios dos contrausos que se fazem daquela arquitetura. Com expressivas variações na altura, em que as lonas são estendidas, em tensoestruturas, criando uma forma que se assemelha às construções de Frei Otto. Essa “Arquitetura Efêmera Têxtil”, descrita por Bahamón (2004), acaba por trazer, segundo os feirantes, alguns problemas e incompatibilidades com o local. Os principais problemas estariam mais associados à colocação formal do que ao material escolhido. Assim, a altura mínima em que as lonas foram instaladas estaria em desacordo com a altura necessária para que os espaços sob esses trechos pudessem ter uma ventilação efetiva. Nesse sentido, segundo muitos feirantes e frequentadores da feira, houve uma incompreensão por parte dos arquitetos sobre as peculiaridades climáticas de Belém, que mistura muita umidade e calor. A capital é caracterizada como cidade das chuvas fortes seguidas de intenso calor. Além da altura das lonas, outro problema estaria vinculado à falta de eficiência em proteger das chuvas as bancas e os usuários, em vários trechos da feira. É que as lonas, além de terem alturas variáveis, têm alguns furos centrais de ventilação, que acabam deixando muitas áreas completamente vulneráveis às chuvas, habitualmente associadas aos fortes ventos.

Esses problemas levantados nos esclarecem dados sobre as várias “gambiarras” vistas ao longo de toda pesquisa no Ver-o-Peso. Os furos de ventilação, que também servem como passagem para águas pluviais, foram, por iniciativa dos próprios feirantes, fechados com diversas lonas, transformando-se em uma espécie de calha que possibilita a passagem das águas pluviais e também da luz, agora filtrada pelas lonas, transparentes ou coloridas, compradas em lojas populares a metro. Assim, essas arrumações se misturam com as lonas brancas de tecnologia inglesa. Entretanto, ficava perceptível que essa construção, esse contrausos resolvia o problema da chuva, mas acabava aumentando ainda mais o calor em determinados locais. De qualquer forma, essas contradições evidenciam uma solução encontrada pelos feirantes para remediar o problema. Isso vai alcançando outros significados, e o que era uma solução pragmática vai ganhando contornos diferentes.

Em vários trechos do mercado percebemos adaptações populares que vão sendo enfeitadas, marcando inclusive a distinção entre vários trechos e virando referências toêmicas de identificação dos lugares. Assim, é comum que as calhas criem pontos de si-



Figuras 119 e 120: Feira do Ver-o-Peso. “Calhas” improvisadas pelos feirantes. Ver-o-Peso, Belém – Pará. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).

nalização. Os próprios feirantes indicam, por exemplo, a localização de barracas perto da calha colorida, uma barraca perto da calha azul etc. Essas transformações, adaptações informais, sofreram grande resistência dos agentes fiscalizadores; no caso do Ver-o-Peso, da SECON, mas, com o tempo, essas questões vão ficando incontroláveis pelos fiscais, e acabam se perpetuando no local.

O antigo prefeito Edmilson Rodrigues fala desses conflitos vinculados às lonas, alegando que “houve adaptação do projeto obedecendo essas demandas, mas ainda restaram problemas, gerando inclusive conflitos, porque, autonomamente, eles foram e estenderam lonas de cor diferente e tal”. Quando Rodrigues nos fala que houve adaptação, ele está se referindo a uma obrigatoriedade existente em contrato sobre a submissão do projeto executivo a uma discussão popular antes de ser implementado.

- Quando a gente sentava pra discutir, os feirantes, na verdade, não acreditavam mais em reformas, muitos já haviam desistido. Eles queriam participar também da concepção, enfim, de como seria o projeto a ser implantado, da reforma a ser feita. Daí a necessidade, portanto, de se pensar, fazer com que os arquitetos levassem em consideração as formas de trabalho, o modo de viver dos feirantes, das pessoas que compram no Ver-o-Peso, dos cidadãos de Belém, da relação do povo com o mercado, que é muito forte. (RODRIGUES)

Ao conversar com Rodrigues sobre as lonas, eu questionava se em um momento em que a arquitetura é pensada também como espaço de sustentabilidade, a escolha de uma lona de tecnologia italiana não era contraditória, tendo em vista que essas lonas demandam um cuidado específico, com manutenção e limpeza, que, por seu alto custo e especialização de mão de obra, deve ser feito pela prefeitura.

Essa consideração torna-se flagrante quando vemos hoje no Mercado Ver-o-Peso essas lonas completamente sujas, trazendo um aspecto insalubre para o espaço. A arquitetura torna-se uma estrutura completamente dependente dos poderes públicos e relegada às vontades políticas e conveniências, modificadas a cada quatro anos. A reposta de Rodrigues para essa questão elucida muito do que foi de fato a transformação do Ver-o-Peso, e nos mostra algumas relações importantes para esta pesquisa, como o entendimento de uma arquitetura que também quer ser puramente arquitetura e não sucumbir às necessidades do lugar.

- O material tem um grau de, digamos assim, perenidade maior, mesmo que seja um material sintético. Mas não há nenhum material eterno, né? Então, o problema todo é que tem que ter manutenção mesmo. Por isso achamos que não aceitar a lona tensionada seria realmente desrespeitar, de forma muito profunda, a concepção do escritório vitorioso. Então, é claro, há essas contradições. Tem o lado positivo, que fez com que vários escritórios importantes discutissem se participariam ou não. Mesmo os não escolhidos esquentaram um debate sobre o Ver-o-Peso. Mas, se por um lado existe a questão da discussão, existe também a questão da adaptação à cultura local. Mas o que foi questionado de forma mais central foi mudado, a construção de uma marina com portas, para manter o nível da água e impedir que a areia aparecesse, além da situação do pescado, jogado fora como refugio, o que em geral atrai os urubus, apesar deles já fazerem parte da paisagem do local. Tem uma peça aqui que está há quase trinta anos em cartaz [...] em que alguns personagens são urubus. E há pessoas ligadas ao patrimônio que seriamente propõem o tombamento do urubu como valor imaterial. É bicho, mas é a presença que não dá para congelar. (RODRIGUES)

Rodrigo Azevedo, em nossa conversa, falou que a relação com a prefeitura ao longo do desenvolvimento do projeto foi se tornando insustentável, e ele claramente se referia aos vários conflitos descritos nas falas anteriormente transcritas.

No final de minha conversa com Edmilson Rodrigues, ele dava pistas de um mais um conflito que teria acontecido, com as erveiras, e declarava, assim como fez Azevedo, essa difícil relação por que passou a prefeitura e o escritório de arquitetura responsável.

- Elas (as cheirosas), por exemplo, protestaram. Aí houve uma modificação, uma dificuldade. O Flávio, nesse aspecto, colocava algumas barreiras para poder aceitar modificações. Modificou muito, ele até que se submeteu bastante. Mas tinha essa mediação, entendeu, e às vezes [...] mas as cheirosas foram exemplos de luta pra modificar, né? E realmente teve um momento que elas mostraram que estava errado o projeto, sabe? Porque quando começou a bater a chuva forte e elas tinham que estar com material exposto... Esse exercício da arquitetura popular é difícil, né? Não só para arquitetos, mas para engenheiros também.

Leila, erveira: comentário acerca de uma análise empírica sobre o contrausos no Mercado do Ver-o-Peso



Figura 121: Feira do Ver-o-Peso. “Calhas” improvisadas pelos feirantes. Ver-o-Peso, Belém – Pará. (Foto: André Carvalho, novembro de 2010).

Agora, a voz da usuária pode nos ajudar a compreender, empiricamente, com as agruras de um trabalho de campo, como arquitetura e lugar se configuram a partir de fatos sociais, de eventos. Para entender melhor as relações aqui discutidas sobre os contrausos no Mercado-Ver-o-Peso, passamos ao relato de Leila Erveira, representante das erveiras (popularmente conhecidas também como cheirosas) do Mercado Ver-o-Peso.

Nesse relato, coletado em novembro de 2010, numa tarde ensolarada, Leila, filha de dona Coló, que também é, há mais de trinta anos, cheirosa do Ver-o-Peso, nos fala sobre o processo de transformação por que passou o citado mercado em 2002.

Passemos agora, depois de dar voz aos promotores e transformadores formais do Ver-o-Peso, a investigar as complexidades e contradições dessas transformações através de seus próprios atores sociais - que trabalham e conhecem o mercado desde antes de sua transformação.

Inicialmente, perguntei à feirante algo amplo, um tanto subjetivo, mas objetivando compreender as contradições de uma requalificação arquitetônica:

- O mercado melhorou depois da transformação? (ANDRÉ)

- Não melhorou muito, mas... melhorou, né [...] A parte da cobertura... a gente pegava muita chuva, né. Eram lonas e já estavam todas furadas [...] Só que no nosso setor nós nos unimos e fizemos um tipo de galpão [...] Aí, veio essa reforma, e o que é que aconteceu? Vieram essas bancas. Só que nossas bancas eram maiores. Quando eles entregaram, eles disseram que era um metro, entendeu? Negociaram e disseram que elas tinham um metro, só que elas tem 90 cm. Inclusive eu fiz uma aposta e perdi, porque eu teimei, acreditei na palavra das pessoas. Disseram: é um metro e vocês vão perder pouco. Mas perdemos! Pra quem tem muita coisa e não tem espaço... E também ela era assim... aberta (Leila me mostrava uma barraca de verduras). Foi outra briga, eles disseram que não poderia ser “telada” porque ia sair do padrão, mas só que, moço, esse “telamento” é uma parte de segurança, porque só era jogado um encerado assim, ó (mais uma vez referia-se a uma barraca de verdura fechada e coberta com lonas amarradas). (LEILA)

Nesse primeiro trecho, que destaquei a conversa com Leila, algumas relações já podem ser sublinhadas. Podemos ver que o discurso de Leila, o tempo todo, refere-se a “eles”, e nesse “eles” estão envolvidos todos os agentes responsáveis pela transformação. Mesmo ao falar da concepção e projeto das bancas, desenvolvimento específico de competência dos arquitetos, a impessoalidade impera e o “eles” continua sem nenhuma especificidade, expressando o total esfriamento em relação ao profissional projetista, que é agravado pela promessa não cumprida. Leila, então, se sentiu, perante o seu grupo, do qual é a representante, desprestigiada por transmitir e acreditar no acordo feito com “eles”, os arquitetos e seus representantes. Assim, Leila refere-se a um profissional que não levou em considera-

ção as especificidades dos produtos de seu grupo e ainda impedia que modificações ocorressem nos “modelos-tipo” entregues para os feirantes de práticas profissionais distintas. Ao mesmo tempo, a confiança entre as partes fora quebrada por dez centímetros, fazendo grande diferença no espaço e na honra dos envolvidos.

– Ah! então a barraca era igual aquelas ali, e vocês que colocaram o “telamento”? (ANDRÉ)

Com as revelações de Leila, tornava eu a perguntar o que ela já me havia afirmado. Eu, que até então acreditava estar diante de um projeto que tinha tido tais preocupações com as especificidades de cada uma das atividades e mercadorias, me surpreendia, nesse momento, com os dados revelados por Leila, descobrindo que os próprios feirantes é que tinham feito suas adequações, até onde lhes fora permitido.

– Eram iguais àquelas ali. Nós que nos organizamos, e a necessidade, nós pagamos! Fizemos empréstimos, cada um fez um empréstimo para fazer o “telamento”, para ficar que nem essas (barracas) aqui, que estão fechadas. É porque tem mercadoria de valor, como a copaíba, que hoje está em extinção, e ficava mais fácil de desenrolar ali e tirar a mercadoria. Muito roubo. Aí, foi outra discussão... uma briga, porque eles não queriam, ia sair do padrão. Mas só que não é o padrão, tem que ver a necessidade do trabalhador, entendeu? Aí, nós mandamos telar. (LEILA)

Voltamos aqui destacando, no discurso de Leila, a noção de “padrão”, que poderia ser comparado à ideia estruturalista de “tipo”, segundo teoria de Jean-Nicolas-Louis Durand.⁶³ Tais tipologias ou “padrões” arquitetônicos são destacados como bases características do movimento moderno. Poderíamos tomar como exemplo os conjuntos habitacionais que marcaram a ascensão e queda da arquitetura moderna,⁶⁴ que construía a ideia de um homem padrão. Destacamos que no Mercado Ver-o-Peso mais do que o uso de uma arquitetura padronizada, existe também a proibição de adaptações nessa arquitetura. Característica

⁶³ Jose Maria Montaner, no capítulo de seu livro intitulado *Tipo e estrutura. Eclusão e crise do conceito de tipologia na arquitetura*, nos relata que “no caso da arquitetura, aparece uma primeira noção de tipo muito precisa dentro da cultura acadêmica francesa. Para Jean-Nicolas-Louis Durand – estruturalista *avant-la-lettre* -, tipo era tanto a estrutura interna da forma arquitetônica quanto o processo metodológico do projeto baseado na articulação de elementos e partes em planta e em fachadas de arquitetura. (MONTANER, 2001, p.110)

⁶⁴ Charles A. Jencks declarou: “Para nossa grande alegria, podemos estabelecer a data exata do falecimento da arquitetura moderna [...] Extinguiu-se para sempre em 1972.” Nesse ano, de fato, foi destruído o complexo de Pruitt Igoe, em Saint Louis (1952-1955), construído por Minoru Yamasaki, futuro arquiteto do World Trade Center, devido aos problemas sociais. Para Jencks, tal ficou a dever-se a que a arquitetura está em contradição com os códigos arquitetônicos dos habitantes vindos de camadas sociais desfavorecidas. (in BOLÉO, 2006, p.548).

que mais uma vez expõe a crença de que é a arquitetura que normatiza os padrões e não as relações sociais que as modelam. Como manter a arquitetura intacta? Entretanto, Montaner nos destaca a crise desse conceito de tipologia arquitetônica no final dos anos 1990:

As crises se evidenciaram nas últimas décadas, a caída dos modelos ideais de sociedade e o reconhecimento do pluralismo, do relativismo e de um multiculturalismo aberto contribuíram para a paulatina diluição do potencial instrumental de tipo-ideal e sua validade universal. (MONTANER, 2001, p.112)

Essa consideração nos coloca diante do que poderia caracterizar-se como uma contradição dos projetos contemporâneos, que ainda levam em conta a noção de tipologia arquitetônica. Mesmo que muitas das feiras visitadas se desenvolvam sobre bases similares, muitas transformações e adaptações são feitas de acordo com a necessidade de cada um. Tais adaptações acabam por criar uma imensa diversidade, que, em sua maioria, são vistas como uma das características mais marcantes dos espaços de troca. Mas como normatizá-las? É importante destacar que essas tentativas de normatizar através da forma as atividades sociais geram os contrausos.

Retomando a conversa com Leila Erveira:

- Não existiu, então, uma conversa direta, na qual cada um dizia o que necessitava? (ANDRÉ)
- Não. Nessa época tinha só um representante geral, que dizia que tinha que ser igual para todos. Aí, nós, que estávamos nos sentindo prejudicados, começamos a nos unir. Falamos que precisávamos deste “telamento”, mas não conseguimos, porque a maioria ganhou, né? Aí, fomos, discutimos com Edmilson (prefeito na época) quando ele veio aqui. Então, ele cedeu, né? [...] Quando saiu a reforma, ele veio ver como ficou, aí dissemos: “olha, nós precisamos que seja “telado”. Ele disse: “é, mas não tem mais recurso...” Aí, dissemos: “é, mas se nós estamos precisando, então nós mesmos vamos fazer o serviço...” Foi aí que nós telamos. Pode ver que é diferenciado de todos os outros, porque, quando entregou, era tudo assim. (LEILA)

Leila, ao falar do prefeito da época e responsável pelo desenvolvimento da reforma, já demonstra um vínculo de conhecimento e personalidade, reconhecendo-o como alguém do “pedaço”. Esse prefeito, com quem pude conversar, é exaltado por muitos membros da feira como o legítimo representante deles, o único que olhou pela feira, corroborando, assim, essa proximidade a que Leila se refere.

- Ah! Eu achei que este “telamento” já era uma diferença específica por causa do produto. (ANDRÉ)
- Não, não, não. Mas, mesmo assim, isso não atende às nossas necessidades... Porque hoje a vigilância sanitária pede que nossos produtos – nós lidamos com garrafada, xaropes – fiquem em lugar com refrigeração. Então, pra nós é impossível isso, é difícil, porque é muito pouco espaço para expor. Tinha que ser feito todo esse estudo antes, porque a gente tem que ter a visão pra frente e não pra trás. Então, eles tinham que ter essa visão do nosso tipo de trabalho, porque nosso trabalho aqui do setor de ervas é diferente dos outros; nós lidamos com o lado místico, que vem dos negros, e com o lado medicinal, que vem dos índios, então é uma coisa muito diferenciada de todas as outras [...] e também ele é a cultura do Pará, este setor. Tem que ser olhado com mais carinho pelos órgãos públicos. Hoje, a Vigilância Sanitária vem e diz: “você não podem isso...” mas não só dizer que não pode, você tem que dar suporte. Como é que você vai dar o anzol e não dá a isca? Então, é isso... as pessoas e os órgãos públicos têm que ver essas nossas necessidades. Eles só dizem: “ah! vamos fazer aquilo bonitinho pra eles”, mas não vê diretamente a necessidade de cada um, porque isso aqui é diferente, é um lado especial. (LEILA)

Aqui talvez resida o grande desafio da arquitetura ao requalificar ou revitalizar esses espaços tradicionais de trocas: identificar a diferença entre o que pode ser considerado pobreza cultural e autenticidade cultural. O ofício do arquiteto, muitas vezes, torna-se mais engessado por estar, por outro lado, atrelado também às normas técnicas definidas pelos estados e seus vários órgãos fiscalizadores, como, a vigilância sanitária, citada por Leila. As normas são comuns para todos e não levam em consideração as especificidades culturais de determinadas atividades populares.

- E essa lona, ela atende? Parece que está rasgando... (ANDRÉ)
- É porque ela foi pra nove anos, e já deu, né? Já tá fora do prazo (referindo-se à validade da lona). Outra coisa, o prefeito não manda limpar, a gente é que se une e manda limpar. Isso aqui, assim, olha! (mostra os rasgos de ventilação das lonas), eles não viram também. Quando chove, o povo de lá é o mais prejudicado, isso molha tudo. Aí esses buracos aqui a gente tem que jogar papelão, se cobrir, porque molha tudo. Quem tá aqui de visitante, na época de inverno, tá na chuva. A gente se une aqui, compra um plástico, aí faz um entorno como aquele ali [...] faz

tipo uma calha. Porque o caso é o seguinte, pegam pessoas que não têm a ideia de como é a situação aqui. Não vivem aqui e não sabem as necessidades. Eu acho assim: antes de fazer, você tem que vir, estudar, conversar com as pessoas para saber como é – olha, como é que vocês acham? Isso aqui é muito quente, aqui tem muitas pessoas de idade e isso mexe com a pressão. (LEILA)

- A lona esquenta, então? (ANDRÉ)
- Muito, agora não, que a maré tá enchendo, mas se você vier uma hora, tipo 9h, 10h, morre aqui! (LEILA)

O relato de Leila sobre as lonas tencionadas nos traz várias temáticas que nos mostram um distanciamento entre arquitetos e feirantes, numa visão mais ampliada entre arquitetura e sociedade. Primeiro, Leila nos relata falhas no material principal, as lonas tencionadas, que marcam a tão desejada unidade do projeto, voltando ao que já vimos em relação a uma suposta arquitetura “típica-ideal”, que cria uma organização pela unidade visual em detrimento do fragmentário. Depois, Leila voltou a referir-se a “eles” em tom acusatório, e aí me ocorreram os vários distanciamentos colocados. Este “outro” a que Leila se referia podia corresponder ao fato de o grupo de arquitetos responsável pelo projeto ser formado por arquitetos cariocas, escolhidos por um concurso público nacional. Em segundo lugar, Leila poderia estar se referindo a este “outro” pela falta de envolvimento, ou mesmo a uma relação de pessoalidade e de interação, que não se estabeleceu durante o projeto. Esse “outro” continua sendo de fora do “pedaço”, seguindo as teorias de Magnani (2003). É importante destacar que a própria Leila oferece-nos pistas para o que se deseja.

Leila ainda nos coloca diante da constatação de que a tal reforma tenha melhorado muito o local a as condições de trabalho dos feirantes; a reforma poderia ter tido resultados muito melhores se os projetistas tivessem levado em consideração suas reivindicações, baseadas na vivência e nas especificidades de suas atividades culturais.

Aqui, percebemos que ainda que muita coisa tenha mudado da década de 1950 aos anos 2000, uma relação etnocêntrica parece pairar sobre o ofício do arquiteto, reafirmando, então, como um traço da formação do arquiteto, a permanência das tais “crises de niilismo e utópicos futurismos salvadores da pátria”. (SANTOS, 1980, p.44)

Corroboramos que, nas transformações das feiras livres pesquisadas nesta tese, os projetistas responsáveis ainda parecem acreditar que, mesmo nos espaços sociais mais mutantes, a arquitetura nasce de um traço. “E quando ele é bonito e cria surpresa, ela pode atingir, sendo bem conduzida, o nível superior de uma obra de arte” (NIEMEYER, 2001, p.9).

NOVOS CAMINHOS, O CASO DE SÃO JOAQUIM

A feira de São Joaquim, quando visitada por mim, em dezembro de 2010, já estava prestes a iniciar as obras de requalificação de todas as suas dependências. Encontrava-se em fase de desenvolvimento final o galpão e os espaços existentes no terreno ao lado da feira, para onde serão transferidos, provisoriamente, uma parte dos feirantes, para que se inicie as obras. Isso porque, para que a feira continue funcionando durante as obras, o projeto foi dividido em sete etapas (cada uma referente a uma parte do terreno), onde os feirantes vão sendo alternadamente transferidos e, depois de pronta a obra, retornam ao local. Esse processo de transformação por que vai passar a feira foi articulado de forma diferente das outras aqui citadas. A proposta do projeto partiu do estado e é de responsabilidade da Secretaria de Cultura, mostrando assim os novos olhares que se estabelecem para as feiras a partir da ideia de patrimônio imaterial estabelecida pelo IPHAN. Dessa forma, Naia Alban, a arquiteta que coordenou todo o projeto, relatou, em sua entrevista concedida para esta tese, como as relações políticas iniciaram este grande projeto de transformação que será implementado,

- Existia uma vontade política, do secretário de Cultura, de requalificar a feira. Nas três esferas de poder, o estado era quem menos tinha envolvimento com a feira, porque o seu local é federal e o seu domínio, municipal, pela questão do abastecimento e tudo mais. Só que aí entrou um dado, a sinalização pelo IPHAN de transformar a feira em um bem imaterial, por conta de Caruaru. Acho que já vem desde 2000, né? É um pensamento antigo, mas ele ganha forma de lei em 2000. [...] São Joaquim percebe isso e começa a articular esta questão da imaterialidade. Com isso, a Secretaria de Cultura, que havia começado (o projeto) há quatro anos [...] É pela Secretaria de Cultura que é feito e executado todo projeto. Exatamente por isso, porque aí... cultura, por ser imaterial, ele (o secretário de cultura) assume e levanta essa bandeira, junto com uma ação que já vinha acontecendo. Em 2004, teve um manifesto da feira, uma discussão ampla sobre a feira de São Joaquim, do qual participaram políticos que sempre atuam na feira e tudo mais (ALBAN)

O vínculo com a Secretaria de Cultura já apontava que tal projeto deveria ter uma mirada diferente, e, como exigência inicial, colocava-se o fato de que o que se tinha a preservar já existia, ainda que na suposta esfera do “patrimônio imaterial”. Dessa forma, o programa da transformação de São Joaquim passou a valorizar a gestão do espaço e não as transformações físicas como prioridade do desenvolvimento. O programa, então, dividia-se em três esferas de interesse: a gestão, o físico e a sustentabilidade.

- Também decidimos que não seria um projeto; o problema da feira não era uma questão física, mas de gestão. A gestão era o carro-chefe. E ela estaria associada ao físico. A gente tinha uma linha de pensamento que era a gestão, uma segunda linha que era o físico e a sustentabilidade, juntando todas essas questões à vigilância sanitária, tínhamos a questão cultural, porque estamos trabalhando dentro da Secretaria de Cultura [...] Toda atuação foi estruturada dentro do viés arquitetônico (físico), de gestão e do produto sociocultural. (ALBAN)

Naia declarou a dificuldade de se implementar o projeto de gestão, já que, segundo a arquiteta, implementar gestão não cria o efeito esperado pelos políticos

- Claro que o físico é o que mais encanta o político, porque é ele que vai trazer a imagem, a coisa... E a gestão, o que na verdade era o que a gente sempre determinou como sendo o principal do processo, ficou meio... Até porque era o mais complicado de resolver. (ALBAN)

Voltamos assim a uma importante questão vinculada a esses processos de transformação pelos quais vêm passando feiras tradicionais brasileiras. Os gestores do espaço, responsáveis políticos pela implantação de melhorias e valorização desses locais, se interessam, sobretudo, pelas transformações físicas que vão definir a imagem do lugar. E para que tenha um efeito satisfatório, essa imagem deve estar espetacularmente desenvolvida, de forma que sustente um discurso no qual a técnica e a cultura estejam valorizadas, a exemplo do que constatamos no CLGTN.⁶⁵ O que pode ser visto como uma contradição é o patrimônio imaterial, se pensarmos na busca por sua valorização.

⁶⁵Ver: CARDOSO, 2006.

Aqui, se apresenta o novo caminho, que distingue o projeto de requalificação de São Joaquim de outros pesquisados. Essa relação está exatamente na aceitação e reconhecimento das características físicas da feira. “O projeto estabelece como premissa a preservação das características físicas da Feira de São Joaquim, que constituem o suporte da sua diversidade”. (CALVO, 2010, p. 26) Assim, esta proposta tornou-se inovadora, na medida em que aceita o existente e cria valorizações e infra-estruturas para que essas construções e espaço possam funcionar com qualidade e higiene.

Partindo deste princípio e tendo em vista a melhoria na estrutura e circulação da feira, a negociação encontrada foi garantir o mesmo espaço que tem hoje o feirante, segundo Alban. Ou seja, os feirantes que por algum motivo (como ampliação ou abertura de novas vias de circulação) necessitassem ser realocados, teriam seu espaço físico garantido dentro da feira, ocupando a mesma metragem de que hoje dispõem: “se têm 7 m², vai continuar com 7 m²; se tem 20 m², vai continuar com 20 m²”. (Alban)

Podemos destacar como outra importante questão o entendimento de como é formulado e implementado os processos de diálogo entre arquitetos e feirantes. Passa-se, assim, ao que se convencionou chamar de reformas participativas. Esse processo de participação se configurou de forma similar em todas as transformações aqui analisadas e vem sendo usado como modelo em muitos processos de transformação urbana em espaço de interesse popular. Criam-se reuniões em que os projetos são apresentados e discutidos por todos os interessados e seus representantes.

Em alguns casos, como o do CLGTN, essas grandes reuniões também eram feitas com objetivo de “capacitar” os feirantes, transformando-os em pequenos empresários potenciais, por empresas como SEBRAE, SESC etc. Destacamos, então, o modelo usado em Salvador, para discutirmos algumas questões. Segundo informou Alban, foram criadas na capital baiana os “Marcos”, reuniões gerais das quais todos eram convidados a participar. Perguntei à Naia se os feirantes tinham participado, de fato, nas novas propostas arquitetônicas para o espaço.

- Foi um processo participativo? Foi, mas, na média,, conseguimos a participação de 100 deles, o que no universo de 5 mil é quase nada. [...] A gente fez várias reuniões com setores da feira [...] Uma descrença absoluta pela sua reforma. (NAIA ALBAN)

O discurso de Alban mostra que, em muitos casos, essas grandes reuniões que,

no exemplo da feira de São Joaquim, foram feitas em locais fora da feira, acabavam por se distanciar das pessoas. Os feirantes, já fragilizados pelas desesperanças de vários anos de promessas, nem mesmo participavam para discutir as transformações por que passariam seus espaços de mercar. Tal fato acabava por valorizar e fortalecer as representações mais politizadas e economicamente mais estruturadas da feira. Ainda que reconhecêssemos a importância dessa submissão pública, fortalece-se aqui a importância de uma mirada etnográfica, para que o arquiteto consiga em campo colher informações que o capacitem na transcrição de um projeto possível de ser lido, tanto aos olhos dos feirantes quanto aos olhos dos próprios arquitetos e empreendedores do projeto.

Naia nos daria base para levantarmos mais uma questão importante sobre o espaço das feiras e os processos de transformação, que seriam as exigências feitas pelo órgão vinculado à saúde pública. Sabemos que ao longo da História do Brasil, importantes mudanças que revolucionaram os espaços públicos estão vinculadas às históricas políticas sanitaristas. Reformas que se embasavam, sobretudo, nas regras higienistas e que acabaram por extirpar ou mudar espaços e contextos tradicionais da cidade. Destacamos as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro como uma das grandes revoluções na história da cidade na virada do século XIX para o XX, chegando inclusive a criar argumentos higienistas, como vimos em Mascarenhas (2006), para os “mercados e feiras livres”. Ainda que destaquemos as grandes validades de melhoria de qualidade e valorização higiênica da cidade, fatos históricos mostram que muitas reformas que eram implantadas sobre esta justificativa, muitas vezes camuflavam interesses outros. Principalmente vinculados aos interesses especulativos dos espaços, que eram, na maioria das vezes, reapropriados pelo Estado.

Assim, quando chegamos hoje às reformas pelas quais vêm passando essas feiras tradicionais, os arquitetos também se deparam com a rigidez e a falta de maleabilidade por que são definidos esses preceitos sanitaristas. Dessa forma, a rigidez das leis estabelecidas pela vigilância sanitária contribui para a descaracterização e, muitas vezes, extinção de práticas socioculturais. É claro que concordamos que devem ocorrer políticas de higienização, o problema é que a falta de uma análise mais efetiva sobre a produção desses espaços acaba por descaracterizá-los, sem soluções efetivas para os problemas, os usos, ao invés de contribuir com melhorias. Podemos perceber essa questão no discurso de Alban

– (...) vinham todas as questões de higiene mesmo. Então, assim a vigilância sani-

tária batia o pé, não pode... E na verdade a legislação da vigilância sanitária é algo que tem de ser revisto, e muito, no quesito feira. Por que toda carne deve ser industrializada? Eu digo, minha amiga, feira é você ter em casa um galinheiro, matar as galinhas e vir vender na feira. Então, essa é a origem da feira, e você quer dizer que todo mundo que tem a galinha no quintal vai ter que ter um selo de qualidade, de reconhecimento?... Isso não existe. Isso foi algo muito trabalhado, discutido, e a gente conseguiu algumas flexibilidades, mas outras... não teve negociação. Então não pode ter cabeça de boi exposta [...] vem uma imposição que ela tem um rigor. Você até entende a lógica dela, mas não dá para ser uma lógica tão obtusa. (ALBAN)

Em uma última análise, vemos a impossibilidade cada vez maior do projetista diante dos poderes políticos quando os interesses são conflitantes. Afirmando assim, ao que Arantes decretou como: “nem arquitetura, nem urbanismo”, definindo o que ela mesma chamou de “urbanismo em fim de linha”.

No entanto, estou cada vez mais convencida de que uma simples revista das obras dos principais personagens do atual *star system* arquitetônico demonstraria que não é mais de arquitetura que se trata. É por isso que o leitor não encontrará mais neste livro uma análise de arquitetura propriamente dita. Cultura e economia estão de tal modo entrelaçadas na atitude projetual de hoje, tornando tão chapado o caráter afirmativo das obras, que nem mesmo em ideologia se pode mais falar, como era o caso da crítica de Tafuri à utopia moderna do plano. Tampouco se poderia falar em urbanismo quando já não é mais possível distinguir o planejamento do empreendedor. Enfim, “nem arquiteturas, nem cidades”. (ARANTES, 2001, p. 13)

Essa questão pode ser mais bem entendida quando vemos, nas informações de Alban, os conflitos e interesses políticos envolvidos na requalificação da Feira de São Joaquim. Primeiro, o projeto que começa por iniciativa política do secretário de Cultura do estado, que foi responsável por todo o projeto, foi parar, por uma jogada política, nas mãos do secretário de Turismo, que é hoje a responsável pelo desenvolvimento do projeto. Aqui, varias questões formais do projeto são revisadas para que este esteja articulado e atenda às demandas desta secretaria, que é o turismo, mudando o foco anterior, que era na cultura.

- E aí estamos nesse projeto executivo. O secretário de Turismo sabiamente vai e consegue um recurso da bancada federal e garante pra feira 32 milhões. Aí, começaram nossos problemas, porque primeiro sai o recorte e deixa de ser cultura, passando a ser turismo. Aí vai da cabeça do Secretário o que é turismo pra ele, o que é a feira pra ele, a importância... É curioso pegar os textos, esses textos dos anos anteriores, que assim todo mundo diz manter a cultura. Tudo vai ser mantido, mas aqui eu vou raspar e fazer a torre do camarão, a torre não sei o que... a torre dos empresários... aí, vem o secretário e diz: “ah! mas eu não gosto dessa passarela, eu não gosto que a feira seja fechada no fundo, eu não gosto que isso esteja aqui, eu não gosto disso, eu não gosto daquilo”. (ALBAN)

Os problemas aumentaram muito, segundo Alban, em função dos vários cortes sofridos pelo projeto, que era inicialmente orçado em 80 milhões e teve que se ajustar aos 32 milhões conseguidos pela Secretaria de Turismo. E, ainda assim, algumas exigências novas por parte do secretário de Turismo deveriam ser atendidas. Exigências que se conflitavam claramente com a ideia inicial de legitimar um espaço por seu valor cultural.

- Além de ajustar o projeto de 80 milhões para 32 milhões, a gente teria que fazer os gostos do novo secretário, que era muito mais exigente que o de Cultura. E um secretário que trabalha com pensamento CVC (empresa de turismo que domina o mercado baiano), chegou um momento que ele disse: “não! Mas meu ônibus CVC vai ter que entrar por aqui, fazer a volta e sair.” Então, era nesse nível o diálogo com o secretário. Quebramos o cacete! O secretário de Cultura apoiou, é claro, porque está brigado com o de Turismo. Aí, a gente concluiu como projeto de cultura, entregou o projeto ao MINC e ficamos um pouco ajudando de uma certa maneira a transição de uma coisa pra outra... várias reuniões com secretário daqui, dali, pra convencer... discutir com governador, mostrar o projeto, discutir a importância... aí os ajustes de orçamento e, de cara, a gente tira a passarela. (ALBAN)

A passarela, a qual se refere Naia Alban, foi um dos elementos planejados como via de circulação alternativa que contribuiria para distribuição de fluxos em toda feira. O projeto previa, então, a construção dessa passarela, que teria início na rua em frente à feira e percorreria grande parte do perímetro da mesma, priorizando o fluxo para áreas menos acessíveis pelas vias internas da Feira de São Joaquim. Esse elemento tinha como principal

objetivo oxigenar espaços que hoje são ocupados por depósitos, ficando, assim, sem movimento de público.

Aqui, vemos alguns conflitos que já se estabelecem mesmo antes do início efetivo das transformações por que vai, ou melhor, por que já está passando a Feira de São Joaquim. As figuras do arquiteto, dos políticos, dos representantes dos feirantes e dos próprios feirantes podem ser vistas e percebidas num embate sobre as várias camadas de interesse que se sobrepõem. Cada um dos agentes dessa transformação acaba por especular para que os projetos atendam a seus próprios interesses. Vemos, como nos alerta Canclini, que, ao se estabelecer um uso popular do espaço, como as festas, nascem como celebrações populares, mas várias relações de poder logo ali se articulam, muitos interesses se sobrepõem, desde o carregador de mercadorias até os governantes. Todas as camadas.

(...) pensemos em uma comemoração popular, como podem ser o Dia de Finados, o Carnaval, em vários países latino-americanos. Nasceram como celebrações comunitárias, mas logo começaram a chegar os turistas, depois, os fotógrafos de jornais, o rádio, a televisão e mais turistas. Os organizadores locais montaram barracas para venda de bebidas, do artesanato que sempre produziram, souvenirs que inventam para aproveitar a visita de tanta gente. Além disso, cobram da mídia para permitir que fotografem e filmem. Onde reside o poder? Nos meios massivos, artesanato ou souvenirs, nos turistas e espectadores dos meios de comunicação que se deixassem de se interessar desmoronaria todo o processo? Claro que as relações não costumam ser igualitárias, mas é evidente que o poder e a construção do acontecimento são resultados de um tecido complexo (grifo meu) e descentralizado de tradições reformuladas e intercâmbios modernos, de múltiplos agentes que se combinam. (CANCLINI, 2000, p.262)

Hoje, em janeiro de 2011, o secretário de Cultura foi substituído, o controle por parte da arquiteta responsável está ainda mais enfraquecido e o projeto que será implementado já não se sabe ao certo qual será.



Figura 122 e 123: Novo espaço destinado a receber os feirantes durante as obras de requalificação da Feira de São Joaquim. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).



Figura 124, 125 e 126: Vistas internas do galpão dividido em boxes e novo modelo, em ferro, da banca móvel que será usado na feira requalificada. Feira São Joaquim – Salvador. (Fotos: André Carvalho, novembro de 2010).



Dia 25 de janeiro de 2011, uma nota no jornal O Globo divulgou que a prefeitura do Rio de Janeiro, na figura do atual prefeito Eduardo Paes, lançaria, ainda naquela semana, um “pacotão de obras do Centro de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão. São R\$ 11 milhões aplicados na reforma, que prevê a troca das famigeradas lonas azuis pelas cor de barro, numa referência as obras do Mestre Vitalino” (Guimarães, 2011). O “pacotão” se confirmou na mesma semana em uma manchete do mesmo jornal do dia 29 de janeiro. Nesta, pudemos ver as imagens do evento no qual as reformas foram anunciadas. Na imagem principal, tínhamos o Prefeito Eduardo Paes, com chapéu de vaqueiro e vestido com o boi, “incorporando a tradição folclórica do bumba meu boi”, como informava a reportagem.

A conclusão desta tese é, assim, iniciada pela atualização, através desta notícia, que nos revela o quanto o tema está em evidência e como estes espaços continuam sendo usados como bandeiras políticas. Políticos que cada vez mais atrelam sua imagem e o marketing das cidades a estes processos de requalificação dos espaços populares. Podemos assim observar lado a lado as relações especulativas definidoras do projeto do CLGTN, inaugurado em 2003, sendo retomadas em 2011. Em 2003, na inauguração deste mesmo CLGTN o então prefeito Cesar Maia posava para fotos ao lado da estátua de bronze em tamanho natural do cantor e compositor nordestino, Luiz Gonzaga, e tinha ao fundo as muralhas reformadas da arquitetura de 1958 do arquiteto Sérgio Rodrigues.

Chegamos, então, ao entendimento de que as reformas das feiras são sintomas de uma pós-modernidade⁶⁶ que valoriza a liberdade do “mestre construtor” nos termos de Hal Foster (2004). Para este autor, a arquitetura de Frank Gehry evoca um objeto escultórico já que “a afirmação de que Gehry é sensível ao contexto não se sustenta” (Foster, 2004, p.39). As transformações das feiras ao ar livre em mercados populares contemporâneos podem sofrer da mesma espetacularização. Mas, que “foros de compromissos cívicos”, afirma Foster sobre a arquitetura de Gehry, “seus centros culturais aparecem como sedes

⁶⁶ Muitas práticas turísticas até mesmo no passado prefiguram algumas das características pós-modernas... Devido à importância do visual e do olhar, o turismo sempre se preocupou com o espetáculo e com práticas culturais que, em parte, implodem uma nas outras (URRY, 1996, p.122).



Figura 127: O Prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, e a irmã de Luiz Gonzaga. Em frente ao CLGTN, uma estátua de bronze do Rei do Baião funcionava como cenário para fotografias, que o prefeito fazia questão de tirar.

(Foto: André Carvalho. Dia 20/09/2003).



Figura 128: O Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, fantasiado no bumba meu boi no palco do CLGTN. Pousando feliz para os jornais. (Foto: Jornal O Globo, Dia 29/01/2011).

de uma espetacularidade espetacular, de sujeição turística” (Foster, 2004, p.41). Vemos a valorização folclórica, a domesticação da cultura popular e a soberania da forma, caracterizando esses projetos pós-modernos.

“[...] o Caesar’s Palace, em Las Vegas, ou a Disneylândia são ícones desta arquitetura, que comemora orgulhosamente a vulgaridade comercial [...] É uma arquitetura de superfícies e aparências, de jocosidade e pastiche” (URRY, 1996, p.164).

De qualquer forma, todo este processo de estetização dos espaços populares de troca são cíclicos. E tais tentativas são sempre subvertidas pela vida, pelas relações sociais que se impõem, pelas ressignificações dos espaços que são novamente transformados em lugares, como vimos no capítulo IV, dessa tese. Nestas reformas destoantes, a arquitetura parece sempre se impor como imagem escultórica, mais do que como soluções sensíveis aos problemas encontrados. Com isso, há sempre um conflito entre forma e vida. Vemos, cada vez mais, as reformas que se sucedem em transformações onde “tudo parece que era ainda construção e já é ruína”, como na canção de Veloso. As ruínas formadas por projetos desafiados pelo dia a dia, pela atualização dos eventos, pela perecibilidade natural dos materiais, por adaptações forçadas em contrausos. São modernas arquiteturas high tech repetidamente transformadas em precárias e insalubres lonas sujas e rasgadas, aguardando o próximo político disposto a criar uma nova arquitetura para se promover. Canclini expõe de forma clara essas relações que são bem características das cidades modernas,

Ser culto em uma cidade moderna consiste em saber distinguir entre o que se compra para usar, o que se rememora e o que se goza simbolicamente. Requer viver o sistema social de forma compartimentada. Contudo, a vida transgride a cada momento esta ordem. No movimento de cidade os interesses mercantis cruzam-se com históricos estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica são encenações dos conflitos entre forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular pra sobreviver” (CANCLINI, 2000, p.301).

Esta transgressão da vida corrobora a afirmação de Jeudy (2002) que “a cidade não é museu”. Serpa nos revela que “o poder exagerado da estética vai culminar em uma negação da ética de uma cidade. Assim, com o tempo, o patrimônio ‘reiventado’ para o consumo turístico acaba recuperando sua historicidade perdida” (2009 p.109).

A arquitetura pós-moderna de Venturi (2003), em “Aprendendo com Las Vegas”, nos diria que são “patos” as “minimegaestruturas”, como as lonas de tenso estruturas do CLGTN. Esta arquitetura serve, então, como cenário destas imagens que propagam os novos espaços de turismo e consumo. A cobertura não é mais funcional, mas o chapéu de Luiz Gonzaga. A cor vem de referência ao barro, à terra nordestina, ao couro.

Verificamos, então, estas características que destacam a cidade-imagem ou estas transformações, vinculadas aos processos sócio-políticos e econômicos. Assim, Berque nos alerta que:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, aprendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determinada em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc. (BERQUE, 2004, p.86).

Se a paisagem é “marca” e “matriz” ela - assim como a arquitetura - transforma e é transformada pelo uso, pela sociedade. Neste caso, não existe uma via de mão única, pois nesse “território” todos contaminam e são contaminados.

O “conto do urubu” que nos servira como exemplo emblemático, atribui ao lugar os significados da tradição, não só da imagem, mas da autoimagem, onde a população constrói o que quer mostrar como identidade. Toda identidade, sabemos, é construída. O Patrimônio, aqui, congrega das crenças de uma paisagem que se tornara característica, emblemática, cartão-postal. Como na fala citada por Naia Alban, sabe-se da insalubridade de determinadas práticas, mas há que se chegar ao meio-termo e não aniquilá-las completamente. A carne refrigerada sempre será interpretada como menos “fresca”, para os feirantes e consumidores. O que fazer com isso? Formalizar na arquitetura e nas regras higienísticas lugares que ultrapassam as fronteiras formais?

O distanciamento entre arquitetura e sociedade, minimizado por tantos movimentos arquitetônicos, ainda pendula entre a criação artística, libertária, do arquiteto-deseñista e as maneiras de se resolver problemas, como a citada salubridade, a circulação, a mobilidade. Curioso perceber que Le Corbusier já anunciava que a forma seguiria

a função, mas o desafio é fazer da função algo reduzido a uma quantidade limitada de exigências. Por isso, construir barracas para vender ervas numa feira que começa às 5h e termina às 7h não faz sentido. Como pensar numa arquitetura nômade, móvel, e, incluindo a temporalidade, efêmera a ponto de acompanhar a agilidade do evento? São arquiteturas-lugares as superfícies de contato que vimos nos painéis de Belém, na Feira do Açá e na Feira do Troca, em Juazeiro do Norte. Para quê arquitetura? poderíamos questionar.

O fato é que para entender e se hibridizar com tantas correntes de cultura, a arquitetura, inevitavelmente, será desafiada na sua perenidade, no desenho que sai das criações de gabinete, nas linhas dos programas de computador para a mobilidade da “vida nua”, nos termos de Agamben (1998). Para este filósofo atual, o poder soberano do Estado sempre mantém uma crise com o as práticas na *polis*, lançando a pergunta: “De que modo a vida nua habita a *polis*?” (AGAMBEN, 1998, p.17). Aqui, podemos nos questionar, acrescido a esta observação: de que modo a arquitetura se relaciona com esta “vida nua”, que se processa com problemas renovados no dia a dia, na prática cotidiana, e não no desenho de uma forma duradoura, pretendendo a eternidade.

Outro dado destacado nesta Tese é a circulação. A agilidade do mundo, o nomadismo cada vez maior do sentido territorial, onde o comércio pode ser feito sem sair de casa, depois do advento da internet. Analisada por Marc Augé, esta mobilidade coloca para a arquitetura uma das crises empreendidas pela modernidade que se torna muito explícita ao analisarmos as feiras ao ar livre:

A urbanização do mundo é um fenômeno que um demógrafo pôde comparar à passagem para a agricultura, ou seja, à passagem do nomadismo caçador ao sedentarismo. No entanto, seu paradoxo é que é um fenômeno que não corresponde a um novo sedentarismo, mas antes, a novas formas de mobilidade. (Augé, 2010, p. 29)

Portanto, como será constituída a observação deste arquiteto do mundo da mobilidade? Um “antropoteto”, como vimos na Tese? Procurei perceber e adensar discussões que me levaram a aproximar arquitetura e etnografia, justamente, para perceber este mundo em movimento. Chove quase todo dia em Belém, uma chuva passageira. Perceber a relação de uma população com este fator climático é estar atento às vicissitudes atualizadas a cada dia. As lonas das barracas do Ver-o-peso devem, com isso, tanto proteger feirantes das águas, quanto prever o calor abrasivo que, logo em seguida, assola o interior das barracas, resultante da queda d’água no chão quente. Ao mesmo tempo, o escoamento deve ser rápido para evitar enchentes. E a chuva

transfigura-se em poesia, nos postais, nas canções, na subjetividade, como ao olharmos as paisagens depois da chuva nas pinturas de Van Gogh. Sim, é diante da subjetividade que a arquitetura deve trilhar soluções.

Esta subjetividade é dual, nas feiras, ou, seja, é intersubjetiva. Na relação entre feirantes e usuários uma arquitetura se dá. Para tanto, a materialidade, muitas vezes, como percebido no trabalho de campo, apresenta-se reduzida a superfícies de contato. Ou seja, para um atento antropoteto a imagem da arquitetura nas feiras cria o desafio de entender superfícies como lonas, carrinhos de mão, e o próprio corpo dos sujeitos que seguram relógios, celulares, por exemplo, para comercialização direta, como na feira do troca.

Uma questão torna a nos instigar: e a forma? O que fazer com a forma? E as tipologias que aprendemos nas faculdades de arquitetura? As medidas de Neufert, nascido em 1900. É possível criar tipologias que durem mais de um século? Ao mesmo tempo, nem estamos tratando das particularidades geográficas. O que vale para a Alemanha, vale para o Brasil? É esta suposta ordem mundial que se tornou a grande crise. As feiras no Brasil tratam, muitas vezes, de mundos antes periféricos, assumidos, domesticados, apropriados pela vida soberana, como nos termos de Agamben.

A hipótese dessa tese sustenta-se quando as pesquisas de campo nos levaram ao entendimento de que é na “interação entre sistema de objetos e sistema de ação” (SANTOS, 2009, p.42), animados pelo evento, que encontramos as arquiteturas nas feiras livres. Confirmando que esta arquitetura, assim como o “espaço” em Santos “é um misto, um híbrido, um composto de forma-conteúdo” (2009, p.42). Este composto “forma-conteúdo” que Lefebvre também apresenta como indissociáveis,

A forma se separa do conteúdo, ou antes, dos conteúdos. Assim libertada, ela emerge pura e transparente: inteligível. E tanto mais inteligível quanto mais decantada estiver de conteúdos, quanto mais “pura” estiver. Mas aqui surge o paradoxo. Assim e então, na sua pureza, ela não tem existência. Não é real, não existe. Separando-se do conteúdo, a forma se separa do concreto. (LEFEBVRE 2001, p.87).

Assim, percebe-se a pertinência de tratá-las, as feiras, como patrimônios de natureza imaterial. Não estou afirmando, com isso, que não exista uma importante base material para que esta imaterialidade se dê, mas “na sua pureza, ela não tem existência”, como afirmara Lefebvre. Na feira, essas superfícies materiais podem ser, e muitas vezes são, objetos banais que necessitam das imaterialidades da vida e das performances do

evento para serem “transfiguradas”, tornando-se, a partir daí, aquilo que podemos entender como arquiteturas nas feiras ao ar livre.

Por fim, aprender com a cultura popular não retira o arquiteto de seu *status* na alta cultura. Mas pode alterar a alta cultura para torná-la mais sensível às necessidades e questões atuais. Uma vez que a alta cultura e seus cultores (do último tipo vigente) são poderosos na renovação urbana e em outros círculos do establishment, achamos que a arquitetura do povo tal como povo a deseja (e não aquela que algum arquiteto decida que o Homem precisa) não tem muita chance contra a renovação urbana, até que ela entre na academia e, portanto, se torne aceitável para os que tomam as decisões [...] (2003, p. 200 e 201)

Venturi nos traz nesta declaração um material importante para entendermos as questões sociais que se colocam nas feiras livres estudadas. Em primeiro lugar, diferente do que diz Venturi, não se trata mais de uma divisão entre alta e baixa cultura, tampouco de uma entrada na academia e uma aceitação dos que tomam as decisões. Entender o espaço social requer uma arquitetura que esteja aberta a aceitar o outro como co-autor da obra. Uma arquitetura que aceite ser, antes da obra em si, uma superfície de contato para que a vida possa animá-la.

As feiras livres nos apresentam suas arquiteturas-lugares quando procuramos, despidos de nossas “crises de niilismo”, compreender as construções daqueles espaços. Neste sentido, essa pesquisa identifica como ponto fundamental a ampliação de uma postura profissional. Assim, nós, arquitetos, podemos enveredar, nas feiras livres, a partir de uma mirada etnográfica.

A partir do entendimento que as arquiteturas nas feiras caracterizam-se por sua dimensão imaterial, vinculando interrelações, usos, contrastos, eventos, podemos afirmar que na análise de uma feira livre, estamos refazendo a idéia de arquitetura. Suas características transitórias nos fazem considerar que o entendimento sobre tais estruturas deve rever as características de permanência e tipologias.

Assim, é possível verificar nas feiras que os objetos só se tornam arquiteturas mediante as práticas sociais que lhe exprimem sentido. A arquitetura das feiras caracteriza-se por esta imbricação forma-conteúdo, criando um terceiro lugar, um limiar que acaba por defini-la como uma arquitetura “viva”.

Nas feiras livres pesquisadas, eu estava lá, algumas vezes “antropoteto” e outras vezes um comprador de ervas, outras como turista aprendiz, outras ainda rememorando

minhas feiras do subúrbio, onde me criei. Independente dos papéis que eu estava desempenhando, em todas elas fui um construtor de arquiteturas nas relações intersubjetivas que desempenhei. Se tal arquitetura é construída no evento, fui co-autor em cada visita, arquiteto de intersubjetividades. Ao comprar farinhas, cerâmicas, dendês, no momento da troca, pude exercer minha profissão, perfazendo ou desmanchando cenas, situações, arquiteturas, por fim.

- ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **O poder soberano e a vida nua**. Lisboa: Editora Presença, 1998.
- ANDRADE, Mario de. **O Turista Aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos: guia de ruas e mistérios**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. pp. 7 – 74.
- _____. **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. – 2. ed ver. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- ARGAN, Giulio Carlos. **Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- _____. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção a)
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**, São Paulo: Papirus, 1994.
- _____. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL – UNESP, 2010.
- BAHAMÓN, Alejandro. **Arquitetura Efêmera Têxtil**. Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BARRETO, Lima. **Feiras e Mafuás**. São Paulo: Editra Mérito, 1953.
- BARTH, Frederik **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**, Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- _____. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira & ZEIN, Rute Verde. **Brasi: Arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidad**. Buenos Aires: Losada, 2005.
- _____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

- BELSHAW, Cyril S. Troca Tradicional e Mercado Moderno: Modernização de Sociedade Tradicionais.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- _____. **A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Coleção Debates)
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In CORREA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. pp. 84 – 91. (Coleção Geografia cultural)
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. **Os Jogos das Trocas: Civilização material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BOLÉO, Maria do Rosário P. (Tradução Portuguesa). **Teoria da Arquitetura: do Renascimento até aos nossos dias**. Lisboa: TASCHEN, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BOURRIAUD, Nicolas. **Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo**. São Paulo: Martins, 2009. (Coleção todas as Artes).
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CALVO, Yoanny Rodríguez. **Físico – Feira e sua relação com a cidade**. In Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim: referencia de memória, cultura e resistência.
- CAMPOS, Marcelo. **A feira livre, em Carybé, como construção de identidade**. In ZOLADZ, Rosza W. Vel (Org.). **Cadernos de Pós-Graduação 4 - Arte, Etnografia e Cidade**. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 1998, pp. 51 – 58.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **A produção simbólica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- _____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- _____. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CANEVACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993
- _____. **Sincretismos, uma exploração das hibridações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

- CARDOSO, André L. C. **Arquitetura Encapsulando a Informalidade**: da Feira dos Paraíbas ao Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CARYBÉ & Eduardo, Carlos. **Rampa do Mercado**. Salvador: Livraria Turista, 1951.
- CARYBÉ. **As Sete portas da Bahia**. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes do fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.
- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- _____. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Coleção estudos, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.
- _____. **Patrimônio e Mundialização**. Évora: Casa do Sul Edições, 2005.
- CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- _____. **Itinerários transculturales**. España: Editorial Gedisa, 2008.
- CORBUSIER, Le.
- CORREA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In CORREA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. pp. 9 – 42. (Coleção Geografia cultural)
- COSTA, Lucio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- COSTA, Rui Carlos. Estruturas triangulares na investigação em design: convergência na dispersão. In PEREIRA, F. J. e MIGUEL, Leal (org.). **MONO1: MONOdisperso**. Porto: Editora FBAUP – Universidade do Porto, 2007.

- COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- _____ **La Etnometodología**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2005.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo, Contexto, 2002, pp.107-119.
- CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Pedro Paulo Thiago de. Saara: Reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca. Disponível em: <http://lemetro5.blogspot.com/2005/08/saara-reinventando-etnicidades-e.html>. Acessado em 15 de março de 2009.
- CUNHA, Neiva Vieira da. Viagem, Experiência e Memória: Narrativas de Profissionais da Saúde Pública do anos 30. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/pesquisadores/Neiva%20Vieira%20da%20Cunha/texto_neiva2-viagemexperiencia.pdf. Acessado em 02 de janeiro de 2010.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2º ed. Rio de Janeiro: Minc./IPHAN,2000.
- DANTO, Arthur C. **Después del fin del arte: el arte contemporáneo y el linde de la historia**. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- _____ **La Madonna del futuro: Ensayos em um mundo Del arte plural**. Barcelona: PAIDÓS, 2003.
- _____ **A transfiguração do lugar-comum: uma filosofia da arte**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). **Projeto do Lugar: Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5**. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DUARTE, Cristiane Rose. **Intervention Publique et Dynamique Sociale dans la Production d'un Nouvel Espace de Pauvreté Urbaine: Vila Pinheiros, à Rio de Janeiro**. [tese de doutorado] Université Paris-I Sorbonne1, 1993.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- ECO, Umberto. **Obra Aberta: Forma e Indeterminação nas Poéticas Cantemporâneas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- _____ **Como se Faz uma Tese** (18ª edição – 1ª reimpressão). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

- ELIAS, Norbert. **O Processo** Civilizador: Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- FERRETTI, Sergio. **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- FISCHER, Michael. **Futuros Antropológicos: Redefinido a cultura na era tecnológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FOSTER, Hal. **The Return of the Real**. London: MIT, 1996.
- _____ **Diseño y delito: y outras diatribas**. Madrid: Ediciones Akal, 2004.
- FREITAG, Michel. **Arquitetura e Sociedade**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- FURRER, B. (Org.). **Carybé**. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- _____ **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins fontes, 2002. (Coleção a)
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.
- GOODY, Jack. **Domesticação do pensamento selvagem**. Lisboa: Editora Presença, 1988.
- GORBERG, Samuel – FRIDMAN, Sergio A. **Mercados no Rio de Janeiro 1834 - 1962**. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.
- GÖSSEL, Peter & LEUTHÄUSER, Gabriele. **Arquitetura no século XX**. São Paulo, Taschen, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.
- GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- GUGLIELMO, Roberto & FITTIPALDI, Ciça. **Feiras e Mercados Brasileiros**. São Paulo: Editora Fólio, 2005.
- GUIMARAENS, Cêça. Os camelôs e a imagem do centro histórico do Rio de Janeiro: ensaio sobre as formas das arquiteturas efêmeras e móveis. In RIO, Vicente Del (org.). **Arquitetura:**

- pesquisa & projeto.** São Paulo: ProEditores; Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 1998. pp. 147 – 160. (Coleção PROARQ)
- HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In CORREA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 115 – 144. (Coleção Geografia cultural).
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HEGEL, G. W. F. A arquitetura. São Paulo: Edusp, 2008.
- HOBBSBAWN.E. e RANGER. T. **A Invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUYSSSEN, Andreas **Memórias do Modernismo,** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. **Seduzidos pela Memória:** arquitetura, monumentos e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- _____. “Em busca de la tradición: vanguardia y postmodernismo em los años 70”. In: Picó, Josep (org.) **Modernidad y postmodernidad,** Madri: Alianza Editorial, 1998, pp. 141-164.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de grandes cidades. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Helio Oiticica.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.
- _____. (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
- JAKOBSEN, Kjeld – MARTINS, Renato – DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). **Mapa do trabalho informal.** CUT / Editora Fundação Perseu Abramo, s/d.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Ática, 1997.
- JEUDU, Henri-Pierre. **Memórias do Social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** São Paulo: Papyrus Editora, 2004.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 259 – 291.

- KOOLHAAS, Rem. **Por uma cidade contemporânea**. In NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. pp. 355 – 367.
- KOSSOY, Boris. **O Olhar Europeu**. São Paulo: Edusp, 1994.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. **A descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 11ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.
- LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perpectiva, 2006.
- _____. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- LEAL, Geraldo da Costa. **Salvador: Dos contos, cantos e encantos**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2000.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.
- LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- MAGALHÃES, Roberto Anderson M. **Preservação e Requalificação do Centro do Rio nas Décadas de 1980 e 1990: a construção de um objetivo difuso**. 2002. Disponível em www., consultado em 16 de maio de 2005.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MARTINS, Angela M. M. (org.) **Espaços Turísticos**. Rio de Janeiro: Booklink, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MASCARENHAS, Gilmar. **Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: As feiras-livres na Cidade do Rio de Janeiro (1904-1934)**. Revista GeoUerj, Rio de Janeiro, n. 02, p. 29-41, 1997.
- _____. **Cenários Contemporâneos da Urbanização Turística**. Caderno Virtual de Turismo, n.14, 2004. Disponível em www.cadernovirtualdeturismo.com.br. Acesso em 16 de maio de 2005.

- MAUSS, Marcel. **Marcel Mauss: Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAYBURY-LEWIS, David. **O selvagem e o Inocente**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- McEVILLEY, Thomas. **De la ruptura al “cul de sac”**: Arte em la segunda mitad Del siglo XX. Madrid: AKAL, 2007.
- MELLO, João Manuel Cardoso e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.) **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 559-658.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo, Contexto, 2002, pp.29-63.
- _____ Os “Usos Culturais” da cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 88-99.
- MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna Brasileira**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
- MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada**: Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- MORAES, Carlos. **Mercados Populares do Brasil**. São Paulo: DBA, 1993.
- MOTT, Luis. **Feiras e Mercados**: Pistas para Pesquisa de Campo. In FERRETTI, Sergio. Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.
- _____ **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NAME, Daniela. **Diálogo concreto**: design e construtivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2008.
- NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965 -1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.
- NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil, 1976.
- NIEMEYER, Oscar. **Conversa de arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1993.
- _____ **A forma na arquitetura**. In XAVIER, Alberto (org.). Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. pp. 141-145.

- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci**. Great Britain: Academy Editions London, 1980.
- OLIVEIRA, Beatriz S.; LASSANCE, Guilherme; PEIXOTO, Gustavo Rocha; BRONSTEIN, Laís (orgs.). **Leituras em teoria da Arquitetura, vol. 1**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009.
- OLIVEIRA, Beatriz S.; LASSANCE, Guilherme; PEIXOTO, Gustavo Rocha; BRONSTEIN, Laís (orgs.). **Leituras em teoria da Arquitetura, vol. 2**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PAIM, Márcia Regina da Silva. Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/2005marcia_regina_da_silva_paim.pdf. Acesso em 21 de outubro de 2010.
- PANDOLFO, Maria Lúcia Martins. Feira de São Cristóvão: **A reconstrução do nordestino num mundo de paraibas e nortistas**. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- PAPE, Lygia. **Gávea de tocaia** – Lygia Pape. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- PASSARO, Andrés. **Linguística e estruturalismo na arquitetura dos 70**. In OLIVEIRA, Beatriz S.; LASSANCE, Guilherme; PEIXOTO, Gustavo Rocha; BRONSTEIN, Laís (orgs.). **Leituras em teoria da Arquitetura, vol. 1**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009. pp. 128 – 159.
- PEIXOTO, Afrânio. **Livro de horas**. Rio de Janeiro: AGIR Ed., 1947.
- PUENTE, Moisés. **Pavilhões de Exposições**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2000.
- RENNÓ, Raquel. **Do mármore ao vidro: mercados públicos e supermercados, curvas e reta sobre a cidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: **A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 339 – 467.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dimensiones culturales de la ilegalidad. In PATINÓ, Análida Rincón (org.). **Espacios Urbanos no con-sentidos: Legalidad e ilegalidad em la producción de ciudad**. Colombia: Universidad Nacional de Colômbia, 2005. pp. 21 – 38.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; ARRUZZO, Roberta Carvalho; Bernardes, Julia Adão e SILVA, Catia Antonia da. (orgs.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

- RIBEIRO, Cláudia R. Vial. **A dimensão simbólica da arquitetura**: parâmetros intangíveis dos espaço concreto. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.
- RIO, João do. **A Alma Encantadora das Ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1987.
- ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Marly. **A década de 50: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, pp. 97 – 122.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RUBINO, Silvana & GRINOVER, Marina (org.). **Lina por escrito: Textos escolhidos de Lina Bo Bardi**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- RYBCZYNSKI, Witold. **Esperando o fim de semana**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RYKWERT, Joseph. **A casa de Adão no paraíso**: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.
- _____ **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Como e quando pode um Arquiteto Virar Antropólogo**. In VELHO, Gilberto. O desafio da Cidade. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980. pp. 37-57.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informal**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____ **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. In CADERNOS DO IPPUR, Rio de Janeiro: UFRJ, V. XIII, N. 2, ago./dez. 1999. pp.15 – 26.
- _____ **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____ **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Paulo. **Formação das Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In CORREA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. pp. 12 – 74. (Coleção Geografia cultural)
- SCHIAVO, Cléia e ZETTEL, Jayme. **Memória, Cidade e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1997.

- SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SERRA, Geraldo. **O Espaço Natural e a Forma Urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SIMMEL, G. A. **Metrópole e vida mental**. In VELHO, Otavio G. (org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CORREA, Roberto Lobato. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 77 – 116.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2001.
- STROETER, João Rodolfo. **Arquitetura e Teorias**. São Paulo: Nobel, 1986.
- TAVARES, Odorico. **Bahia: Imagens da terra e do povo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1951.
- TSCHUMI, Bernard. **Arquitetura e limites**. In NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. pp. 172 – 191.
- TUFFANI, Eduardo. **Estudos Vitruvianos**. São Paulo: HVF Representações, 1993.
- UNGERS, Mathias. **La ciudad humanista**. In S/N, 1985. pp. 20-25
- URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura, e a imagem do comércio**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- VAZ, Lilian Fessler. e JACQUES, Paola Berenstein. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação?. In ESPAÇOS & DEBATES. **Cidade, Cultura, (IN)Civilidade**. São Paulo, V.23, N. 43-44, jan./dez. 2003. pp.129 – 140.
- VELHO, Gilberto (org.). **O Desafio da Cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- _____. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**, 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- _____. (org.) **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999a.
- _____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999b.

- _____ (org.) **A Utopia Urbana**: Um estudo de antropologia social, 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- _____ **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- VENTURI, Robert. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção a).
- VENTURI, Robert.; BROWN, Denise Scott.; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- VIRILIO, Paul. O espaço crítico. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- VITRÚVIO. Tratado de Arquitetura. Tradução, introdução e notas M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007. – (Coleção Todas as Artes).
- WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- XAVIER, Alberto (org.). Depoimentos de uma geração – arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____ **Civilização Urbana**: planejamento e turismo. São Paulo: Contexto, 2003.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder, in ARANTES, A. Augusto (org.), O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000.

Publicação Periódica

- VIARD, Henrique; COSTA, Raymundo. Santa Maria de Belém do Pará: 370 Anos de História. Revista Geográfica Universal, Rio de Janeiro: Bloch Editores, janeiro de 1986.

Jornal

- GUIMARÃES, Cléo. Mestre Vitalino. O Globo. Rio de Janeiro, 25 jan. 2010. Segundo caderno p. 5.

Imagem em movimento

- VER-O-PESO: Documentário do Inventário de Referências Culturais do Ver-o-Peso, Belém – Pará. Direção: Gavin Andrews. Documentário, Castanha Filmes, 2010. 1 DVD (50 min).
- A GRANDE FEIRA. Direção: Roberto Pires. Produção: Rex Schindler, Braga Neto, Glauber Rocha. Salvador: Iglu Filmes, 1961. 1 videocassete.

Copyright © André L. Carvalho Cardoso, 2011

EDITOR
João Baptista Pinto

CAPA
Brígida Baltar

EDITORIAÇÃO
Luiz Guimarães

VERSÃO DO RESUMO PARA INGLÊS
Bruno Wagner

REVISÃO DO TEXTO
Ana Lúcia Machado

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br